

BrasilInteligente

ISSN 2228-6017

Publicação da CNTU – 2015 – Nº 4

www.cntu.org.br



EDUCAÇÃO CONTINUADA

Civilização, trabalho e desenvolvimento

Brasil Inteligente para unir e fazer a diferença



Campanhas são instrumentos de conscientização e mobilização decisivos para mudar um país. Com “O petróleo é nosso”, viabilizamos uma nação industrializada; nas “Diretas já”, reconquistamos a democracia; a partir da “Ação da cidadania, contra a fome e a miséria e pela vida”, começamos a fazer justiça social.

A campanha Brasil Inteligente, alicerçada em oito temas estratégicos da CNTU, das federações, dos seus sindicatos e parceiros, continua a luta rumo a uma nação mais próspera, democrática e avançada tecnologicamente e culturalmente.

São conquistas que os 15 milhões de profissionais de nível universitário e o conjunto da sociedade brasileira precisam alcançar para acelerar e dar um salto rumo ao nosso desenvolvimento pleno.

Você é parte imprescindível dessa construção.



*Instituir um Sistema
Nacional de Educação
Continuada dos
Profissionais Universitários*



*Implantação da
internet pública*



*Reabilitação bucal
para inclusão social*



*Por uma alimentação
saudável e contra o uso
abusivo de agrotóxicos*



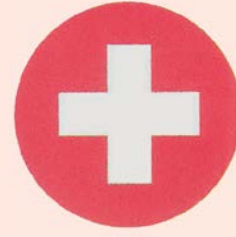
*Uso racional de
medicamentos*



*Com mobilidade urbana
todos ganham*



*Mais ciência, tecnologia e
inovação na Amazônia*



*Qualidade na
saúde pública*

www.cntu.org.br

Luta pela educação continuada

ENTRE AS BANDEIRAS e propostas ao País defendidas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), está a criação de um sistema de educação continuada como política de Estado. O objetivo é tornar exequível o consenso já existente quanto à necessidade de “estudar para o resto da vida”.

Assim, temos debatido o tema com os profissionais de nossa base e estabelecido diálogo com diversos atores sociais, a fim de desenhar um modelo que atenda à demanda por qualificação não só das categorias ligadas à nossa confederação, mas de todo o contingente de formação universitária que hoje soma em torno de 15 milhões de pessoas no Brasil.

Em linhas gerais, propõe-se a aprovação de um projeto de lei que assegure aos profissionais 12 dias por ano, sem prejuízo de remuneração, para que se dediquem a atividades de educação continuada. Uma iniciativa dessa natureza, além de ser uma necessidade, tem respaldo na Constituição Federal e nas convenções 140 e 142 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), das quais o Brasil é signatário. Também criaria instrumento para ampliar a ação do Ministério do Trabalho e Emprego no que diz respeito à qualificação da mão de obra nacional.

Essa discussão, que vem amadurecendo ao longo do tempo, ganha agora destaque nesta quarta edição da revista *Brasil Inteligente*, que aborda o tema em matéria de capa e

traz um amplo apanhado da realidade nacional em educação continuada e dos desafios colocados. Qual o papel das empresas, dos governos e dos próprios profissionais nessa empreitada? Como as tecnologias de informação e o ensino a distância podem contribuir para que se dê o salto necessário e quais são os limites desses instrumentos?

Abordando o tema de forma mais ampla, *Brasil Inteligente* coloca em debate também que modelo de formação se almeja em todos os níveis. Para além de cumprir metas quantitativas – que não podem ser desprezadas – e de se pensar a qualificação da população como essencial ao desenvolvimento, como a educação pode se tornar um instrumento de transformação, contribuindo para a construção de uma sociedade solidária e inclusiva e favorecendo a cidadania plena.

Completando essa rica pauta, dois artigos apontam a situação do acesso à graduação e dos programas de pós no País, indicando que, se ainda há muito a fazer, ao menos já se avançou significativamente nesses campos.

Compõem ainda esta edição uma retrospectiva das mais importantes atividades da CNTU no segundo semestre de 2014 e no primeiro de 2015, a preciosa colaboração de vários especialistas e a fundamental participação das nossas federações e dos membros do Conselho Consultivo da CNTU. Por fim, a revista desenvolve os objetivos do projeto Brasil 2022, que, com o horizonte do bicentenário da Independência, propugna por avanços fundamentais no nosso País. Dá, assim, a senha para que sigamos na luta, unidos e determinados. 

Murilo Celso de Campos Pinheiro
Presidente



Gestão 2015-2018

Diretoria efetiva

Presidente

Murilo Celso de Campos Pinheiro

Vice-presidente

Gilda Almeida de Souza

Diretor administrativo

José Ferreira Campos Sobrinho

Diretor de Finanças

Geraldo Ferreira Filho

Diretor adjunto de Finanças

Ernane Silveira Rosas

Diretor de Relações Sindicais

Odilon Guedes Pinto Junior

Diretor de Articulação Nacional

Allen Habert

Suplentes

Maria Maruza Carlesso

Welington Moreira Mello

Jorge Sale Darze

José Ailton Ferreira Pacheco

Waldir Pereira Gomes

José Carlos Ferreira Rauen

Mario Antonio Ferrari

Conselho Fiscal

Titulares

José Carrijo Brom

Eglif de Negreiros Filho

Sebastião Aguiar da Fonseca Dias

Suplentes

Francisco Jusciner de Araújo Silva

Zaida Maria de A. Melo Diniz

José Maria Arruda Pontes



Expediente

Diretor responsável: **Allen Habert**

Projeto e pesquisa: **Marta Rezende**

Assessoria de Comunicação: **Rita Casaro**

Edição, projeto gráfico

e ilustrações: **Gilberto Maringoni**

Reportagem: **Daniella Cambaúva e Murilo Machado**

Revisão: **Soraya Misleh**

Diagramação: **Eliel Almeida**

Fotos: **Beatriz Arruda, Paula Bortolini, Alexandre**

Coronato, Paulo Negreiros e Edgar Marra

Apoio: **Jéssica Silva, Pedro Henrique Santana**

Coordenação gráfica: **Antonio Hernandes**

Impressão: **Gráfica Elyon**

Tiragem: **5.000 exemplares**

Agosto/2015

SDS Edifício Eldorado, sala 108

CEP: 70392-901 – Brasília/DF

Telefone: (61) 3225-2288

cntu@cntu.org.br – www.cntu.org.br

facebook.com/CNTU.ProfissionaisLiberais

twitter.com/cntu_sindical

youtube.com/CNTUSindical



Editorial

Luta pela educação continuada3

A educação para toda a vida

*Educação é questão de civilização,
trabalho e desenvolvimento.....8*

O acesso ao ensino superior no Brasil..... 18

Investir em cérebros nas empresas22

A política de pós-graduação no Brasil.....24

*Mobilização para o bicentenário
da Independência26*

Entidade consolidada



*Na posse da diretoria, a defesa
de uma agenda ampla para a CNTU30*

Os departamentos da CNTU34

Contribuições para um país mais justo42

*CNTU reúne projetos por
um país melhor em 2022.....46*

Bioética e sindicalismo contemporâneo52



*CNTU discute o desafio
de reindustrializar o Brasil54*

*Premiação destaca compromisso
com bem-estar da população58*

Opinião de categoria

Educação e economia64

Agenda essencial: desenvolvimento.....65

A luta pela alimentação saudável66

Medicina e ciência sob ataque67

Por um país decente e civilizado68

*Trabalho farmacêutico,
para cuidar bem das pessoas!.....69*

*Depoimentos dos membros do
Conselho Consultivo da CNTU70*

Temas inadiáveis

*A (hiper) medicalização
dos conflitos sociais.....84*

*O mercado de dados pessoais
e o direito à privacidade85*

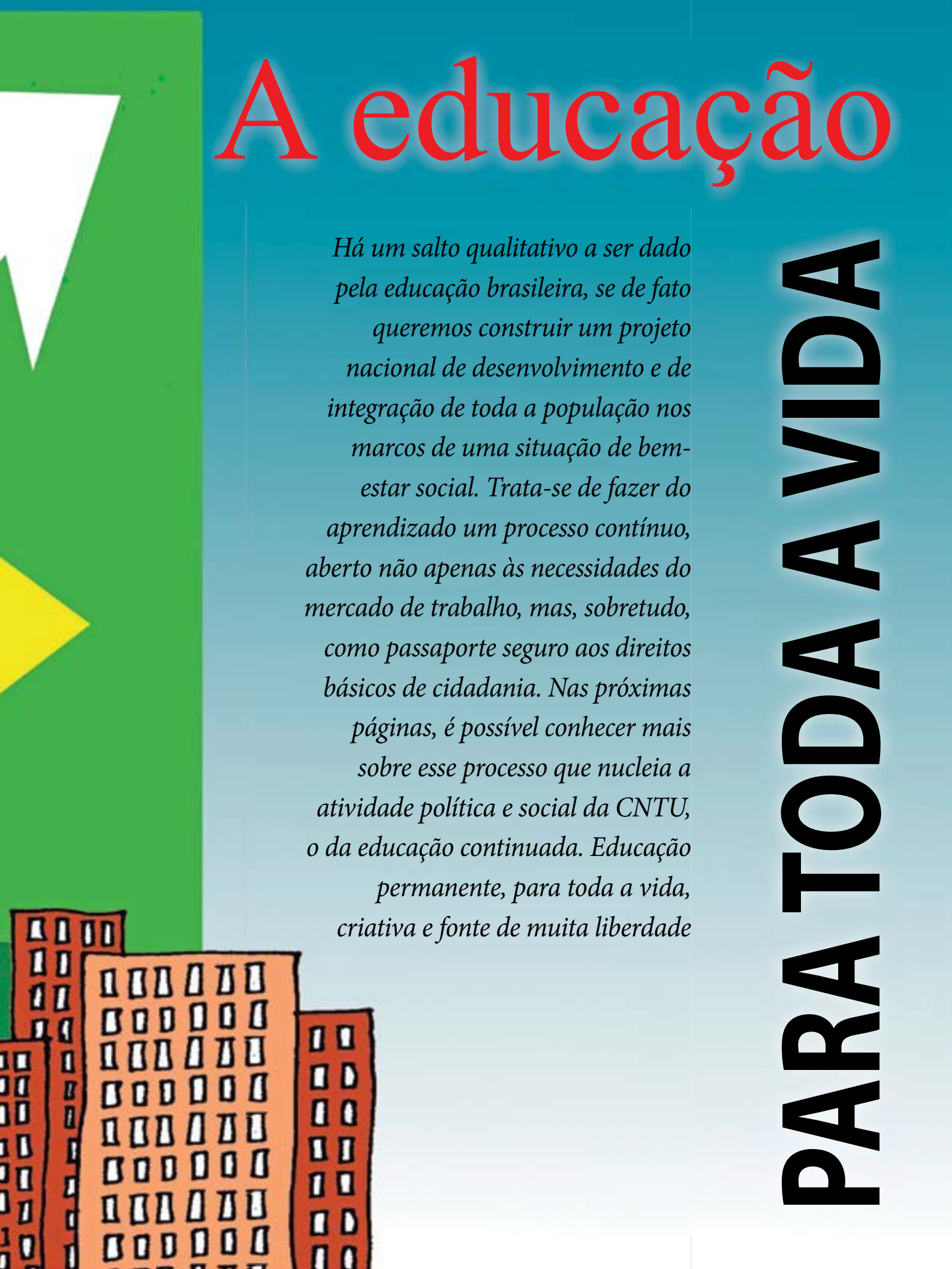
*Desnacionalização
versus soberania86*

*As urnas brasileiras
estão ultrapassadas.....87*

Profecia, previsão e conjuntura.....88

*Apontamentos sobre o assédio
moral na administração pública89*





A educação

Há um salto qualitativo a ser dado pela educação brasileira, se de fato queremos construir um projeto nacional de desenvolvimento e de integração de toda a população nos marcos de uma situação de bem-estar social. Trata-se de fazer do aprendizado um processo contínuo, aberto não apenas às necessidades do mercado de trabalho, mas, sobretudo, como passaporte seguro aos direitos básicos de cidadania. Nas próximas páginas, é possível conhecer mais sobre esse processo que nucleia a atividade política e social da CNTU, o da educação continuada. Educação permanente, para toda a vida, criativa e fonte de muita liberdade

PARA TODA A VIDA

Educação é questão de civilização, trabalho e desenvolvimento

HÁ UMA BASE essencial para a construção de um país social e economicamente mais justo. Trata-se do acesso à educação. Além de ser direito humano básico, é investimento estratégico para a redução da pobreza, promoção da cidadania e mudanças no mundo do trabalho

A CNTU tem como uma de suas bandeiras principais a defesa da educação continuada – um dos oito temas estratégicos da campanha Brasil Inteligente. A confederação constituiu um departamento específico para tratar da questão, cada vez mais uma demanda das entidades filiadas à entidade.

Trata-se de uma necessidade premente, em um mundo de aceleradas transformações na esfera do trabalho, com aporte constante de novas tecnologias e aumento da produtividade.

A entidade elaborou e vem defendendo junto ao governo e ao Congresso a aprovação de um projeto de lei que assegure o direito dos profissionais a 12 dias de licença remunerada para que se atualizem nas suas áreas por meio de atividades de educação continuada.

A proposta está diretamente relacionada à esfera de ação do Ministério do Trabalho e Emprego, ao criar instrumento legal para cumprimento de convenções internacionais trabalhistas, além da própria Constituição Federal. A CNTU se baseia no artigo 218 da Carta Magna, que atribui ao Estado o dever de promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas e afirma: “O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecno-

logia e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.”

A entidade se apoia ainda nas convenções 140 e 142 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), das quais o Brasil é signatário. Essas asseguram, respectivamente, licença remunerada com fins educativos e programas e políticas de formação voltadas ao desenvolvimento econômico, social e cultural. A preocupação da confederação não é apenas conquistar essa garantia aos profissionais universitários regulamentados, mas também às demais categorias, incluindo trabalhadores das micro e pequenas empresas e muitos outros que não encontram oportunidade no mercado devido



à falta de qualificação para lidar com os novos conhecimentos e exigências técnicas que se renovam a cada dia.

A lei proposta garantiria 96 horas de licença remunerada, além da criação de um fundo de financiamento ao programa, contando com recursos públicos e privados.

Posição oficial

A ideia de que a educação representa um ciclo contínuo por toda a vida do trabalhador vem ganhando adeptos no governo. Em seu discurso de posse, o ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, afirmou:

“A responsabilidade com a educação não pode ser terceirizada. Cada um deve dar a sua contribuição. Eduquem-se cada vez mais, nunca parem de aprender, eduquem-se a si próprios, eduquem os outros, eduquem a sociedade.”

Qual a importância estratégica da educação para um país? São várias, a começar pelo fato de ela ser um passaporte para o pleno exercício da cidadania. Mas é também uma ferramenta importante para alavancar um ciclo de desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento não pode ser confundido com algo ligado apenas à esfera econômica. Trata-se da concretização de um projeto multifacetado de transformação social.

Celso Furtado (1920-2004), o mais importante economista brasileiro, assim definiu desenvolvimento:

“O crescimento econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa po-

Ensino técnico, caminho da especialização

Um país desenvolvido é aquele que garante a todos os cidadãos um padrão de vida digno. O Brasil está longe dessa condição, ainda mais com os constantes ataques contra direitos históricos dos trabalhadores. Mas a busca deve persistir. Nem todos chegam ou desejam cursar o ensino



Bordignon: “É preciso expandir mais a rede de escolas técnicas para alcançar as necessidades de formação dos jovens trabalhadores.”

superior. Por isso, o ensino médio deve possibilitar aos estudantes o manejo de uma série de habilidades para uma boa colocação no mercado de trabalho, independentemente de sua classe social. O ensino técnico é uma modalidade que permite ao aluno cursar, ao mesmo tempo, o nível médio e o profissionalizante. Pode ser feito por pessoas que já possuem ensino

pulação, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento.”

Em outro documento, Furtado ressalta que “em nenhuma parte essa passagem [para o clube dos países desenvolvidos] ocorreu no quadro do *laissez-faire*: foi sempre o resultado de uma política deliberadamente concebida para esse fim”.

superior, mas é vantajoso por apontar outro caminho para a mão de obra qualificada que não a universidade.

No período 2003-2012, a expansão de matrículas no ensino técnico de nível médio foi de aproximadamente 252%, de acordo com os dados do Censo Escolar do Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (MEC/Inep) (2004-2013). Esse aumento está relacionado às diferentes políticas de incentivo à expansão de matrículas na modalidade e ao incremento expressivo da rede federal de educação profissional e tecnológica, avalia a pesquisadora Liliane Bordignon, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), autora do trabalho “Reforma e expansão da educação profissional técnica de nível médio nos anos 2000”. Segundo ela, é a primeira vez que se verifica uma expansão no ensino técnico com essas proporções.

Investimento público

A expansão da rede federal significou a construção de institutos federais de educação em várias regiões do País, com infraestrutura capaz de oferecer cursos em diferentes modalidades de ensino, da qualificação profissional básica (ou formação inicial e continuada – FIC) até o ensino superior tecnológico. Esse fato impactou as redes municipais, estaduais e privadas, que também aumentaram o número de matrículas no período, com ou sem apoio financeiro do governo federal.

Considerando que o ensino médio registrou, em 2013, 8.312.815 de matrículas, é possível constatar que o ensino técnico e a educação profissional de jovens e adultos não chega a 15% dos estudantes matriculados no nível médio. “É preciso expandir ainda mais para alcançar as necessidades de formação dos jovens trabalhadores brasileiros”, reflete Bordignon.

O ente capaz de captar, sintetizar, materializar e universalizar tal política é o Estado.

Ou seja, desenvolvimento é um processo de transformação social promovido pelo poder público. A educação deve ocupar nele lugar de destaque.

A educação embute, além disso, um projeto civilizador para a sociedade, ao se diferenciar do simples treinamento para o trabalho. A cha-



Dowbor: “Quando o conhecimento se torna o principal fator de produção, o papel da educação muda.”

mada educação profissionalizante pode se concentrar no ensinamento de atividades repetitivas que deixem de lado visões gerais da realidade e resultem em pessoas desprovidas de iniciativa, criatividade, sentido humanístico e capazes de lidar com imprevistos.

A educação civilizadora não é apenas reprodutora de parâmetros e conceitos dominantes, mas aquela que busca dotar cada um da capacidade de questionar até mesmo a própria educação.

Humanismo e dogmas

Uma educação humanista precisa vencer dogmas que vêm do século XIX, como o ensino baseado na memorização (a decoreba) e não no questionamento, o treinamento vazio de significados, a especialização estéril e a avaliação quantitativa.

Fala-se muito em crise do sistema educacional e na necessidade de se repensar a escola. Ao mesmo tempo, ocorre uma revolução da aprendizagem, em que a escola é apenas um dos agentes da formação dos indivíduos. A escola forma, assim como a TV, a internet, o celular, a revista, os grupos de amigos, a família etc.. Todos são agentes pedagógicos, mesmo quando deformam. O ministro da Secretaria de Assun-

tos Estratégicos (SAE), Roberto Mangabeira Unger, em artigo recente, assim definiu os parâmetros para uma educação humanística:

“Aprender a aprender, começando na escola e continuando por toda a vida, exige o domínio de capacitações de comportamento e de consciência. Dois conjuntos de capacitações são decisivos: os de autodisciplina e os de cooperação. A escola fortalece a autodisciplina ao buscar a família e ao assumir, quando necessário, algumas de suas responsabilidades no apoio ao jovem. E ensina a cooperar quando se organiza com base em equipes de alunos e de professores. A cooperação deve substituir a combinação de autoritarismo e de individualismo na sala de aula: o professor na frente pontificando e o aluno afundado no isolamento e no tédio.”

A educação vai além de um direito civil básico. Tornou-se condição essencial para o acesso à cidadania, crescimento econômico e inovação. Por essa razão, educação nunca deve ser encarada como despesa – seja para o poder público, seja para as empresas –, mas como investimento.

A defesa que a CNTU faz de um sistema nacional de educação continuada ancora-se numa realidade que aponta a necessidade crescente do aprimoramento dos profissionais com formação universitária. A inovação tecnológica abriu um imenso leque de oportunidades ligadas às tecnologias da informação e da comunicação e possibilitou novas formas de se organizar a sala de aula e estabelecer bases inéditas para a relação professor-aluno.

Acesso à internet

Se há 20 anos o estudante precisava se deslocar até a escola ou a universidade, hoje, com acesso à internet, é possível acompanhar um grupo de estudos de qualquer lugar, utilizando-se de um computador.



Roseli de Deus: “Temos um grande potencial tecnológico disponível, do qual ainda não fazemos uso.”

Assim, ampliam-se as chances de acesso ao ensino em um contexto no qual democratizar a educação é condição essencial para se obter igualdade de oportunidades para todos.

“Desenvolvimento é fruto de planejamento, de prioridades de investimento estabelecidas pelo setor público. O mercado entra como complemento nessa equação. Não há desenvolvimento sem qualificação constante do trabalhador. Não é à toa que uma das prioridades dos últimos 12 anos foi a criação de 14 novas universidades públicas, além do investimento crescente naquelas já existentes”, afirma João Sicsú, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ) e ex-diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Ele destaca: “Aumentamos significativamente o número de alunos em instituições de nível superior públicas e privadas. Agora temos de pensar na qualificação pós-universitária e nos cursos de atualização e especialização permanentes para um trabalhador com qualidades cada vez mais sofisticadas.”

Economia do conhecimento

O professor de pós-graduação em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Pau-



Helena Lastres: “Não há atividade produtiva que não tenha sido influenciada pelas novas tecnologias de informação.”

lo (PUC-SP) Ladislau Dowbor, cuja área principal de atuação é o ensino e organização de sistemas de planejamento, também defende a tese de que a educação é fator promotor do desenvolvimento. Para ele, temos um novo paradigma, o da economia do conhecimento, em que há uma nova lógica não apenas para a educação, mas para a própria atividade econômica de maneira geral. Um carro, um *smartphone*, um computador ou um *software* são exemplos de produtos que envolvem essencialmente conhecimento, em detrimento da matéria bruta. Nesse sentido, educação se consolida como base do desenvolvimento.

“É uma mudança de visão. A tradição é que as pessoas pensem assim: eu tenho uma fábrica de bonecas, que paga seus impostos, gera PIB, e o Estado pega esses impostos e vai gastar na educação, na cultura e coisas do gênero. Agora há um deslocamento total dessa visão. Quando uma fábrica contrata um engenheiro de 25 anos, são 25 anos de investimento social, de escola, de formação, de trabalho dos pais, que ela está recebendo de graça. Ela vai pagar o salário, mas o investimento prévio nessas pessoas alguém teve que pagar”, argumenta Dowbor.

Se não apenas o fabricante, mas o País não vir esse investimento como uma tarefa de toda a sociedade, não construiremos um projeto de desenvolvimento nacional. “Quando o conhecimento se torna o principal fator de produção, o papel da educação muda”, lembra o professor. “Você não está mais dando um pouco mais de verniz, de conhecimentos, mas está adquirindo o principal vetor de inserção profissional e de criação de valores econômicos. A educação passa a estar no centro desse furacão, da economia”, sublinha ele.

Mudanças tecnológicas

A educação foi um dos setores mais afetados pelas mudanças tecnológicas – não apenas por se tornar provedora de conhecimento, mas, sobretudo, por propiciar novas possibilidades de aprendizagem. A qualificação profissional, nesse quadro, é algo contínuo e não definido previamente por algum patamar de escolaridade.

A pesquisadora Helena Lastres, assessora da Presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), compartilha da mesma opinião, a de que conhecemos um novo paradigma. Segundo ela, que possui pós-doutorado em Inovação e Sistemas Produtivos Locais pe-



Fernando Palmezan: “É essencial seguir estudando após o término da graduação.”

**A educação vai além
de um direito civil
básico. Tornou-se
condição essencial para
o acesso à cidadania,
crescimento econômico
e inovação. Por essa
razão, educação nunca
deve ser encarada como
despesa, mas como
investimento**

la Université Pierre Mendès, na França, é preciso dar atenção especial à educação, à informação e ao conhecimento. “Vivemos uma terceira revolução industrial, que permeia e transforma todas as atividades”, sublinha. “Hoje a gente não consegue pensar em uma atividade produtiva que não tenha sido influenciada ou revolucionada pelas novas tecnologias de informação”, diz Lastres.

Se, por um lado, a tecnologia traz diferentes possibilidades para o ensino, por outro, representa novos tempos também para o mercado de trabalho, que requer profissionais cada vez mais qualificados e capazes de acompanhar mudanças e que tenham no aprendizado não apenas um patamar a ser alcançado, mas uma dinâmica contínua.

Seguir estudando após o término da graduação é essencial. É o que argumenta Fernando Palmezan Neto, engenheiro eletricista e coordenador do Departamento de Educação Continuada da CNTU. Ele destaca que o principal fator para se conseguir um emprego de qualidade e trabalhar com inovação nos dias de hoje deve ser manter os estudos, desenvolver pesquisas ou realizar atualizações.

Aprendizagem constante

A educação continuada se tornou vital para qualquer profissional. “Quando terminei meu curso de Engenharia Elétrica, nos anos 1970, avaliava que até o fim da minha vida profissional aquele conhecimento adquirido durante os cinco anos de faculdade bastaria para eu me inserir no mercado. Hoje isso mudou, e a ideia da maioria das universidades é que as pessoas nunca mais parem de estudar”, relatou.

O que mudou nas salas de aula desde que a lousa passou a dividir espaço com computadores, celulares e *tablets*, entre outras ferramentas? Muito mais do que a possibilidade de se procurar na internet detalhes sobre determinado assunto

De acordo com Palmezan, o engenheiro é um dos que mais necessitam de reciclagens constantes. “A tecnologia muda tão rapidamente que se a pessoa não se atualizar, fica fora do mercado”, pontua. E foi justamente essa necessidade que motivou a criação do Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), que oferece desde fevereiro de 2015 o primeiro curso de graduação em Engenharia de Inovação no Brasil. O projeto, do qual Palmezan é membro do corpo diretivo, foi gestado no Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (Seesp), sua entidade mantenedora.





Lisete Arelaro: “A primeira formação da pessoa no ensino superior deve ser presencial.”

Sua estrutura pedagógica prevê a aprendizagem permanente. O engenheiro será continuamente um estudante e terá capacidade de conduzir processos e soluções de inovação em várias áreas de atuação. No Isitec, existem três cursos de pós-graduação presenciais. Compreendem as áreas de gestão ambiental – em parceria com a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) –, engenharias de estruturas – em articulação com o Centro Universitário de Lins (UniLins) – e gestão em energia, a partir de convênio com a Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha.

Inovação na sala de aula

O que mudou nas salas de aula desde que a lousa passou a dividir espaço com computadores, celulares e *tablets*, entre outras ferramentas? Muito mais do que a possibilidade de se procurar na internet sobre determinado assunto para além do que está no livro didático, ou de assistir a um curso oferecido por uma renomada universidade estrangeira. Significa um nível de interação do conhecimento quase impossível de ser materializado no século XX, como conversar com um aluno de outra cidade, estado ou país e tirar dúvidas com diferentes professores, além de identificar pesquisas

correlatas sendo desenvolvidas em todo o planeta.

De acordo com Roseli de Deus, pesquisadora de tecnologias aplicadas à educação e professora livre-docente do Departamento de Engenharia de Sistemas Eletrônicos da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), “a gente ainda está engatinhando” nesse aspecto, pois “temos um potencial grande tecnológico disponível, do qual ainda não fazemos uso”.

A tecnologia permite troca de conhecimento entre professores de diferentes localidades e países. Pode ser “uma janela aberta para o mundo”, defende Roseli. Mas as possibilidades a esse cenário vão além. “Ter acesso à tecnologia equivale a comprar uma excelente enciclopédia para a escola. São condições necessárias, porém não suficientes para mudanças. Além da tecnologia, é preciso levar aos professores estratégias pedagógicas que provoquem essa transformação.”

De acordo com Roseli, “a maioria das pessoas foi educada em uma escola na qual alguém dizia o que deveria ser feito e quais passos seguir. As pessoas ainda têm pouca autonomia. Estamos vivendo um momento em que é preciso trabalhar com crianças e jovens para que consigam desde cedo



Andrea Caldas: “É importante garantir uma educação que promova a autonomia intelectual dos estudantes.”

Sem internet pública, a educação fica comprometida

O Brasil é ainda um país em que a desigualdade pode ser um entrave à educação a distância de qualidade. Afinal, a condição elementar para fazer um curso de modo remoto, além de ter uma máquina, é o acesso a uma conexão de internet estável e rápida.

Implantação de internet pública é outro tema estratégico da campanha da CNTU. Defende-se a infraestrutura de rede com domínio público, universalização do acesso, banda larga para todos e desenvolvimento tecnológico-industrial. Isso significa construir, com recursos públicos ou privados, infraestrutura de telecomunicações para atender o interesse público. A operação ou exploração do serviço pode até estar a cargo de empresas particulares, mas sob gestão e fiscalização do Estado brasileiro.

desenvolver a autonomia e perceber o quanto estão evoluindo”.

Ensino a distância

Nesse contexto, Helena Lastres reforça a importância da educação como uma meta renovável, em meio ao excesso de informações fragmentadas que marca o mundo virtual. “Essa capacidade de contextualizar, de gerar e aprofundar conhecimentos, que nos permite aproveitar ao máximo o alcance que as novas tecnologias trazem é fundamental”, considera.

Inovações em tecnologia permitem também a modalidade de educação a distância (EAD), que pode vir ao encontro das necessidades da educação continuada e se mostra vantajosa por poupar um recurso valioso e escasso: o tempo.

“O futuro é a EAD”, assinala Fernando Palmezan. “É a grande res-

O Brasil atravessou um momento de expansão do ensino superior público nos últimos anos. Desde 2002, foram criadas mais 14 instituições, diante de 39 existentes. Em 2015, o processo seletivo do Sisu ofertou 205 mil vagas em 5,6 mil cursos de 128 instituições públicas

posta para desafios como mobilidade, falta de tempo ou cansaço após o expediente. Em alguns assuntos, quando é necessário o uso de laboratório, por exemplo, continuam as aulas presenciais. Para boa parte do estudo, principalmente se for requalificação, acho que EAD responde e de uma maneira muito interessante”, argumenta ele.

Lisete Arelaro, professora titular da Faculdade de Educação da USP, defende a qualidade do pro-

cesso educacional como condição fundamental. Fala com cautela da EAD e acredita que a primeira formação da pessoa no ensino superior deve ser presencial, pois o processo de autonomia intelectual acontece a partir do contato com o docente. O aluno escreve, o professor lê e promove discussões coletivas. “A experiência que tive em minha formação, mantendo contato com 14 professores que diariamente defendiam teses opostas, foi muito enriquecedora. É essa riqueza que permite que a gente crie nossa autonomia intelectual. Vou, nesse processo de formação, escolhendo, me definindo, optando por caminhos. Em um curso a distância, é muito difícil que isso aconteça.”

O Brasil atravessou um momento de expansão do ensino superior público nos últimos anos. Desde 2002, foram criadas mais 14 instituições, diante de 39 existentes.

No primeiro semestre de 2015, o processo seletivo inaugural do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) ofertou 205.514 vagas em 5.631 cursos de 128 instituições públicas – federais, estaduais e municipais – de ensino superior, segundo o MEC. Foram registrados 2,7 milhões de candidatos inscritos,



João Sicsú: “Desenvolvimento é fruto de planejamento e investimento definidos pelo setor público.”

número que revela um aumento de mais de 200 mil em relação ao primeiro semestre de 2014.

Os investimentos no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) aumentaram de R\$ 1 bilhão em 2010 para R\$ 14 bilhões em 2015. Isso significa um crescimento acentuado de alunos matriculados em faculdades.

Nem ideal nem tão ruim

Para Lisete Arelaro, “não está tudo bem, mas não está tão ruim quanto já fomos. O Brasil é um país que, na área de educação, sempre foi elitista”. Segundo ela,



Daniel Cara: “O acesso à educação é fundamental, mas o direito do cidadão só existe quando se garante também qualidade.”

Plano Nacional de Educação

Em janeiro de 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso definiu em lei um projeto decenal de metas para o sistema educacional brasileiro. Era o Plano Nacional de Educação (PNE). A norma legal assinalava o seguinte: “A partir da vigência desta Lei, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão (...) elaborar planos decenais correspondentes.” No final de 2014, foi aprovado o PNE 2014-2024. O novo plano definiu 20 metas para o período. Entre elas estão a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar e a ampliação do financiamento da educação pública, chegando a 10% do PIB em dez anos. O PNE foi aprovado por todos os partidos do Congresso Nacional e foi sancionado

sem veto pela presidente Dilma Rousseff. Segundo o cientista político Daniel Cara, coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, “esta gestão governamental e as futuras precisam se comprometer com os votos de seus partidos, garantindo os objetivos do PNE”. Conforme dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Brasil investe 6,6% do PIB na educação. Para Daniel Cara, a condição elementar para ter qualidade da educação é fortalecer o papel do Estado: “O acesso [à educação] é fundamental, mas o direito do cidadão só existe quando se tem uma garantia conjunta do acesso com a qualidade.”

estamos com cerca de 97% das crianças matriculadas no ensino fundamental. “Do ponto de vista da nossa história, só agora a gente conseguiu fazer o que maioria dos países já conseguiu.”

Andrea Caldas, diretora do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e presidente do Fórum de Diretores das Faculdades de Educação das Universidades Públicas (Forumdir), afirma que além da ampliação do acesso, é importante garantir uma educação que promova a autonomia intelectual dos estudantes. “Significa dizer que professores, funcionários, pais e mães, estudantes devem participar da tomada de decisões no que diz respeito aos rumos e objetivos que os processos pedagógicos precisam adotar. Isso inclui o debate sobre o projeto político pedagógico, o regimento e a destinação de recursos.”

A professora da UFPR faz, no entanto, uma distinção: “Ainda que tenhamos muito a avançar na democratização das estruturas públicas, me parece evidente que a forma privada não será mais democrática, uma vez que se pauta pela lógica dos resultados mercantis.” Assim, um processo de educação continuada não pode ser apenas uma estratégia educacional, mas precisa contar com uma convergência de esforços do poder público, das empresas – estatais, mistas e privadas – e das organizações e entidades da sociedade.

Da teoria à prática

O Ministério da Educação já possui um órgão dedicado ao assunto, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi). Trata-se de um grande passo, ainda que não focado inteiramente na área pós-universitária. A página da secretaria na internet afirma que o órgão “implementa políticas educacionais nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação



ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, do campo, escolar indígena, quilombola e educação para as relações étnico-raciais”.

A proposta da CNTU tem o objetivo de aprofundar esse processo, através da defesa de um “Sistema Nacional de Educação Continuada dos Profissionais Universitários”. Tal bandeira vem sendo levantada pela CNTU, em conjunto com as entidades a ela filiadas, desde 2012, mediante proposição de projeto de lei que concretize o

direito à educação continuada a todos os profissionais universitários brasileiros.

Um antecedente positivo é a Lei paulista nº 8.029/92, que instituiu o programa de desenvolvimento e reciclagem para profissionais da área tecnológica dos quadros da administração pública. Através da norma, é garantido o mínimo de seis dias úteis por ano para atualização, sem prejuízo de suas remunerações.

O Seesp e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) firmaram convenção coletiva, assegurando aos engenheiros licença no trabalho de 12 dias por ano, além dos sábados nas empresas que mantêm expedientes nesse dia da semana, para participação em cursos, seminários e congressos técnicos de interesse da categoria. A ideia é que esse direito seja estendido a todas as categorias de trabalhadores e esteja garantido em lei. “O principal ponto é a própria consciência das pessoas de que não dá mais para parar de estudar. A gente precisa aprimorar cada vez mais nossa competência, nossa competitividade”, sublinha Fernando Palmezan.

As empresas precisam entender a educação como insumo básico no mundo do trabalho, não apenas para a atividade imediata, mas para capacitar o trabalhador a tomar decisões e valer-se da criatividade para enfrentar questões novas. É bom para todos. ♦

A proposta da CNTU, lançada em 2012 juntamente com as entidades a ela filiadas, defende um Sistema Nacional de Educação Continuada dos Profissionais Universitários. A lei proposta garantiria a todos os trabalhadores um mínimo de 96 horas de licença remunerada/ano, além da criação de um fundo de financiamento ao programa, contando com recursos públicos e privados

Um conhecimento, múltiplas facetas

A oferta de cursos interdisciplinares cresce no Brasil, tanto no ensino superior quanto na pós-graduação, desde 1999, quando a área foi criada na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), divisão do Ministério da Educação (MEC).

A professora e pesquisadora Ana Lucia de Castro, do programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), relata sua experiência: “A interdisciplinaridade é construída no trabalho cotidiano. Isso se dá com muito diálogo entre os professores de três áreas das ciências sociais, que são a antropologia, a sociologia e a ciência política, e esse diálogo ocorre não apenas formalmente, no plano do discurso, mas também na prática.

Na construção coletiva de ementas das disciplinas obrigatórias do programa, do modus operandi, na discussão de como o programa será desenvolvido e no seu próprio desenvolvimento.”

O programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Unesp, de natureza interdisciplinar, era inicialmente apenas na área de sociologia e depois mudou. “Uma vez definido esse novo perfil no programa, alteramos a denominação de sociologia para ciências sociais, trabalhamos nestes últimos dois anos os docentes firmemente no propósito de construir a interdisciplinaridade. Ela não se faz por decreto. Não adianta decretar ‘a partir de agora somos interdisciplinares’ que o programa se transforma em interdisciplinar”, completa. Os conteúdos das três áreas são trabalhados em uma perspectiva interdisciplinar, isto é, o professor trabalha um texto de um autor específico de sua área, mas a perspectiva utilizada segue no sentido de abrir questões



Giorgio Romano Schutte: “Há temas que, por sua natureza, são interdisciplinares.”

que transcendem as fronteiras de disciplina. “É preciso buscar os lugares fronteiriços onde as disciplinas se encontram, que são os lugares mais interessantes”, diz a pesquisadora.

Além da Unesp, a Universidade Federal do ABC (UFABC) oferece cursos de graduação e de pós-graduação interdisciplinares. Giorgio Romano Schutte, coordenador do bacharelado de Relações Internacionais da UFABC, destaca que determinadas áreas

pedem olhares distintos. “É o caso do setor de energia”, lembra ele, que é também professor da pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais da universidade. “Ali existe o âmbito econômico, o social, o ambiental e outros. Logo você percebe que precisa da interdisciplinaridade para buscar soluções.”

A instituição tem como marca definidora a articulação horizontal entre cursos e disciplinas.

Outro exemplo, de acordo com Schutte, está na economia, na qual é importante perceber as relações de confiança. “É uma questão que dialoga automaticamente com psicologia e neurociência.

Ao estudar isso a partir da economia, você vai perceber que é interessante dialogar com essas outras áreas. Há temas que, por natureza, são interdisciplinares.” Uma experiência recente é a do Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), iniciativa lançada pelo Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (Seesp), cuja grade curricular foi planejada para formar um engenheiro que tenha conhecimentos em diferentes áreas, inclusive as que estão fora das ciências da natureza.



Clique



www.cntu.org.br

Acesse o site e entre nas redes sociais

 [CNTU.ProfissionaisLiberais](#)

 [cntu_sindical](#)

 [CNTUSindical](#)

O acesso ao ensino superior no Brasil

O País vem melhorando os índices de acesso à graduação no ensino superior, mas de forma lenta e descontinuada, conferindo às instituições privadas o maior dinamismo em termos de quantidade de vagas, com qualidade educacional muitas vezes bastante aquém do que a qualificação que o Brasil necessita e a sociedade demanda

QUAL A IMPORTÂNCIA da educação superior e das universidades no Brasil, sendo o País portador de complexa agenda de questões sociais emergentes, inclusive no provimento e qualidade da educação básica dos brasileiros?

Seria correto as políticas públicas darem grande atenção a esse tema, se o País tem questões graves a resolver em várias frentes como educação infantil, saúde, habitação e transporte, dentre tantas outras? A CNTU entende que se trata de um tema de primeira grandeza, não apenas porque a entidade representa profissionais com formação universitária e sim, principalmente, porque entende que o encaminhamento das soluções para os mais importantes problemas brasileiros depende de conhecimento, inteligência, ciência, tecnologia e inovação. Em outras palavras, depende de trabalho altamente qualificado, espírito crítico e mentes criativas, para os quais o ensino superior é fundamental.

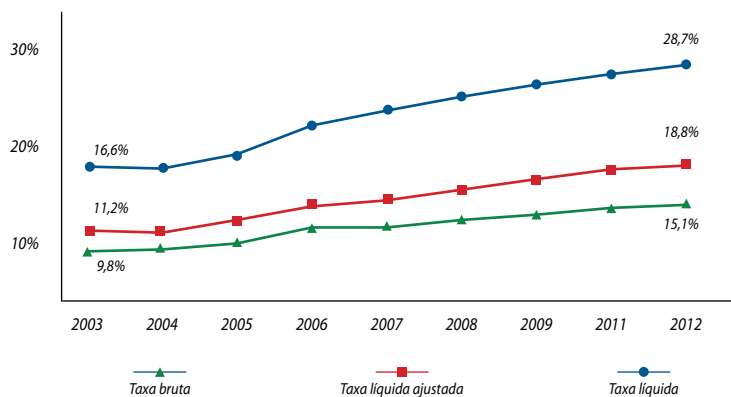
Quantidade e qualidade

O Brasil vem melhorando os índices de acesso à graduação no ensino superior, mas muito lenta e descontinuadamente, conferindo às instituições privadas o maior dina-

pode ser feito num contexto em que haja um projeto também claro e consistente para o País.

Em todos os países que ocuparam posição relevante na estrutura mundial da riqueza e de bem-estar dos povos, a educação superior desempenhou papel relevante na tarefa de prover os meios para a melhoria generalizada do perfil educacional de suas populações através da erradicação do analfabetismo e da universalização da

**Gráfico 1: Evolução das taxas de escolarização da educação superior
Brasil: 2003–2012**



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad/IBGE); Gráfico elaborado pela Diretoria de Estatísticas Educacionais/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Deed/Inep).

Nota: Taxa líquida ajustada: percentual da população de 18 a 24 anos que frequenta ou já concluiu a educação superior



Em 2012, tínhamos matriculados no terceiro grau perto de 29% da população brasileira na faixa de 18 a 24 anos. Em 2003, essa taxa era de pouco mais de 16%.

educação básica de qualidade. A formação superior foi também decisiva para lograr suas intenções de desenvolvimento industrial, científico e tecnológico com impacto decisivo na geração de emprego e renda de natureza distributiva.

O caso dos Estados Unidos é o mais exemplar para demonstrar o papel que o fomento da educação superior pelo Estado representa na conquista da liderança econômica e tecnológica das nações. O salto desenvolvimentista norte-americano sobre seus concorrentes europeus, já na primeira metade do século XX, deveu-se, em grande parte, às políticas públicas para universalizar a educação básica e média, antes que todos os países, e criar o mais capilarizado sistema de ensino superior do mundo, de modo que qualquer jovem americano pode contar com uma universidade próxima à sua moradia. Apesar de diferente da norte-americana, a política de fomento chinesa da educação superior, a partir da década de 1990, também tem desempenhado papel decisivo no processo exponencial de desenvolvimento econômico e tecnológico da China. Outros países podem ser

citados para verificar a estreita relação entre desenvolvimento nacional e educação superior. No entanto, todos vivem atualmente contradições e dificuldades para levar adiante essas políticas, possivelmente dificuldades advindas das condições da globalização na etapa atual e da hegemonia neoliberal na sua condução. Essas dificuldades pesam sobretudo para os países periféricos ou semiperiféricos, localizados na América Latina, África e Ásia, que instituíram sistemas universitários para colaborar com os projetos nacionais de desenvolvimento.

Ataque devastador

Boaventura Santos, pensador português, bastante conhecedor da realidade dos países em desenvolvimento, como o Brasil, entende que o que está em processo atualmente é uma impossibilidade política de projetos nacionais de educação superior, devido ao ataque devastador à ideia de projeto nacional pela globalização neoliberal.

O alvo privilegiado desse ataque tem sido o Estado nacional e suas políticas econômicas e sociais em que a democratização do acesso à

educação superior vinha ganhando crescentemente importância na construção de coesão nacional, mesmo que ainda com sistema educacional superior elitista. Entende ainda que enquanto os países periféricos e semiperiféricos, como o Brasil, não reinventarem o projeto nacional dentro de uma perspectiva de uma globalização diferente da atual, a educação superior também não poderá ser reinventada e se aprofundará o projeto neoliberal de segmentação do conhecimento, mercantilização da educação e transnacionalização das universidades. E, assim, o objetivo de democratização do acesso ao ensino superior será frustrado, com impactos negativos de grande monta nos aspectos econômicos, culturais e civilizacionais.

Acesso restrito

É unânime entre os estudiosos do ensino superior no Brasil que o acesso a ele é ainda bastante restrito, sendo que alguns atribuem importância grande aos fatores históricos, como a escravidão e a criação tardia de universidades no País. Porém, a maioria entende que se trata de deliberadas políticas pú-

blicas a restringir o acesso à educação superior por falta de grandeza das elites políticas e do Estado brasileiro em assumir a grandeza e as necessidades do País.

Vários entendem que o modelo privatista é um dos responsáveis pelo acesso limitado à graduação na educação superior, impedindo a entrada nele dos mais pobres, sendo ainda a universidade distintiva das camadas mais ricas da sociedade. Outros fatores são apontados como causa do processo excludente de ingresso às universidades, como a trajetória dos estudantes ao longo da educação básica, profundamente influenciada pelas condições econômicas das suas famílias. No Brasil, o acesso ao ensino superior vem se ampliando. Em 2012, tínhamos matriculados no terceiro grau perto de 29% da população brasileira na faixa de 18 a 24 anos, sendo que em 2003 essa taxa era de pouco mais de 16%.

No entanto, somente a metade da taxa de 2012, ou seja, em torno de 15% dos estudantes matriculados na graduação encontram-se nessa faixa de idade considerada adequada para a graduação. O que acontece é que mesmo tendo mais estudantes concluindo o segundo grau na idade adequada, uma parte considerável deles vive um interregno entre a conclu-

O incremento de 2003 a 2013 do sistema particular de ensino superior foi beneficiado em grande parte pelas políticas públicas de financiamento da educação dos não ricos, através do Fies e do Prouni

são do segundo grau e a entrada no terceiro grau. Esse interregno vem diminuindo, como podemos ver no gráfico abaixo, mas ele é ainda um indicador das muitas dificuldades que os jovens têm para ingressar no ensino superior (*Gráfico 1*).

Expansão privada

No Brasil, não há dúvida que o modelo das últimas décadas de expansão do ensino de graduação superior tem como diretriz central o

crescimento do setor privado, com as Instituições de Ensino Superior (IES) particulares responsáveis em 2013 por 74% das matrículas na graduação, equivalente a quase 5 milhões de matriculados nessas instituições. Batendo o olho no gráfico abaixo, constatamos rapidamente que houve crescimento significativo das matrículas na graduação nos 23 anos observados, saltando de 1,5 milhão de matriculados em 1980 para aproximadamente 7,3 milhões em 2013. Porém, mesmo acompanhando essa evolução, o setor público esteve sempre abaixo do setor privado e vem decrescendo sua participação relativa (*Gráfico 2*).

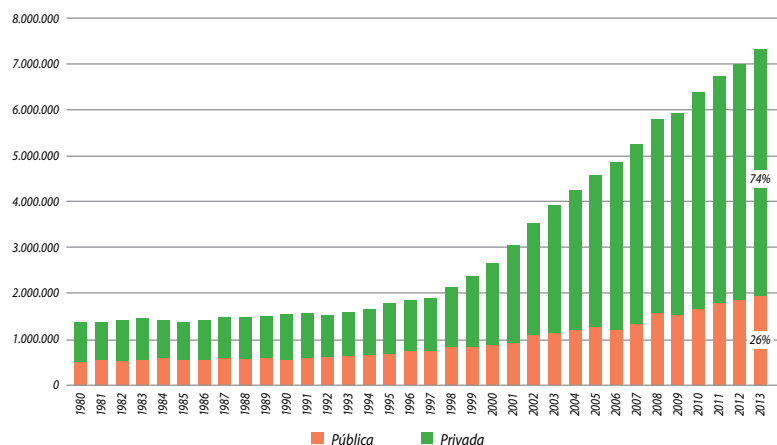
A expansão de 2003 a 2013 do sistema privado de educação superior observada no gráfico 1 foi beneficiada em grande parte pelas políticas públicas de financiamento da educação dos não ricos, através do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e do Programa Universidade para Todos (Prouni).

Empréstimos a estudantes

O Fies, criado em 1999, sucedâneo do Crédito Educativo no regime militar, é um sistema governamental de empréstimos – com gestão do Ministério da Educação e operado por bancos públicos – aos estudantes matriculados em instituições privadas avaliadas pelo mesmo Ministério. A partir de 2010, teve forte expansão com as mudanças na sua operação, especialmente na redução da taxa de juros de 6,5% para 3,4% a.a., ampliação dos prazos de carência e de amortização da dívida.

Em 2014, 26% dos estudantes matriculados nas IES privadas contaram com recursos do Fies, sendo os cursos mais financiados os de engenharia, de direito, administração e enfermagem. Os estudantes dos estados que contam com os maiores números de matrículas no sistema privado – como São Paulo abrindo o *ranking*, cuja relação é de mais de cinco matrículas no privado para uma no público – são

Gráfico 2: Evolução das matrículas de educação superior de graduação, por categoria administrativa Brasil: 1980–2013



Fonte: MEC/Inep

os que mais acessam esse financiamento, sendo Minas Gerais em segundo lugar, Bahia em terceiro, Rio de Janeiro em quarto e Rio Grande do Sul em quinto.

O Prouni, criado em 2005, é um sistema de bolsas integrais ou parciais gratuitas, cujo público-alvo são estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular com renda familiar *per capita* máxima de três salários mínimos. O Prouni realiza a seleção dos candidatos por meio de notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que avalia o desempenho dos que concluíram o ensino médio. O Prouni atendeu, de 2005 a 2013, mais de 1,2 milhão de estudantes, sendo 69% com bolsas integrais. Parte considerável dos estudantes com bolsas parciais do Prouni teve acesso ao Fies para pagar o restante (Gráfico 3).

Inclusão social

O Fies e o Prouni têm sido muito importantes para garantir a inclusão social dos jovens que não são ricos ao sistema universitário e, consequentemente, sua capacitação a empregos com melhor remuneração. No momento, esses programas estão sendo repensados pelo governo federal, assinalando que haverá mudanças significativas especialmente nos critérios de seleção e, provavelmente, serão unificados, além de estarem em 2015 sofrendo com o corte de verbas pelo ajuste fiscal em curso. É importante garantir critérios de seleção e qualificação, desde que isso não implique piorar as condições de acesso. Esses programas, no atual momento, em que não há perspectivas para uma forte expansão do sistema público, devem ser ampliados e não contingenciados, pois a demanda pelos recursos tanto no Fies quanto no Prouni é maior do que o montante disponibilizado pelo governo federal. Eles permitem fazer justiça social a uma parte dos jovens que querem estudar, mas não podem pagar e não

conseguem obter vagas no sistema público de educação superior.

Rede federal

Destacam-se as políticas públicas que garantiram nos últimos anos a expansão da educação superior nas instituições públicas federais. Muito aquém do desejável e muito menor do que a expansão privada, o crescimento de vagas nas universidades federais foi significativo no sentido de acolher um grande número de estudantes desejosos de ingressar nas melhores escolas e que não dispõem de recursos para pagar uma escola particular de qualidade.

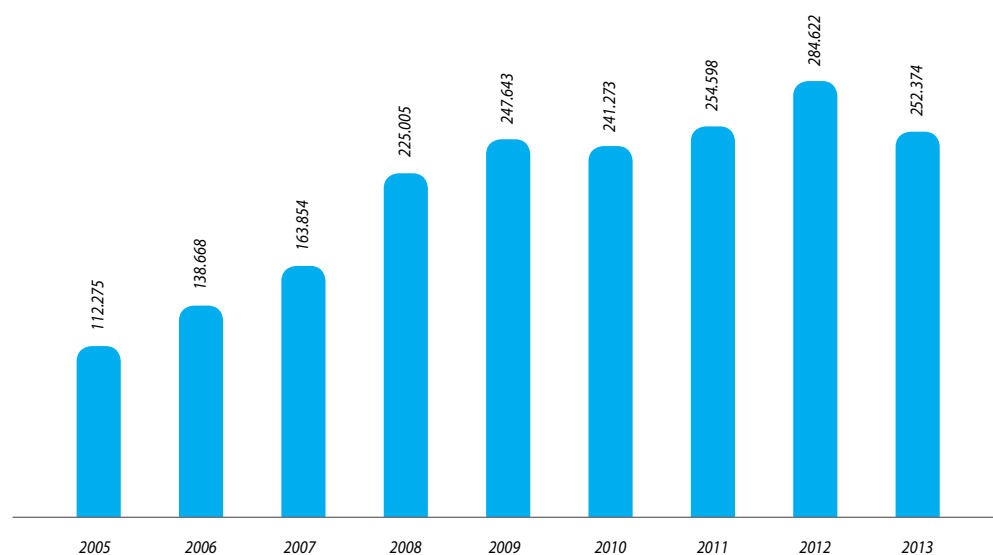
O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) criou condições para promover a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior, garantindo o aumento de vagas nos cursos de graduação e a ampliação da oferta de cursos noturnos. Criado em 2003, o Reuni possibilitou a interiorização dos *campi* das universidades federais, mais que dobrando o número de municípios por elas atendidos (114 em 2003, passando para 237 em 2011), com a criação de cem

campi e a implantação de 14 novas universidades. O Reuni, associado ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu), propiciou importante processo de ingresso dos jovens não ricos ao sistema público universitário.

Outras políticas públicas têm sido muito importantes para a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica. Ainda incipiente a educação a distância no País, é notável a criação, em 2006, da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que oferta cursos superiores a distância. Reconhece-se também a importância das medidas que garantiram ampliação do sistema de ensino tecnológico, composto de institutos federais de educação, ciência e tecnologia; centros federais de educação tecnológica; escolas técnicas vinculadas às universidades federais e universidade tecnológica federal.

Infelizmente, esses avanços vêm sendo ameaçados pela contenção de recursos para o ensino superior imposta pelo ajuste fiscal do governo brasileiro, fragilizando o conjunto das instituições federais de ensino superior, especialmente aquelas ainda em fase de implantação e amadurecimento, e impedindo a continuidade da expansão. ❖

Gráfico 3: Quantidade de bolsas ofertadas pelo Prouni Brasil: 2005–2013



Fonte: MEC/Sisprouni – 2014

Investir em cérebros nas empresas

A EDUCAÇÃO CONTINUADA vem sendo, há mais de 30 anos, defendida e desenvolvida pelo engenheiro Allen Habert, especialmente entre a categoria dos engenheiros e profissionais da área tecnológica. Desde 2006, com a criação da CNTU, Habert teve oportunidade de ampliar o projeto para o conjunto dos profissionais universitários, através de uma das campanhas do projeto Brasil Inteligente, denominada Sistema Nacional de Educação Continuada dos Profissionais Universitários.

O engenheiro fala da importância de se conquistar esse direito para o conjunto dos 15 milhões de profissionais universitários brasileiros, como forma de se alavancar o desenvolvimento nacional com um salto de conhecimento na produção de bens e serviços. Segundo ele, isso contribuirá para aumentar os salários e rendimentos dos profissionais, dar maior competitividade às empresas e melhorar os serviços públicos, sem ilusões, mas com os pés no chão.

Essa batalha da CNTU, em conjunto com outras entidades e instituições, dará as condições para que esse direito seja estendido a todos os trabalhadores brasileiros. “É assim que o País chegará a ser a terceira ou a quarta economia do mundo em 25 anos, aumentando a renda *per capita* e a produtividade de cada brasileiro”, destaca Habert.

Inteligências coletivas

Ele entende que a educação continuada é primordial. “Não se pode tratar o trabalho, o trabalhador como mão de obra, pois todos os seres humanos são pensantes, e a educação é decisiva para o destino humano. E a empresa deve potencializar o pensar, pois sem inteligências coletivas interligadas, uma organização empregadora na era do conhecimento torna-se uma empresa envelhecida.” A educação continuada começa na infân-



Allen Habert: “O conhecimento é a base da inovação, que é sempre um processo social.”

cia e vai pela vida afora, num movimento permanente de mobilizar e entusiasmar a mente e o coração até a velhice.

O engenheiro aposta que “a empresa só tem a ganhar, pois a era do conhecimento é isso: seres mais esclarecidos, mais autônomos, mais ousados a conquistar o conhecimento e a empreender”. O conhecimento não está pronto, está sempre por vir, ressalta ele. Para Habert, às vezes o desenvolvimento de um *hobby* ou um determinado interesse do profissional pode ser uma ótima oportunidade de novos negócios, novos produtos, revertidos para a empresa e para a sociedade. “O conhecimento é

a base da inovação, que é sempre um processo social, o qual, como a educação, se dá num movimento dentro e fora de uma determinada empresa ou instituição.”

A CNTU representa profissionais universitários, ou seja, aqueles que se distinguem por terem formação de nível superior. Allen Habert entende que a educação continuada durante a jornada de trabalho nas empresas – conquista das convenções 140 e 142 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1974, ratificadas pelo Congresso Nacional no final de 1992 – é chave para a educação de todos, e assinala que para os segmentos universitários ela é ainda mais óbvia. “O Brasil teve um custo social alto para formar 15 milhões de profissionais que frequentaram a universidade, que são hoje a coluna vertebral de nosso desenvolvimento. Com qualidade educacional boa, razoável ou deficitária, trata-se de um conjunto de pessoas que já venceu muitas etapas, mas isso pode ser zerado muito rapidamente se não houver continuidade após a conclusão do terceiro grau, pois o conhecimento e os processos produtivos se transformam numa velocidade muito rápida. Todo mundo sabe disso. Aqui se trata de conquistar esse direito para todos no mundo do trabalho de forma sustentável. Conquistamos bravamente isso pela primeira vez na Constituição de 1988, no capítulo de C & T, no histórico artigo 218, e agora devemos implantá-lo para valer.”

Segundo Habert, os treinamentos realizados pelas empresas não satisfazem essa demanda por atualização. Contudo, ele destaca que tais práticas “são importantes, mas são ministradas ainda para uma minoria dentro da organização empregadora”.

Cultura permanente

“Estamos falando de educação em sentido amplo, que prepara os seres humanos para o variado

espectro da vida: a convivência social, a cidadania, o trabalho, a capacidade de mudar de trabalho, inclusive, criar oportunidades novas frente às transformações tecnológicas, frente às transformações culturais. O treinamento hoje ainda é muito pontual.”

“Investir em cérebros é o melhor investimento que um país pode fazer”, segundo o diretor da CNTU, “o mais rentável, pois é autossustentável”. Se é assim, por que são tão lentas as ações governamentais e empresariais em prol da educação continuada? O engenheiro reconhece a lentidão do processo e o clima que a empresa 2.0 vive – créditos difíceis, juros altos, tributação complexa, falta de P&D. “Mas devemos dar um salto para a empresa 3.0 – investindo nos cérebros e na inovação incremental”. Isso se baseia na experiência inédita e pioneira do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (Seesp), na qual os engenheiros conquistaram, em 1989, em dissídio coletivo, o direito à requalificação profissional. Obtiveram 12 dias por ano – equivalentes a 96 horas ou 5% da jornada de trabalho – para a educação continuada, sem prejuízo dos vencimentos. “Isso precisa ser implantado efetivamente nas organizações empregadoras, como uma cultura permanente, dentro de uma compreensão maior do nosso desenvolvimento sustentável.”

“Estamos falando de educação em sentido amplo, que prepara os seres humanos para o variado espectro da vida: a convivência social, a cidadania, o trabalho, a capacidade de mudar de trabalho”

Direito nacional

Habert entende que esse direito deva ser nacional, extensivo a todas as categorias profissionais e nos mais diversos tipos de empreendimentos e organizações públicas ou privadas. Por isso acredita que a campanha da CNTU tem um grande apelo e futuro. “É uma conquista que interessa aos trabalhadores, à empresa, à universidade, aos poderes públicos e ao País. Precisamos que isso aconteça antes de 2022, bicentenário da Independência, para que possamos preparar o País para um novo salto e mudar de pele.”

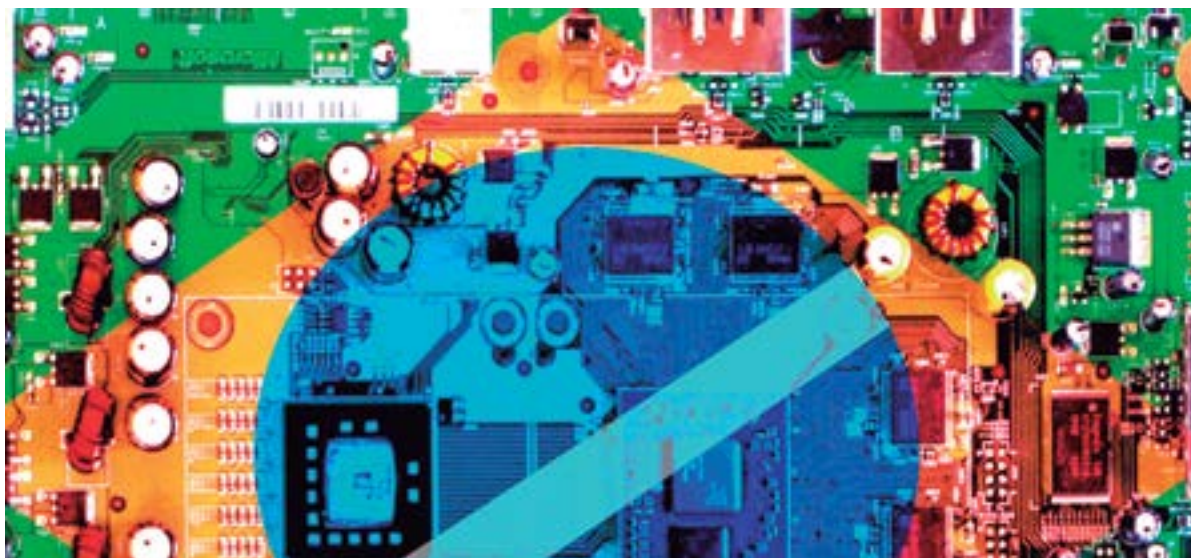
Para ele, “somente o movimento sindical articulado com entidades em-

presariais pode conquistar esse novo direito através do Congresso Nacional”. As universidades, as escolas, os meios de comunicação, o poder público, enfim, toda a sociedade, segundo o engenheiro, têm muito a contribuir com a educação continuada. A CNTU tem o mérito histórico de ter formulado a ideia, o sistema e a campanha, em conjunto com seus sindicatos e federações.

“A entidade pode articular e puxar esse movimento até a sua conquista, vitória e implantação. Essa conquista depois se estenderá gradativamente às outras categorias de trabalhadores. A CNTU tem essa missão, dever e beleza”, conclui. 

Allen Habert

Engenheiro de produção e mestre pela Escola Politécnica da USP, ex-membro do Conselho Universitário da Unicamp, ex-presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (1986-1989) e ex-diretor da FNE (1986-1992). Foi um dos fundadores da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed) em 1995 e seu diretor durante duas gestões. Um dos fundadores da CNTU, atualmente é diretor de Articulação Nacional da entidade e diretor do Seesp. Com uma longa carreira profissional nos setores privado e público, especializou-se na área de recuperação de perdas no sistema produtivo



A política de pós-graduação no Brasil

A formação de especialistas – mestres e doutores – pela universidade brasileira se configura como bom exemplo de política pública

QUANDO SE MIRA a elaboração de políticas públicas de educação continuada dos profissionais universitários, uma parte importante da atenção deve ser dada a uma infinidade de formatos educacionais que possibilitam aos que já se formaram no terceiro grau dar continuidade aos estudos.

É o caso da pós-graduação *lato sensu*, que inclui as especializações e os cursos de MBA (sigla originada da expressão inglesa *Master Business Administration*), e dos programas de extensão.

Outra parte da atenção deve ser dada à pós-graduação *strictu sensu*, aquela que segue os critérios da graduação acadêmica, regulamentada por políticas educacionais destinadas a formar as mais altas patentes da carreira universitária, ou seja, mestrado e doutorado.

Nosso foco a seguir é apresentar um breve panorama da pós-graduação *strictu sensu*, que qualifica os profissionais para o exercício da docência e da pesquisa.

Programa bem-sucedido

A pós-graduação *strictu sensu* no Brasil é considerada por muitos especialistas como o mais bem-sucedido programa de educação brasileira, pela avaliação da sua produtividade. Isso não quer dizer que não haja um conjunto de problemas ou dúvidas a seu respeito. De qualquer forma, de início é preciso reconhecer que o Brasil em pouco mais de 50 anos implantou um sistema de pós-graduação bastante abrangente, funcional e de sucesso reconhecido, cumprindo papel estratégico no desenvolvimento do País.

Durante a primeira metade do século XX, desde o Governo Getúlio Vargas até meados dos anos 1960,

aconteceram iniciativas importantes para se implantar a pós-graduação no País. Mas foi apenas em 1965 que ela passou a ser regulamentada e organizada sistematicamente num conjunto de instituições universitárias, através do Parecer 977 do Conselho Federal de Educação.

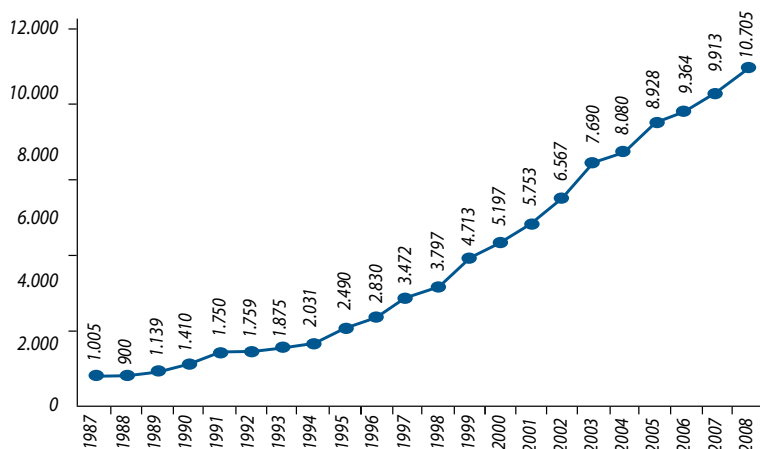
Modelos adotados

Inicia-se a implantação formal dos cursos de pós-graduação, adotando-se modelos de países desenvolvidos, notadamente dos Estados Unidos, principalmente no que diz respeito à estrutura. Ao mesmo tempo, o modelo europeu não anglo-saxão teve sua influência no que diz respeito às formas de avaliação.

Houve, durante as décadas seguintes, críticas de cientistas, intelectuais e políticos brasileiros sobre os padrões internacionais adotados na pós-graduação que subordinariam a produção de conhecimento a interesses externos. Tal fator geraria dependência cultural e tecnológica e alienação da ciência praticada no País frente aos problemas nacionais. Outros tantos cientistas, intelectuais e políticos aplaudem esse padrão internacional, pois isso teria permitido elevar a qualidade da ciência praticada internamente.

Outro debate forte no processo de implantação da pós-graduação foi da relação entre ciência básica e ciência aplicada. Ao término da II Guerra Mundial, o relatório *Science the endless frontier*, que difundiu concepções científicas em todo o mundo, inclusive no Brasil, recomendava ênfase na ciência básica, entendendo que suas aplicações práticas são decorrências naturais.

Número de doutores titulados no Brasil, 1987-2008



Fontes: Coleta Capes (Capes, MEC) e MCT (2010). Elaboração: Viotti, E.B., in CGEE Doutores 2010: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira, p.19

Questionamentos

No entanto, essa orientação, que parecia incontestável, começou a ser questionada, inclusive nos Estados Unidos, que perdiam espaço no desenvolvimento tecnológico e industrial já a partir da década de 1960. Nessa época, países como a União Soviética e o Japão e, posteriormente, a China e os Tigres Asiáticos começaram a obter exitosos índices de desenvolvimento tecnológico e industrial. Frente a esses embates de orientação da ciência que ainda fazem sentido para o Brasil, o dilema sobre os rumos da pós-graduação e sua relação com as necessidades e o desenvolvimento do País não está esgotado. Ao contrário, parece aguardar que o Brasil defina suas políticas de desenvolvimento socioeconômico e industrial e, consequentemente, de desenvolvimento científico e tecnológico.

Massa crítica

Enquanto isso, formamos uma massa crítica considerável de mestres e doutores e a expansão de um sistema articulado de pós-graduação. Esses avanços têm sido importantes para garantir a participação do Brasil em projetos de cooperação científica e tecnológica internacional, assim como para

fazer avançar a pesquisa multi e interdisciplinar no País, renovar as universidades e instituições de pesquisa (algumas engajadas em projetos de importância estratégica), alimentar a docência qualificada nos vários níveis educacionais, particularmente na própria pós-graduação e graduação superior, mas também na melhor qualificação de professores e gestores para a educação básica. Notável também tem sido a alimentação, com profissionais de alta qualificação, do sistema médico-hospitalar e jurídico, além da inovação tecnológica nos sistemas públicos e privados, a gestão estatal e empresarial, dentre outros. A pós-graduação, assim, vem contribuindo significativamente para a posição do Brasil como uma das economias mais desenvolvidas do mundo e portadora de uma inteligência coletiva importante para a conformação de uma sociedade intelectualmente sofisticada, fator decisivo para a existência de uma meritocracia que responda pela inovação e governança do País.

População de doutores

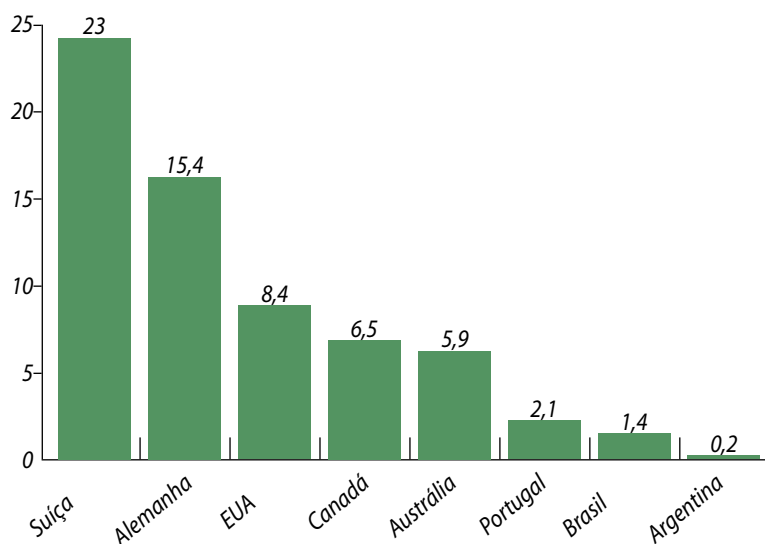
Apesar de diminuta em relação ao total da população brasileira, a pós-graduação, especialmente o doutorado, forma recursos humanos

decisivos para o avanço e a difusão de conhecimentos e tecnologias. Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estudo conduzido pela professora da Unicamp Rosana Baeninger estima que em 2008 havia no Brasil 586 mil portadores de títulos de mestrado e doutorado. Isso correspondia a 0,31% da população de 190 milhões de brasileiros. Dentre eles, apenas 132 mil eram doutores, ou seja, 0,07% do total da população e 0,14% na faixa etária entre 25 e 64 anos, naquele ano.

Para atingir os patamares dos países desenvolvidos, o Brasil deveria multiplicar a população de doutores por quatro, cinco ou até mais vezes. A meta não é impossível de ser atingida, dado o crescimento dos programas e cursos, as matrículas em doutorados brasileiros e de brasileiros que se diplomam no exterior, bem como a autorização para entrada de doutores estrangeiros no País.

A implantação, expansão e controle de qualidade dos programas de mestrado e doutorado no Brasil é apontada como uma das mais bem-sucedidas políticas públicas em execução. O principal resultado tem sido o crescimento permanente de número de programas, cursos, alunos matriculados e titulados. Um dos indicadores mais importantes do sucesso dessa política é o crescimento de cerca de mil por cento no número de doutores titulados anualmente entre 1987 e 2008. Segundo documento de 2010 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), preservado o crescimento dos investimentos das agências governamentais nos níveis atuais, no espaço de dez anos o Brasil terá o dobro do número de doutores do que dispõe atualmente. Porém, apenas em um prazo de 27 anos o País conseguiria atingir níveis de formação de doutores similares aos dos países mais desenvolvidos.

Número de portadores de títulos de doutorado por mil habitantes na faixa etária entre 25 e 64 anos, países selecionados



Fontes: Coleta Capes (Capes, MEC), Pnad 2008 (IBGE); MCT (2009) e Auriol (2007)
Elaboração: CGEE. Doutores 2010: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira, p.18. Obs.: Os dados de Austrália e Canadá referem-se a 2001; Suíça, Alemanha e EUA a 2003; Argentina a 2005; e Brasil a 2008.

Mobilização para o bicentenário

BRASIL 2022 – O PAÍS QUE QUEREMOS é um projeto da CNTU em parceria com as federações e sindicatos a ela filiados, que visa construir um objetivo comum para que o País dê um salto decisivo

O PROJETO BRASIL 2022, no processo de preparação do bicentenário, visa mobilizar as múltiplas organizações, instituições e movimentos sociais para manifestação de suas vontades do País que queremos construir. Portanto, trata-se de criar coesão social, uma totalidade que represente a sociedade, uma totalidade aberta que expresse as multiplicidades, as diversidades, as diferenças, as várias potencialidades existentes no País que almejam transformações que coloquem a nação brasileira num patamar mais alto e sustentado de desenvolvimento com toda a amplitude que essa palavra tem, desenvolvimento econômico, político, social, educacional, cultural e ambiental.

O Brasil 2022, proposto e alavancado pela CNTU, é um projeto aberto, não aponta um traçado ideal, pois a confederação entende que esse caminho só pode ser feito ao caminhar, um caminho que vai se tornar mais definido na medida em que os parceiros se manifestem e se organizem para ele. A CNTU pretende perseguir alguns pontos de partida através de três diretrizes: 1) **CNTU Brasil 2022**; 2) **Rede Brasil 2022**; 3) **Constituinte do Saber Brasil 2022**.

1 – CNTU Brasil 2022: Visa debater e propor o papel e os instrumentos dos profissionais universitários no projeto de futuro do País, especialmente nas seguintes questões:

- **Democratização do Estado e universalização**

dos serviços públicos: debater a reforma do Estado e da administração pública objetivando a profissionalização e a democratização dos serviços públicos, rompendo com as culturas de privilégio, partidarização, corrupção e descontinuidade das políticas públicas.



- **Democratização da economia e valorização do trabalho:**

diversificação e descentralização da economia brasileira, gerando mais oportunidades, melhores empregos, valorização das micro, pequenas e médias empresas e outras formas sociais e colaborativas de produção e inovação.

- **Fortalecimento do sindicalismo:**

valorizar e fortalecer as entidades sindicais dos profissionais universitários para potencializar a defesa da democracia, do desenvolvimento socioeconômico, da justiça social, do emprego, das rendas do trabalho e da educação permanente.



- **Prospecção da educação e do trabalho no futuro:** contribuir com a juventude e as futuras gerações de profissionais universitários através da prospecção das transformações do trabalho e da educação.

da Independência

2 – Rede Brasil 2022: Visa motivar a participação das diversas instituições democráticas (governos, empresas, sindicatos, escolas etc.) na comemoração do bicentenário da Independência, cada uma com seu projeto, mas buscando-se unidade entre elas para o desenvolvimento de grandes ações cooperadas como:

- **Portal:** um sítio comum na *web* para todos os projetos Brasil 2022.



- **Bicentenário da Independência:** organizar atos de cidadania em comemoração aos 200 anos da Independência do Brasil.

- **Certificação e selo:** para distribuir aos parceiros do projeto Brasil 2022.

- **Publicações:** produzir livros, cartilhas, folhetos e outras publicações.

- **Arte moderna e contemporânea:** organizar e estimular atos culturais e artísticos em comemoração ao centenário da Semana de Arte Moderna de 1922. Estimular a economia da cultura, a economia criativa, auxiliando a valorizar e integrar as regiões do País.



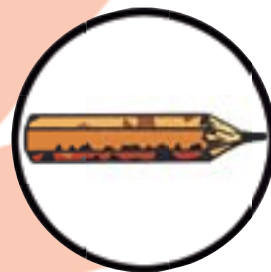
3 – Constituinte do Saber Brasil 2022: Visa mobilizar a sociedade brasileira através de conferências municipais nas principais cidades do País, elegendo delegados e propostas para uma conferência nacional que aponte rumos e prioridades para o Brasil nos mais importantes aspectos nacionais, como:

- **Estado e serviço público:** desenvolver um Estado com ampliação da democracia e serviços públicos com crescente qualidade e gestão participativa.

- **Ciência, tecnologia e inovação:** propostas para o desenvolvimento científico, tecnológico e inovacional, rompendo com as abordagens elitistas, distanciadas da vida real e excludentes da produção e acesso de todos ao conhecimento mais avançado.



- **Educação:** desenvolver proposições para a educação brasileira, acolhendo suas expectativas de autonomia, liberdade e criatividade.



- **Economia e empreendedorismo:** traçar propostas de políticas nacionais e regionais de fortalecimento da capacidade empreendedora da sociedade, de geração de emprego, trabalho e renda e de proteção da economia brasileira nas crises cíclicas do capitalismo. Investir na implantação de cidades inteligentes, reforçando a soberania cidadã.



- **Cultura e civilização:** desenvolver a economia criativa. Propor formas de incremento do potencial criativo do País, musical, audiovisual, literário, plástico, teatral, arquitetônico, ambiental, urbano, agrário, científico e esportista.



Entidade

A CNTU abriga hoje quase cem sindicatos, seis categorias profissionais e aproximadamente 2 milhões de profissionais universitários de todo o Brasil. Por seu caráter amplo, plural e variado, as demandas da confederação dizem respeito não apenas a seus filiados, mas a toda a sociedade. Desenvolvimento, educação e bem-estar são temas presentes em praticamente todas as atividades nacionais e internacionais de uma instituição que tem na democratização plena do País seu impulso maior

CONSOLIDADA



Na posse da diretoria, a defesa de uma agenda ampla para a CNTU

Defesa da economia nacional e do crescimento econômico são metas da entidade, que busca estar presente em todas as esferas da vida nacional

A solenidade de posse da diretoria da CNTU para a gestão 2015-2018 aconteceu em 10 de março último, no memorial JK, em Brasília. Reunindo profissionais de todo o País, a atividade apontou o rumo da entidade. Murilo Celso de Campos Pinheiro, reconduzido à Presidência, em seu discurso, afirmou que os profissionais liberais têm “orgulho de fazer parte da confederação, reconhecida pelo trabalho que faz em todo o Brasil”.

Segundo ele, “estamos pautando uma agenda bastante complexa para uma entidade que abriga

mais de cem sindicatos e representa mais de 2 milhões de profissionais. Com o crescimento da

CNTU, podemos contribuir com todas as esferas da vida nacional”. O presidente falou ainda da constituição dos novos departamentos da entidade. “São 15 no total. A confederação faz isso para estar mais presente na vida de seus filiados. Estamos passando por momentos difíceis na política e na economia brasileira. Temos o dever de debater o País”, assegurou.



Posse da nova diretoria da CNTU.

Crescimento econômico

Pinheiro ressaltou ainda a necessidade de se garantir o crescimento econômico, afastando a possibilidade de o País entrar em recessão. “Estamos participando das questões da sociedade com propostas factíveis, cumprindo nosso dever de discutir os problemas de frente, e não apenas criticando”, ressaltou o presidente. E completou: “A nossa CNTU estará presente, ajudando o País neste momento difícil. Ajudar a construção

**Estamos participando
das questões da
sociedade com propostas
factíveis, cumprindo
nosso dever de discutir
os problemas de frente,
afirmou Murilo Pinheiro**

de um Brasil mais justo com oportunidades para todos.”

No ensejo, Ronald Ferreira dos Santos, presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos (Fenafar), foi enfático na crítica à entrada do capital estrangeiro nos serviços de saúde, classificada por ele como “um atentado à soberania nacional”. Em sua fala, conclamou a CNTU a se posicionar na “defesa da Petrobras e desta nação”.

Paulo Dantas da Costa, presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), destacou a necessidade de se valorizar o trabalho qualificado no Brasil. A cerimônia contou com a participação dos presidentes da Central de Sindicatos Brasileiros (CSB), Antonio Neto, e do Sindicato dos Economistas de São Paulo (SindeconSP), Pedro Afonso Gomes. Também prestigiaram o evento os dirigentes das federações dos Odontologistas (FIO), José Ferreira Campos Sobrinho, dos Nutricionistas (Febran), Ernane Silveira Rosas, dos Médicos (Fenam), Geraldo Ferreira Filho, e dos Engenheiros (FNE), Carlos Bastos Abraham. 🇧🇷

Gestão 2015-2018

Diretoria efetiva

Presidente

Murilo Celso de Campos Pinheiro

Vice-presidente

Gilda Almeida de Souza

Diretor administrativo

José Ferreira Campos Sobrinho

Diretor de Finanças

Geraldo Ferreira Filho

Diretor adjunto de Finanças

Ernane Silveira Rosas

Diretor de Relações Sindicais

Odilon Guedes Pinto Junior

Diretor de Articulação Nacional

Allen Habert

Suplentes

Maria Maruza Carlesso

Wellington Moreira Mello

Jorge Sale Darze

José Ailton Ferreira Pacheco

Waldir Pereira Gomes

José Carlos Ferreira Rauen

Mario Antonio Ferrari

Conselho Fiscal

Titulares

José Carrijo Brom

Eglif de Negreiros Filho

Sebastião Aguiar da Fonseca Dias

Suplentes

Francisco Jusciner de Araújo Silva

Zaida Maria de A. Melo Diniz

José Maria Arruda Pontes





A posse da diretoria da CNTU contou com representantes de todas as categorias filiadas, vindos de várias partes do País. O tom dos discursos foi pautado pela defesa da economia, da ciência e da tecnologia nacionais. Com sua nova estruturação interna, através de 15 departamentos, a entidade busca consolidar ainda mais sua legitimidade entre os profissionais de nível universitário.





A CNTU abriga quase
cem sindicatos e
representa mais de 2
milhões de profissionais.

Com a criação de
15 departamentos, a
confederação vai estar
mais sintonizada com
os anseios e aspirações
de seus filiados



Os departamentos da CNTU

A entidade constituiu departamentos temáticos para apoiar as iniciativas em várias áreas. São 15 no total. Confira quem são os seus coordenadores e quais os objetivos de cada um.

Alimentação saudável

Coordenador
Ernane Silveira Rosas

Nutricionista, presidente do Sindicato dos Nutricionistas no Estado de São Paulo (Sinesp) e da Federação

Interestadual dos Nutricionistas (Febran). É diretor adjunto de finanças da CNTU.



Competências

- Acompanhar e avaliar a situação alimentar e nutricional dos brasileiros.
- Propor medidas e políticas públicas pela alimentação saudável. Inovar e executar a campanha Brasil Inteligente – Alimentação saudável e contra o uso abusivo de agrotóxicos, da CNTU.

Principais propostas de ações para 2015

► Colaborar com a CNTU, com as federações e os sindicatos a ela filiados e com entidades de nutrição e/ou de alimentação saudável (e de agroecologia) para divulgar a importância da criação e da manutenção de hábitos alimentares saudáveis. Realizar reuniões com entidades promotoras de alimentos orgânicos, para discutir ações de redução do consumo de agrotóxicos. Convocar entidades de nutrição (associações, conselhos e sindicatos de nutricionistas) para,

juntas, implementarem campanhas em níveis regional, estadual e nacional para esclarecimento sobre o que é “alimentação saudável”.

Principais propostas de ações para 2016

► Realizar um encontro nacional de prefeituras que trocaram a utilização de alimentos da agricultura convencional (baseada em agrotóxicos) por orgânicos na preparação da alimentação servida nas escolas públicas. Iniciar contatos com entidades internacionais para levantamento dos principais problemas em seus países quanto à utilização de agrotóxicos na produção de alimentos usados pela sua população.

Amazônia e meio ambiente

Coordenadora
Fátima Cristina Palmieri

Engenheira civil, com especialização em construção civil de grande porte e pós-graduada em construções sustentáveis, diretora do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo (Stieesp), secretária adjunta da Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da União Geral dos Trabalhadores (UGT), coordenadora do Comitê de Sustentabilidade dessa entidade e conselheira consultiva da CNTU.



Competências

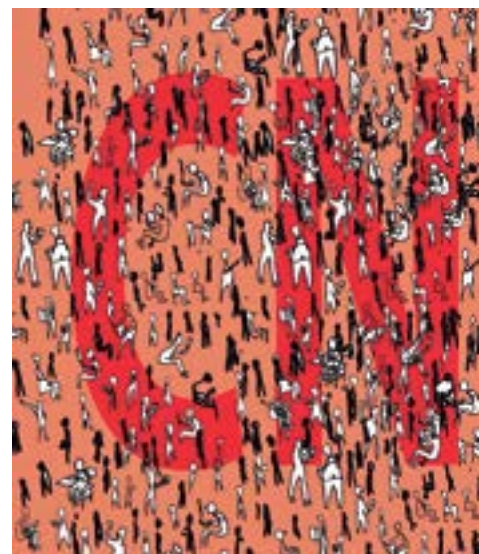
- Acompanhar e avaliar as questões ambientais no País e as suas relações no mundo, propor medidas e políticas públicas de sustentabilidade, inovar e implementar a campanha Brasil Inteligente – Mais ciência, tecnologia e inovação na Amazônia.

Principais propostas de ações para 2015

► **1ª. etapa** - Mapear processos existentes na CNTU em campanhas e eventos temáticos.

► **2ª etapa** – *Workshop*: agregar um grupo de diretores e conselheiros consultivos da CNTU com sensibilização em temas da atualidade relacionados à Amazônia, meio ambiente e mudanças climáticas.

► **3ª etapa** – Realizar a primeira jornada sindical do Departamento da Amazônia e Meio Ambiente, com discussão e participação sindical nos eixos temáticos de mudanças climáticas, cidades sustentáveis, cidades



resilientes e cidades inteligentes, geração de empregos decentes, mais ciência e tecnologia para Amazônia.

► **4ª etapa** – Encerramento das atividades do ano: preparo e participação de delegação da CNTU na Conferência das Partes das Nações Unidas para Mudanças Climáticas (COP21), a realizar-se de 30 de novembro a 12 de dezembro, em Paris.

► Preparar a publicação CNTU rumo à COP21.

Principais propostas de ações para 2016

► **1ª etapa** – Projeto piloto: contemplar todas as discussões nas ações desenvolvidas em 2015 para formação de teses e publicações de trabalhos apresentados. Produção de *newsletter* circulante entre os departamentos e *site*, com foco na divulgação do parâmetro atual de questões que envolvem a Amazônia e o meio ambiente, bem como apoio a desenvolvimento de novas tecnologias ambientais. Criar espaço para discutir as temáticas da atualidade em parceria com os sindicatos e federações. Em consonância com as campanhas do Brasil Inteligente, construir estratégias de atuação junto às diretorias e departamentos. Realizar a 2ª Jornada Sindical do Departamento da Amazônia e Meio Ambiente.

► **2ª etapa** – Encerramento das atividades do ano de 2016: pre-

paração e participação de delegação da CNTU para a Conferência das Partes das Nações Unidas para Mudanças Climáticas (COP22), a realizar-se em dezembro de 2016.

Bioética e direitos humanos

Coordenador
Luciano Eloi Santos

Odontologista, mestre em saúde coletiva, especialista em bioética e odontologia do trabalho, vice-presidente da Federação Interestadual dos Odontologistas (FIO), presidente do Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais (CRO-MG). É conselheiro consultivo da CNTU.



Competências

- Acompanhar e avaliar a bioética no Brasil, articulando e promovendo-a junto ao movimento sindical.
- Propor medidas e políticas públicas buscando garantir a qualidade de vida e a defesa e a promoção dos direitos humanos no País.

Principais propostas de ações para 2015

► Realização de fórum que discuta a questão da violência de maneira interdisciplinar, envolvendo as federações filiadas à CNTU, conforme estrutura abaixo:

Fórum bioética e violência urbana: desafios para o movimento sindical

A sociedade vive uma crescente epidemia de violência nos grandes centros urbanos, criando um clima de constante insegurança. A violência é causada pela própria estrutura urbana que retrata a divisão injusta dos espaços, deixando de criar locais públi-

cos de lazer, cultura e esportes para privilegiar os automóveis, em detrimento de praças acolhedoras e humanizadas. Podemos citar a violência causada pelo trânsito, que mata e mutila, o narcotráfico e o crime organizado, a violência contra mulheres, homossexuais, brigas de torcidas de futebol etc.. O movimento sindical, através da CNTU, se propõe a discutir pela ótica da bioética essa questão, que hoje é considerada um dos maiores problemas da nossa sociedade.

Principais propostas de ações para 2016

► Desenvolver fóruns de bioética de maneira multidisciplinar de questões conflitantes, em que cada federação possa contribuir para a reflexão e orientação de nossas ações sindicais.

Brasil 2022

Coordenador
Allen Habert

Engenheiro e mestre em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (E USP), ex-presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (Seesp), na gestão 1986-1989, representante dessa entidade na Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) e diretor de Articulação Nacional da CNTU.



Competências

- Planejar e implementar o projeto da CNTU Brasil 2022 – O País que queremos. Propor iniciativas e parcerias para desenvolver as suas diretrizes. Articular-se com os demais departamentos da CNTU para a implementação do projeto nos próximos sete anos.





Principais propostas de ações para 2015

► Formar um grupo de trabalho do departamento com representantes das federações e conselheiros consultivos da CNTU para o detalhamento do projeto.

► Elaborar o documento básico do projeto, detalhando suas diretrizes, já apresentadas em linhas gerais (CNTU Brasil 2022, Rede Brasil 2022 e Constituinte do Saber Brasil 2022). Criar a logomarca do projeto. Continuar coleta de depoimentos (Projetando o Brasil 2022) dos diretores da CNTU, das federações e sindicatos e de filiados, dos conselheiros consultivos da confederação e outros sobre temas de relevância para o desenvolvimento social, cultural e econômico do País. Lançar uma publicação no 3º. Encontro Nacional da CNTU (em dezembro de 2015), apresentando o projeto Brasil 2022 aos potenciais parceiros e à opinião pública. Lançar o vídeo “Projetando o Brasil 2022”, com síntese das temáticas e depoimentos colhidos em 2015.

Principais propostas de ações para 2016

- Lançar o portal do Brasil 2022 na web.
- Viabilizar a realização de filme Brasil 2022 sobre o bicentenário da Independência.
- Articular parcerias e ações do projeto na sociedade nos próximos anos.

Cidades e mobilidade

Coordenador
Claudio Costa Manso

Economista com especialização em planejamento de transportes urbanos e conselheiro consultivo da CNTU.



Competências

- Organizar ações de esclarecimento, pressão e mobilização social para as necessárias e urgentes melhorias urbanas. Inovar e implementar a campanha Brasil Inteligente.

Principais propostas de ações para 2015

► Reunir grupo de trabalho para implementar e dar novas diretrizes para a campanha Brasil Inteligente – Com mobilidade urbana todos ganham. Ampliar a abrangência temática do departamento, considerando outros itens de grande relevância urbana, tais como habitação, saneamento básico, sustentabilidade, cultura etc.. Reunir grupo de trabalho para propor ação ou evento ligado a cidades e mobilidade para o Brasil 2022.

► Discutir formas de participação sindical em eventos internacionais ligados ao departamento, particularmente os já programados pela ONU para os anos de 2015 e 2016. Dar continuidade ao fortalecimento da presença da CNTU no Conselho Nacional das Cidades, visando a futura partici-

pação dela como membro permanente. Atualmente, a entidade participa como observadora.

Principais propostas de ações para 2016

- Manter e aprimorar as ações do ano anterior, dando ênfase à participação da CNTU no Conselho Nacional das Cidades.

Ciência, tecnologia e inovação

Coordenador
Marcelo Knörich Zuffo

Engenheiro eletricitista pela Escola Politécnica da USP (1989), mestre e doutor em Engenharia Elétrica (1993 e 1997) e livre-docente na especialidade Meios eletrônicos interativos (2001). É professor titular da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. É ainda conselheiro consultivo da CNTU.



Competências

- Fazer diagnósticos da conjuntura política e econômica do País no que diz respeito à inovação, elaborar e sugerir políticas públicas para inclusão social por meio da inclusão digital, promover estratégias para colocar o profissional universitário no centro do processo de inovação, incentivar atitudes de inovação em estudantes e em profissionais universitários e aproximar ciência, tecnologia e inovação dos projetos de educação continuada.

Principais propostas de ações para 2015

► Elaborar diagnósticos e traçar panoramas do cenário brasileiro na área de ciência, tecnologia e inovação. Envolver o setor sindical

na discussão sobre economia do conhecimento e inovação. Desenvolver propostas de políticas públicas para fomentar inclusão digital. Promover diálogo entre setor sindical e os segmentos governamental e empresarial. Aproximar agenda dos profissionais universitários e da ciência e tecnologia.

Principais propostas de ações para 2016

► Acompanhar variáveis da conjuntura brasileira relacionadas à ciência, tecnologia e inovação. Dar continuidade ao fortalecimento do papel do profissional universitário enquanto agente da inovação através do empreendedorismo. Produzir ou contribuir para novas publicações. Contribuir para que a ciência, tecnologia e inovação se concretizem enquanto diretrizes da educação. Elaborar e apresentar uma proposta de continuidade para o Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que se encerrará em 2015.

Conjuntura econômica

Coordenador

Waldir Pereira Gomes

Graduado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor titular da Universidade de Mogi das Cruzes e professor da PUC-SP. Especialista em economia, com ênfase em sindicatos, dissídios coletivos, relações de emprego. É vice-presidente do Sindicato dos Economistas de São Paulo (SindeconSP) e diretor da CNTU.



Competências

- Analisar e melhor compreender as situações da economia nacional e internacional.

- Propor medidas e políticas econômicas favoráveis aos profissionais universitários, alinhadas às demandas da maioria da sociedade.

Principais propostas de ações para 2015 e 2016

► Apresentar alternativas a um modelo de crescimento econômico e desenvolvimento sustentável para balizar a diretoria da CNTU na tomada de decisões de interesse da classe trabalhadora, especialmente dos profissionais liberais universitários.

► Realizar dois seminários cuja temática principal deve ser as perspectivas para o País, em um futuro próximo, da atuação das entidades dos trabalhadores em defesa de conquistas e posicionamento diante de mudanças na economia.

► Dar suporte à diretoria da CNTU em ações de defesa dos trabalhadores frente ao ajuste fiscal, bem como de mudança nas políticas monetária, tributária e cambial que afetarão as relações no mundo do trabalho.

► Incorporar nas discussões da entidade questões pertinentes a um mercado globalizado e cada vez mais competitivo.

► Acompanhar as constantes mutações que acontecem na economia internacional para traçar cenários econômicos que possam dar subsídios à diretoria da CNTU na tomada de decisões.

Cooperativismo

Coordenador

João Carlos Gonçalves Bibbo

Graduado em Engenharia Civil. Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho e Administração de empresas. Vice-presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo



(Seesp), fundador e presidente da Cooperativa de Crédito dos Funcionários da Sabesp e Empresas de Saneamento Ambiental (Cecres). Conselheiro Fiscal da Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito (Confefbras). Conselheiro consultivo da CNTU.

Competências

- Implementar ações cooperativas que beneficiem os profissionais universitários, fortaleçam suas entidades sindicais, a política e a cultura do cooperativismo no País.

Principais propostas de ações para 2015

► Estudar as ações do departamento e definir parâmetros a elas, em consonância com o momento econômico e cooperativista dos dias atuais.

► Apresentar um conjunto de ações contundentes e efetivas para alavancar o movimento cooperativista com benefícios para todos os associados e, conseqüentemente, para seus familiares e demais assistidos.

► Elaborar um estudo técnico para entender o mercado potencial a ser atingido, os níveis de abrangência desejados, estrutura e insumos necessários.

► Analisar a conjuntura do mercado atual, visando ofertar aos associados um produto ou iniciativa que os atenda sob medida, com vantagens efetivas, porém à luz da competitividade.

► Visitar autarquias e departamentos para análise prévia da empreitada a ser implementada, buscando aparar, da origem, eventuais arestas, otimizando o processo de viabilização.

► Realizar interlocução com os principais sistemas cooperativistas em voga no País para estudar a viabilização de parceria estrutural e logística a fim de implementar o projeto.

► Materializar o projeto final, com seu respectivo registro no Banco Central do Brasil e demais órgãos.

Principais propostas de ações para 2016

► Elaborar material impresso e digital, em linguagem contemporânea e focada, para dar publicidade à iniciativa, bem como às vantagens e benefícios associados a ela.

► Maximizar o número de adesões a essa empreitada com ações ligadas especificamente à prospecção.

► Viabilizar parcerias com instituições representativas, como a Confederação Brasileira de Cooperativismo (Confebras), como forma de dar corpo e escala a iniciativas educacionais e difusoras do cooperativismo.

► Avançar na interlocução e na sinergia com lideranças cooperativistas nacionais e internacionais, com foco na materialização de projetos e processos difusores do cooperativismo.

Educação continuada

Coordenador
Fernando Palmezan Neto

Engenheiro,
diretor do
Seesp e do
Instituto
Superior de
Inovação e
Tecnologia
(Isitec).
Conselheiro
consultivo da CNTU.



Competências

- Acompanhar e avaliar a formação continuada dos profissionais universitários. Formular ações que possam incrementar e democratizar a educação continuada dos profissionais universitários.
- Inovar e implementar a campanha Brasil Inteligente – Por um Sistema Nacional de Educação Continuada dos Profissionais Universitários.

Principais propostas de ações para 2015

► Colaborar com a revista *Brasil Inteligente* da CNTU na produção de matérias sobre a educação continuada dos profissionais universitários.

► Encomendar a pesquisadores indicados pelas federações a produção de diagnóstico da educação continuada de cada uma das seis categorias. Esses diagnósticos subsidiarão o departamento em futuras ações, bem como serão publicados em livro que começou a ser produzido em 2013, apresentando o conceito e o histórico de educação continuada, experiências nacionais e internacionais, as propostas da CNTU (Campanha Brasil Inteligente – Por um Sistema Nacional de Educação Continuada dos Profissionais Universitários) e os diagnósticos da educação continuada das categorias reunidas na confederação.

► Debater o tema Educação continuada: civilização, trabalho e desenvolvimento, por ocasião do 3º Encontro Nacional da CNTU, em dezembro.

Principais propostas de ações para 2016

► Editar e publicar o livro já referido. Aprofundar relacionamento com poderes executivos, legislativos e judiciários para amadurecer proposta de projeto de lei de criação do Sistema Nacional de Educação Continuada dos Profissionais Universitários que contemplem as contribuições da CNTU, que, resumidamente, são:

Sistema – Implementar sistema legal, educacional e de financiamento em nível nacional que garanta o direito de aprendizagem permanente dos profissionais com formação universitária.

12 dias – garantir ao menos 12 dias por ano (96 horas) de licença remunerada para que os profissionais universitários possam se dedicar à educação continuada. Isso significa 5% dos dias úteis traba-

lhados para os que cumprem jornada de 40 horas semanais.

Financiamento – criação de um fundo com participação tripartite de governo, empresas e profissionais universitários para financiamento das políticas públicas de educação continuada. Os recursos desse fundo devem ser distribuídos para os profissionais universitários como créditos a serem descontados em seus investimentos em educação continuada.

Gestão – criação do Cartão da Educação Continuada, em que o profissional acessa e gerencia seus créditos no fundo, entre outros serviços do sistema.

Beneficiados – o sistema deve atender empregados e também trabalhadores autônomos, micro, pequenos e médios empresários, pessoal do terceiro setor, além dos que se encontram fora momentaneamente do mercado de trabalho e desejam ou necessitam de requalificação profissional.

Demandas – a educação continuada não se restringe à educação para atender as necessidades imediatas dos empregadores, devendo atender também demandas do setor público na orientação do mercado de trabalho para incremento de cadeias produtivas ou políticas públicas de desenvolvimento, bem como atender demandas profissionais, culturais e sociais.



Formação sindical

Coordenador

José Carrijo Brom

Graduado em Odontologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Especialista em periodontia pela Associação Brasileira de Odontologia (ABO). Conselheiro nacional de saúde. Diretor da CNTU.



Competências

- Planejar e realizar as ações de formação sindical da CNTU.
- Democratizar e horizontalizar iniciativas da área para os dirigentes das federações e sindicatos filiados.

Principais propostas de ações para 2015 e 2016

- Realizar cursos de formação sindical no segundo semestre de 2015 e no ano de 2016.
- Municar os sindicatos das federações filiadas à CNTU de informações pertinentes à luta trabalhista.
- Elaborar sugestões para assessorar a CNTU em questões atinentes à luta sindical.



► Promover o intercâmbio sindical entre as federações.

► Desenvolver ações que contribuam para integrar a CNTU com os movimentos sindicais no País e na América Latina.

Jovem profissional

Coordenadora

Marcellie Dessimoni

Concluinte do curso de graduação em Engenharia Ambiental e Sanitária no Centro Universitário Estácio (UniRadial), coordenadora do Núcleo Jovem Engenheiro do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (Seesp), membro do Subcomitê da Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude do Ministério do Trabalho e Emprego, membro do Grupo de Trabalho de Comunicação pelo Núcleo Estadual São Paulo e dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Conselheira consultiva da CNTU.



Competências

• Acompanhar e avaliar oportunidades e dificuldades dos jovens profissionais universitários brasileiros no mercado de trabalho, dentro do tripé trabalho, cultura e política. Auxiliar a diretoria da CNTU na formulação de políticas públicas para jovens. Estimular a participação dos jovens no movimento sindical.

Principais propostas de ações para 2015

► Fazer um mapeamento interno para interagir e integrar os jovens das categorias que fazem parte da base da CNTU, definir o perfil do jovem profissional, criar um banco de dados da juventude, utili-

zar redes sociais para divulgar atividades e promover interação com a juventude, firmar novas parcerias como por exemplo com instituições educacionais, realizar o II Seminário sobre juventude profissional e o mercado de trabalho: um recorte regional e profissional, em dezembro de 2015, e desenvolver uma cartilha direcionada ao jovem universitário, a ser lançada nesse evento.

Principais propostas de ações para 2016

► Debater com o coletivo outras ações a serem realizadas ao longo do ano e receber sugestões para seu aprimoramento, formar a juventude com base na política sindical e alcançar os jovens universitários em faculdades e instituições de ensino, elaborar um documento básico do departamento como resultado do II Seminário, contendo propostas e boas práticas que possam ser adotadas pelo coletivo, assim como a visão da juventude na atual conjuntura macroeconômica e sugestões de políticas públicas para inserção digna no mercado de trabalho. Promover formação política e sindical para novos líderes regionais. Inserir o departamento nas universidades e estreitar parcerias. Ampliar a rede de jovens sindicalizados.

► Realizar o 1º Encontro nacional dos jovens profissionais: trabalho, cultura e política, por um Brasil mais participativo, integrativo e inovador.

Trabalhadoras universitárias

Coordenadora

Gilda Almeida de Souza

Farmacêutica, vice-presidente da CNTU, diretora de Relações Internacionais da Federação Nacional dos Farmacêuticos (Fenafar).



Competências

- Fortalecer a participação das mulheres na vida social, política e sindical, participar das lutas pela emancipação e igualdade de gêneros, acompanhar e analisar permanentemente a situação das profissionais universitárias no mercado de trabalho e propor políticas públicas em prol da melhor condição da mulher no trabalho, na saúde e na política.

Principais propostas de ações para 2015

► Iniciar uma pesquisa quantitativa e qualitativa com as profissionais universitárias da base da CNTU para identificar melhor suas condições de existência e aspirações em trabalho, saúde e política, para orientar as ações sindicais em prol da igualdade de gêneros e da plena emancipação das mulheres. Essa pesquisa se iniciará em 2015 e se estenderá ao longo do ano seguinte, sendo que o lançamento dos seus resultados será no final de 2016. Promover interfaces com os demais departamentos da CNTU, contribuindo com o conjunto dos projetos da entidade. Atuar em prol da garantia do cumprimento da cota de pelo menos 30% de vagas para as mulheres nas ações da CNTU, como por exemplo nos cursos de formação sindical, seminários, comissões e grupos de trabalho etc., transformando esse direito historicamente conquistado em cultura perene da entidade. Organizar espaço permanente do departamento no site da CNTU, com destaque para a criação e produção de um acervo digital multimídia que disponibilize os conteúdos de conhecimento sobre gêneros, feminismo, mulheres e sindicalismo e lutas pela emancipação feminina.

Principais propostas de ações para 2016

- Organizar dois grandes eventos:
- 1) Por ocasião das comemorações do Dia Internacional da Mulher

em 8 de março, realizar o 2º Encontro das Profissionais Universitárias da CNTU, com maciça participação das sindicalistas da base da entidade, contando também com a presença dos companheiros, para debater, propor e encaminhar a organização do Departamento das Trabalhadoras Universitárias da CNTU em âmbito nacional, regional e por categoria profissional. Preparar o 1º Congresso da Trabalhadora Universitária;

2) Realizar no final do ano o 1º Congresso da Trabalhadora Universitária, que deverá ser marco decisivo na organização e mobilização democrática e participativa das trabalhadoras universitárias no âmbito do movimento sindical de profissionais universitários.

► Lançar duas publicações:

1) No 2º Encontro das Profissionais Universitárias da CNTU, em março de 2016, lançar a 2ª edição do documento *A CNTU e a luta das mulheres*.

2) No 1º Congresso da Trabalhadora Universitária, no final de 2016, lançar publicação com resultados da pesquisa sobre as condições de existência e aspirações das trabalhadoras universitárias que compõem a base da CNTU.

Políticas de saúde pública e privada

Coordenadora

Marta Maite Sevillano

Graduada em Medicina pela PUC-SP,

mestre e doutora em medicina nuclear pela Universidade

Federal de São Paulo

(Unifesp), secretária-geral da Associação Brasileira de Mulheres Médicas (ABMM) – regional



São Paulo e secretária adjunta da ABMM nacional. Delegada da Associação Paulista de Medicina (APM).

Competências

- Acompanhar e avaliar a qualidade do atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS), propor políticas públicas de fortalecimento da saúde pública, inovar e implementar a campanha Brasil Inteligente – Qualidade na saúde.

Principais propostas de ações para 2015 e 2016

► Convidar representantes das federações para montar um grupo de discussão sobre políticas de saúde. Definir com esse grupo temas prioritários e comuns para discussão que tenham impacto na saúde, como por exemplo política da água e agrotóxicos.

► Montar um cronograma de discussões e ações com o grupo.

Relações internacionais

Coordenador

Wellington

Moreira Mello

Cirurgião-dentista,

diretor da

Federação

Interestadual

dos Odontologistas (FIO) e da CNTU.



Competências

- O Departamento de Relações internacionais foi criado para colaborar com a direção na intensificação das relações sindicais internacionais dos profissionais universitários, em especial na América Latina, bem como acompanhar e avaliar as relações internacionais do País, especialmente aquelas em que estão envolvidas questões do mundo do trabalho, do meio ambiente e do sindicalismo.

- Está colocada para o movimento sindical trabalhista do mundo todo a necessidade de participar dos debates e iniciativas que buscam formatar um novo projeto de globalização mais equilibrado do que os traçados hegemônicos em curso, que penalizam as nações em desenvolvimento e as subdesenvolvidas.

Principais propostas de ações para 2015

► Em junho, a CNTU participou da 104ª Conferência Internacional do Trabalho da OIT, em Genebra. Com 186 estados-membros, a OIT contou com a participação nesse evento de cerca de 4,5 mil delegados, representantes de governos, trabalhadores e empregadores de 169 países. Tratou-se de um considerável esforço global contra a informalidade e pela garantia de direitos e proteção social aos trabalhadores. Em julho, os representantes da entidade participaram também da Cúpula Social do Mercosul, realizada em Brasília.

► Além de participar de encontros sindicais em outros países, como do Encuentro Sindical Nuestra América (Esna), que elabora pautas unitárias para enfrentamento dos problemas dos trabalhadores do continente, a CNTU vem organizando seus próprios eventos de cunho internacional, abertos a todos os sindicalistas de sua base, amplificando sua capacidade de se situarem e agir no cenário mundial. Com a participação de lideranças sindicais e pensadores do trabalho do Brasil e de outros países, em 2014, a CNTU realizou seu 1º Seminário internacional, com o tema A integração latino-americana e os trabalhadores. Em agosto de 2015 está realizando a segunda edição do evento, com o tema Integração dos trabalhadores universitários, abordando também a questão no âmbito do Brics (o grupo que reú-



ne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Principais propostas de ações para 2016

► Em 2016, a terceira edição do seminário internacional da CNTU se debruçará sobre a Amazônia, reunindo representantes dos nove países em que a floresta amazônica está presente.

Valorização profissional

Coordenador

Tadeu Ubirajara M. Rodrigues

Engenheiro mecânico e de segurança do trabalho, diretor de negociações coletivas do Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul, presidente da Associação dos Engenheiros da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), conselheiro da Câmara Industrial do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul (Crea-RS).



Competências

- Acompanhar e avaliar o mercado de trabalho no Brasil, especialmente dos profissionais universitários. Propor medidas e políticas de valorização e dignificação do trabalho, nota-

damente das profissões universitárias reunidas na CNTU.

Principais propostas de ações para 2015

► Formar um grupo de trabalho com vistas a realizar acompanhamento e avaliação do mercado de trabalho, com posterior diagnóstico e ações propositivas para orientar profissionais diante do momento político e econômico, de competitividade e da necessidade de qualificação multiespecialista e multicompetente de educação continuada e formação multidisciplinar;

► Fomentar a ampliação e a facilitação da sindicalização dos profissionais a fim de promover a sustentabilidade do sindicalismo e consequente valorização da representação dos trabalhadores e do movimento sindical nos mais diversos segmentos do trabalho e da sociedade, bem como nas casas legislativas.

Principais propostas de ações para 2016

► Promover um seminário tendo como tema a valorização profissional com foco motivacional, abordando as condições fundamentais e os principais indicadores: dignidade, realização profissional, reconhecimento, segurança, perspectivas promissoras.

► Criar um fórum permanente para discutir, avaliar e acompanhar políticas públicas e ações governamentais relativas ao mercado de trabalho e ao desenvolvimento sustentável, ao emprego e novas tecnologias, entre outros aspectos. ♦

Contribuições para um país mais justo

A CNTU, em sua 6ª Jornada Brasil Inteligente, apresentou documento das categorias que representa para a construção de uma nação justa, democrática e desenvolvida

“TRAZEMOS PROPOSTAS em direção ao bem-estar da população, ao fortalecimento da nossa democracia e a iniciativas que garantam o bom desenvolvimento econômico.” Com essas palavras, Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente da CNTU, abriu a 6ª Jornada Brasil Inteligente, realizada em 22 de agosto de 2014, em São Paulo.

Fazer do Brasil uma nação mais justa, democrática e cada vez mais desenvolvida, a partir da união de seus trabalhadores. Essa foi a meta da entidade ao sistematizar 50 propostas originadas de debates realizados em todo o País, recebendo contribuições de representantes de diversos setores da sociedade.

A jornada contou com uma mesa de discussões, com a posse de novos membros do Conselho Consultivo da CNTU e com o lançamento da terceira edição da revista *Brasil Inteligente*.

Divididas em sete diretrizes básicas, as propostas foram pensadas além do contexto das eleições de 2014 e abarcam questões sensíveis para o País. São elas: Estado, democracia e participação social; universalização dos serviços públicos; defesa do trabalho e dos trabalhadores; infraestrutura econômica, social e urbana; desenvolvimento, mercado interno, reindustrialização e sustentabilidade; e bem-estar social, qualidade de vida e ética.

Entender para mudar

“Ao lançar essas propostas para turbinar nosso desenvolvimento, estamos ajudando o pensamento nacional a avançar”, ressaltou o

a ciência, a tecnologia, a engenharia e o meio ambiente.

Ao homenagear o economista brasileiro Celso Furtado (1920-2004), cuja obra marcou profundamente o estudo sobre as relações entre o Estado e o desenvolvimento econômico, Habert criticou um tipo de pensamento segundo o qual “o que é bom vem de fora”, afastando os intelectuais brasileiros da realidade riquíssima de seu povo. Qualificando as metas da confederação como “uma contribuição coletiva dinâmica”, Habert afirmou ainda que o documento com as 50 propostas para o País da CNTU é um passaporte para o diálogo e para a contribuição com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Política, caminho da solução

Compuseram a mesa de discussão sobre o tema A CNTU e as

diretor de Articulação Nacional da CNTU, Allen Habert. Segundo ele, as propostas da confederação são fruto de um esforço de entender o País para mudá-lo. “Quanto mais democracia, mais condições de se avançar na compreensão coletiva.” A jornada teve como metas examinar a formação econômica do Brasil, sua constituição social, a gênese do Estado, as relações com o capitalismo mundial, o papel da democracia, o subdesenvolvimento, o desenvolvimento,



Mesa de abertura da 6a. Jornada Brasil Inteligente, em agosto de 2014, em São Paulo.

eleições 2014 Antônio Augusto de Queiroz, o Toninho, diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap); João Guilherme Vargas Netto, consultor sindical da CNTU; e Fernando Nogueira da Costa, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp). O vice-presidente da Federação Nacional dos Engenheiros, Carlos Bastos Abraham, também esteve presente.

Em sua exposição, Toninho alertou para o ambiente de descrença no Brasil em relação às instituições, aos agentes políticos, ao governo, à política e à própria democracia. “Isso é preocupante, porque não há solução para os problemas coletivos fora da política. Todas as conquistas do processo civilizatório foram resultado de decisão nessa esfera”, ressaltou.

Segundo o diretor do Diap, é preciso ter em mente essa preocupação para que a população participe das decisões políticas. “Precisamos intervir nesse processo. Políticas públicas podem nos atingir positiva ou negativamente. Essa participação é indispensável, sob pena de pessoas inescrupulosas se apro-

Políticas públicas
podem nos
atingir positiva ou
negativamente. Não
há solução para os
problemas coletivos
fora da política. Todas
as conquistas do nosso
processo civilizatório
foram resultado de
decisão nessa esfera

priarem do Estado e fazerem valer interesses diferenciados”, afirmou. Entre os inescrupulosos, segundo Toninho, está o próprio mercado, cujos objetivos são apenas a competitividade e o lucro. Por isso, permitir que o mercado se aproprie da política é uma temeridade. Um dos exemplos por ele citados é o fato de as equipes econômicas governamentais terem se alinhado com o mercado financeiro entre 1994 e 2006. Em anos posteriores, o alinhamento foi mais favorável ao setor produtivo. “Nos 12 primeiros, não houve geração de emprego, crescimento econômico, distribuição de renda nem programas sociais. Nos oito recentes, as condições foram criadas para que isso acontecesse.”

Por isso, Toninho defendeu a participação política ativa e a defesa de parlamentares que atuem em favor das causas dos trabalhadores. “A política regula a relação entre pessoas e entre essas e as instituições. Ficar alheio a esse processo significa perder a oportunidade de contribuir com os interesses maiores do povo brasileiro”, completou.

Para João Guilherme Vargas Netto, o Brasil vivia em agosto de 2014, às vésperas das eleições, um momento de singularidade. A morte de Eduardo Campos embaralhou momentaneamente o jogo. Introduziu-se um novo elemento não esperado na disputa.

Trunfo sindical

Para Vargas Netto, a singularidade ocorre quando determinadas regras preexistentes ficam temporariamente suspensas. Os dirigentes sindicais precisariam escolher entre se sensibilizar pela singularidade ou perceber que, apesar dela, determinados fatores fundantes podem predominar. “A primeira lição que eu vos transmito: vivamos a singularidade”, afirmou o consultor sindical da CNTU.

Mais adiante, ele alertou: “Nós, dirigentes, não devemos ser torcedores. Temos responsabilidades maiores. E para a gente perceber nossas responsabilidades, não devemos só discutir o incumbente ou o desafiante, o candidato. Temos de pensar qual é o programa, quais são as pessoas que estão sendo chamadas a compor. Quem é o futuro Ministério? Você tem que ter a sua bússola, a sua articulação, o seu empenho.”

De acordo com Vargas Netto, o grande trunfo do movimento sindical brasileiro foi não ter se dividido a partir das disputas eleitorais. Ao contrário, construiu-se uma pauta unitária, com as mesmas bandeiras, apesar de muitas vezes apoiar candidaturas diversas.

Mercado e natureza

Por sua vez, Fernando Nogueira da Costa trouxe ao debate algumas questões econômicas que, em sua opinião, mostraram o que estava em jogo nas eleições. Segundo ele, é possível comparar as forças da economia às forças da natureza. “Uma civilização se constrói controlando as livres forças da natureza, que são selvagens, assim





Representantes de diversas categorias puderam participar dos debates.

como numa economia, em que é preciso regular as livres forças do mercado. Se não, quem tem maior poder no mercado esmaga os outros”, defendeu.

Segundo Costa, é preciso decidir se o caminho é um mercado livre ou se a aposta é em uma economia controlada, afirmando que essa última dá ao País sua maior opor-

tunidade histórica de dar um salto de qualidade na vida dos cidadãos. O professor afirmou que, nos últimos anos, o Brasil optou por uma economia mais controlada, além de ter usado como estratégia a ampliação vertiginosa de seu mercado consumidor. “Não pode haver cidadão de segunda categoria fora do mercado quando a economia é de mercado”, afirmou.

O primeiro passo foi diminuir a pobreza, com a inclusão social. Assim, o Brasil passou de 58 milhões de consumidores em 2003 para 95 milhões em 2014, deixando de ser o sétimo país com maior mercado interno do mundo para se tornar o quinto. De acordo com Costa, “isso atrai capitais, atrai emprego e investimentos”.

O professor citou ainda outros setores em que houve transfor-

As 50 propostas da CNTU para o Brasil: um marco

Diretriz I – Estado, democracia e participação social

1. Consolidação e avanço da jovem democracia brasileira
2. Estado para expansão da vida coletiva e civilizada
3. O fundamental papel do Estado brasileiro
4. Políticas públicas de distribuição
5. Políticas públicas de mobilidade social
6. Políticas públicas empreendedoras
7. Maior participação das mulheres na política
8. Políticas que valorizam a vida e o bem-estar

Diretriz II – Universalização dos serviços públicos

9. Serviço público pela vida e igualdade
10. Coibir a lógica mercantil no serviço público
11. Sistema Único de Saúde como prioridade
12. Saúde bucal como política de Estado
13. Previdência básica universal
14. Reforma da gestão pública

Diretriz III – Defesa do trabalho e dos trabalhadores

15. A centralidade do trabalho
16. Redução da jornada de trabalho

17. Política de salário mínimo para combater as desigualdades
18. Valorização do trabalho da mulher
19. Valorizar o Ministério do Trabalho e Emprego
20. Integração latino-americana

Diretriz IV – Infraestrutura econômica, social e urbana

21. Infraestrutura adequada às demandas sociais
22. Cidades sustentáveis e boas de se viver
23. Mobilidade urbana: prioridade em transporte público coletivo
24. Política universal de saneamento básico
25. Energia para o progresso econômico e social sustentável
26. Democratização das comunicações
27. Universalização da banda larga
28. Internet pública para todos



mações estruturais, tais como o automotivo, o habitacional, o de construção civil, o agroindustrial, o extrativista, o de ensino superior e a geração de empregos. “Todos deram um salto de etapas na qualidade de vida graças a um Estado interventor, regulacionista, e isso não significa imobilizar as forças de mercado. Implica-se associar a elas e dar um rumo estratégico correto.”

Saudações

Após a fala dos debatedores, os presidentes e representantes de federações e sindicatos filiados à CNTU fizeram suas saudações. Participaram do encontro Cecília Leite Motta de Oliveira, diretora da Federação Nacional dos Farmacêuticos, Pedro Afonso Gomes, presidente do Sindicato dos Eco-

nomistas de São Paulo, Ernane Rosas, presidente da Federação Interestadual dos Nutricionistas, Geraldo Ferreira Filho, presidente da Federação Nacional dos

Médicos, e Luciano Eloi Santos, vice-presidente da Federação Interestadual dos Odontologistas. Por fim, o diretor de Articulação Nacional da CNTU, Allen Habert, conduziu os trabalhos para a posse de novos membros do Conselho Consultivo da confederação, chamado também de Conselho das mil cabeças para mudar o Brasil. Entre eles, há especialistas, profissionais, acadêmicos, pessoas reunidas e interessadas em debater, refletir e contribuir para o pensamento sobre as questões nacionais e mundiais relativas ao trabalho, à educação, às políticas públicas, à cultura, entre outros temas relevantes para profissionais liberais universitários, trabalhadores e a sociedade em geral. Atualmente, o conselho é composto por 764 lideranças, a caminho de serem mil. 

O Brasil passou de 58 milhões de consumidores em 2003 para 95 milhões em 2014, deixando de ser o sétimo país com maior mercado interno do mundo para se tornar o quinto

histórico das camadas médias universitárias

Diretriz V – Desenvolvimento, mercado interno, reindustrialização e sustentabilidade

- 29. Persistir no crescimento econômico com progresso social
- 30. Uma sociedade de prosperidade distribuída
- 31. Mercado interno para impulsionar a indústria
- 32. Impedir a desindustrialização
- 33. O papel afirmativo do Brasil
- 34. Biodiversidade: a grande contribuição do Brasil
- 35. Indústria de baixo carbono
- 36. Economia criativa
- 37. Mais ciência, tecnologia e inovação na Amazônia

Diretriz VI – Cultura e inteligência brasileiras

- 38. A riqueza de uma nação é a sua capacidade de criação

- 39. Por um sistema nacional de educação continuada
- 40. Brasil 2022: O grande salto
- 41. Comunicação e cultura como direitos sociais
- 42. Produção e distribuição de produtos culturais brasileiros
- 43. Descentralização da produção cultural nacional
- 44. Fortalecimento das mídias não comerciais

Diretriz VII – Bem-estar social, qualidade de vida e ética

- 45. Por uma ética da convivência
- 46. Bioética para não se fazer mal a ninguém
- 47. Por uma alimentação nutritiva e sem venenos
- 48. Contra o uso abusivo de agrotóxicos
- 49. Uso racional de medicamentos
- 50. Protagonismo social e emancipação das mulheres

A íntegra das propostas pode ser conferida em www.cntu.org.br

CNTU reúne projetos por um país melhor em 2022

Sétima Jornada Brasil Inteligente debate temas que podem abrir nova fase de desenvolvimento sustentável

TRABALHAR CONJUNTAMENTE para um Brasil melhor e debater propostas multidisciplinares em assuntos fundamentais para o desenvolvimento e crescimento do País. Essa foi a proposta da 7ª Jornada Brasil Inteligente, realizada em 12 de dezembro de 2014 pela CNTU, na sede do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (Seesp), na capital paulista.



À abertura, Murilo Pinheiro (no púlpito) destaca atuação da CNTU.

O evento começou com um pronunciamento do presidente da confederação, Murilo Celso de Campos Pinheiro. Ele fez uma retrospectiva do empenho da CNTU ao longo daquele ano para discutir propostas para “um Brasil mais humano, mais justo e com oportunidades para todos” e destacou os diálogos com o titular do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Manoel Dias, realçando a importância da missão dessa pasta. “Apresentamos a valorização do Ministério do Trabalho e Emprego, que precisa ser forte, participativo e atuante, para que possamos encontrar todas as nossas defesas do tra-

balhismo brasileiro.” Ressaltou também que, ao longo de 2014, a CNTU contribuiu com propostas factíveis para governantes brasileiros, tanto em nível regional como federal.

Luta das mulheres

Em seguida, Gilda Almeida, vice-presidente da confederação, lançou a revista *A CNTU e a luta das mulheres*. Agradeceu a todos e a todas que trabalharam em sua edição, ressaltando o caráter de construção coletiva que resultou nessa publicação, cujo objetivo é ajudar a sociedade a compreender as questões de gênero e na formação de políticas para as

mulheres. “No início do ano passado (2013), quando fizemos um evento grande no dia 8 de março e definimos a construção do nosso Coletivo de Mulheres, trabalhamos para formar comissões que tragam subsídios para políticas de maneira geral, mas sobretudo para a mulher no trabalho, na política e na saúde.” Almeida afirmou também que essas são diretrizes

Valorização do Ministério do Trabalho e Emprego é crucial. Esse órgão precisa ser forte, participativo e atuante em defesa dos trabalhadores brasileiros

importantes para que a mulher possa se desenvolver no campo institucional e dos movimentos.

Representantes de outras categorias que compõem a CNTU estavam presentes na mesa de abertura, coordenada por Allen Habert, diretor de Articulação Nacional da CNTU: o odontologista José Ferreira Campos Sobrinho, a farmacêutica Célia Chaves, o economista Pedro Afonso Gomes e os engenheiros José Ailton Pacheco e Arnaldo Jardim, deputado federal (PPS-SP).

Menos agrotóxicos

Ernane Rosas, presidente da Federação Interestadual dos Nutricionistas (Febran), abordou a relevância da confederação na campanha pela alimentação saudável, tema essencial, segundo ele, na perspectiva de tentar diminuir ou pelo menos controlar o uso de agrotóxicos. “Não somos contra o produto. Estamos questionando por que tanto veneno vem sendo aplicado indiscriminadamente nas produções do Brasil”, completou. No ensejo, Rosas apresentou o vídeo Alimentação saudável – contra o uso abusivo de agrotóxicos, produzido a partir da 5ª Jornada Brasil Inteligente.

Debatendo o futuro

Em seguida, aconteceu a posse dos novos membros do Conselho Consultivo da entidade – também conhecido como “Conselho das 1.000 cabeças”, meta a ser alcançada em breve. Desde dezembro de 2013, o número de lideranças aumentou de 600 para 764.

No ensejo, foi realizada também a quarta plenária do Conselho Consultivo. Em uma jornada laboratorial, 25 dos integrantes desse fórum tiveram a missão de apresentar sinteticamente suas propostas de trabalho por um Brasil melhor em 2022. Compuseram a mesa da plenária outros representantes de categorias que compõem a CNTU: Vera Allegro, da Federação Nacional dos Médicos (Fenam); José Carlos Rauen, da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE); Welington Moreira Mello, da Federação Interestadual dos Odontologistas (FIO); Nancy Gorgulho Braga, do Sindicato dos Economistas de São Paulo (SindeconSP); Célia Chaves, da Federação Nacional dos Farmacêuticos (Fenafar); e Darlene Ramos, vice-presidente da Febran.

Confira a seguir a perspectiva de alguns conselheiros em relação às suas temáticas no âmbito do projeto Brasil 2022:



Capa do vídeo sobre alimentação saudável, apresentado durante evento.

Meio ambiente, Amazônia 2022 e sustentabilidade

O engenheiro Sebastião Fonseca, presidente do Sindicato dos Engenheiros do Acre (Senge-AC), afirmou que sua localidade ainda é sinônimo de desconhecimento por parte dos cidadãos brasileiros. Esta é, defendeu ele, uma realidade que precisa ser mudada – e a “CNTU pode ajudar nisso”. Por ser uma região de grande potencial, está no cerne da questão ambiental, não apenas para o País, mas para o mundo todo. “Temos muito que avançar, do

Itamaraty para dentro do Brasil, nessa discussão formidável que é a Amazônia brasileira. Não esquecendo que ela é composta de oito países com soberania sobre cada parte, embora o Brasil seja o majoritário”, disse.

Sobre sustentabilidade, fazendo um apelo pelo cuidado com o meio ambiente e o entorno de cada um, a gestora ambiental Claudia Saleme, conselheira consultiva da CNTU, usou seu turno para defender que “é importante observar o significado ético da manutenção da vida e da biodiversidade das mais diferentes formas. Perceber com responsabilidade nossas atitudes e ações neste século, em que o consumo se tornou sinônimo de poder e de conectividade”. “Ter substituiu o bom senso em ser”, criticou.

Alimentação: desafios imediatos

Ernane Rosas defendeu a valorização da produção agrícola brasileira e criticou a utilização de grande volume da água. “A minha grande expectativa em relação ao alimento, à nutrição e à saúde é que o Brasil ocupe seu espaço de decisão. Fico pesaroso de ver ações que nos colocam como produtores de alimentos que o brasileiro não consome.”



Coordenadora do Departamento das Trabalhadoras Universitárias e vice-presidente da confederação, Gilda Almeida anuncia lançamento da publicação A CNTU e a luta das mulheres, na jornada.



Saúde bucal

Nessa área, José Ferreira Campos Sobrinho, presidente da FIO, apontou em sua fala a precarização das relações de trabalho. “Isso implica perda de autonomia, por conta da expansão dos planos de saúde e diversificação de vínculos empregatícios.” Para sobreviver, o profissional necessita ter mais de um emprego, com maior jornada de trabalho e queda salarial, destacou.

Medicamentos

Sobre a temática farmacêutica, Célia Chaves disse que “está na hora de todos os profissionais da saúde se engajarem nesse tema que tem grande responsabilidade social e sanitária”. Alertou para os problemas causados pe-



Célia Chaves: uso irracional de medicamentos é questão de saúde pública.

lo uso irracional dos medicamentos – uma das maiores causas de intoxicação no Brasil, superando todas as outras. “Uma questão de saúde pública”, pontuou.

Ciência, tecnologia e inovação

O engenheiro Marcelo Zuffo, professor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), afirmou que “estamos na era do conhecimento e do saber. Apesar de estarmos bem co-

locados em ciência, o processo de transferência desse conhecimento para o progresso da sociedade brasileira enfrenta muitos desafios”. Para ele, só será possível trabalhar por um país melhor em 2022 se houver educação e aprendizados como metas constantes para todos os profissionais.

Universidade e desenvolvimento

No âmbito do projeto Brasil 2022, João Alexandre Viégas, historiador, empossado conselheiro consultivo da CNTU, propôs que a entidade promova um debate aprofundado sobre o papel da universidade e da ciência para o desenvolvimento. Para isso, afirmou, é preciso ter boas instituições e produção científica de qualidade. “Muita gente acha que é quimera o Brasil ter o mesmo grau de produção científica de países desenvolvidos. É um avanço, mas temos precedentes históricos interessantes. O Brasil foi um dos quatro primeiros países do mundo a ter um tronco telefônico com fibras ópticas com tecnologia produzida pela Telebras”, lembrou.

Cidades e mobilidade

Alberto Pereira Luz, engenheiro, membro do Conselho Nacional das Cidades e conselheiro consultivo da CNTU, comentou que, na jornada, os especialistas foram instigados a pensar e a falar do futuro. Sob essa abordagem, é preciso trazer a mobilidade para a discussão, além do desenvolvimento de modo sustentável. “A questão da cidade é uma questão do nosso planeta. As pessoas tenderão, no futuro, a residir majoritariamente nas cidades. Devemos ter por objetivo a construção de um lugar saudável e de qualidade para se viver”, sublinhou.

Educação continuada, bem fundamental

Maria Rosa de Abreu, pedagoga e professora da Universidade de Brasília (UnB), afirmou que “a pessoa é o vetor e o bem fundamental para ino-



Maria Rosa de Abreu: “A pessoa é o vetor fundamental para inovação e para a sociedade do conhecimento.”

vação, para a sociedade do conhecimento e para a cidade inteligente”. A requalificação é para ela essencial, principalmente nos setores de serviços públicos e nas áreas de tecnologia, saúde, farmácia, entre outros.

Laboratório vivo e pesquisa aberta

Fuad Gattaz, físico, matemático, presidente da Sociedade de Engenharia do Software e conselheiro consultivo da CNTU, colocou como necessidade premente desenvolver a ideia de laboratório vivo – um conceito de pesquisa e de inovação aberta.

Política econômica e desenvolvimento

O economista Paulo Kliass, membro empossado do Conselho Consultivo da CNTU, ressaltou que a economia não é uma ciência exata, mas humana e social. “Nestes últimos anos, em função das dificuldades que o Brasil tem encontrado para resolver crises conjunturais e estruturais, a gente tem a impressão de que há um único caminho a seguir. E que se as coisas não estão dando certo é porque aquele caminho, aquele modelo, aquele paradigma não estava sendo levado a efeito da maneira mais eficiente, de acordo com os interesses do mercado.” Ele criticou também o discurs-

so favorável aos cortes que afetam o estado de bem-estar social e a noção que se tem de eficiência da gestão pública. “O primeiro aspecto é desmistificar essa questão, pois o mercado representa mais um setor da sociedade do que outros.” Por fim, propôs mudar a maneira ortodoxa como se tem pensado a economia brasileira nos últimos anos.

Desenvolvimento

Em sua fala, Ceci Juruá, economista e conselheira consultiva da CNTU, afirmou que o “desenvolvimento é primordialmente o processo de incorporação de novas tecnologias e de novas técnicas à produção e acumulação de capital”. Nesse processo, “revolucionário”, segundo ela, outros sistemas e outros planos de sociedade também são abalados, como por exemplo o perfil de demanda, a distribuição de renda. Surgem conflitos sociais e disputas recorrentes de poder. “O desenvolvimento é um vulcão em uma sociedade como a nossa”, argumentou.

Renda e reforma tributária

O economista Odilon Guedes, diretor do Sindicato dos Economistas do Estado de São Paulo, expôs que renda e tributação são dois grandes problemas brasileiros. A má distribuição de renda

provoca “uma situação indecente”, em que “precisamos discutir, investir pesadamente em educação, saúde e mobilidade para que a população possa mudar sua qualidade de vida”.

A questão tributária, segundo ele, também precisa ser debatida: “Quem paga tributo no Brasil é pobre”, afirmou. “Nossa proposta é fazermos uma campanha pela reforma tributária no Brasil”, disse.

Reindustrialização

René Guedes, engenheiro e conselheiro da CNTU, falou que, em um contexto de economia dependente de *commodities*, o desafio brasileiro é agregar valores: “O primeiro ativo estratégico é nossa demanda por investimento em infraestrutura em energia e em matriz de transportes. O montante de investimentos pode ser realizado por empresas brasileiras para que possam nacionalizar bens de capital e sanar gargalos da nossa demanda.”

Para encerrar, citou alguns desafios que a sociedade precisa vencer para caminhar rumo à reindustrialização: necessidade de desvalorização cambial, mudança de paradigma de tomada de decisões de políticas macroeconômicas do Banco Central e reforço de investimentos em industrialização.

Pequenas empresas

Paulo Feldman, engenheiro e professor da Faculdade de Economia e Administração (FEA) da USP, apontou o baixo nível de participação das pequenas empresas no Produto Interno Bruto (PIB). De acordo com ele, a fatia dessas instituições de menor porte é um fator fundamental para se melhorar a saúde da economia. “São poucas empresas produzindo cada vez mais, concentrando poder e absorvendo empresas pequenas”, trazendo problemas como desemprego, por exemplo. Em contrapartida, alguns países da Europa ocidental, como a Alemanha, podem servir de alerta para o Brasil.



Paulo Feldman apontou o baixo nível de participação das pequenas empresas no Produto Interno Bruto.

Agricultura

Pedro de Camargo Neto, engenheiro, membro empossado no Conselho Consultivo da CNTU e ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira, afirmou que “não basta ter tecnologia: ela precisa chegar às mãos do produtor. A educação tecnológica é uma questão importante, abandonada no Brasil. Precisamos usar a tecnologia do agroquímico para sucesso da produção e para haver queda dos preços, de maneira correta e sem desperdício”.



Odilon Guedes: má distribuição de renda provoca “uma situação indecente” na sociedade.

O primeiro ativo
estratégico é nossa
demanda por
investimento em
infraestrutura
em energia e em
matriz de transportes.
O montante pode
ser realizado por
empresas brasileiras



Emiliano Affonso: “As políticas de transporte e de planejamento urbano não andam juntas.”

Saúde e desenvolvimento

Em sua intervenção, o médico Geraldo Ferreira Filho, presidente da Fenam e conselheiro consultivo da CNTU, citou conquistas recentes da população, tais como redução da mortalidade infantil, aumento da expectativa de vida, se-

gurança na gestação. Para ele, a saúde está sendo fundamental no processo de desenvolvimento.

Transportes

Emiliano Affonso, engenheiro e presidente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Metrô (Aeamesp), abordou o fato de as grandes cidades não terem condições de oferecer mobilidade para transporte individual. E quando se fala em transporte público, é preciso haver investimentos em infraestrutura e em manutenção dos sistemas, opinou. “Temos de fortalecer o planejamento. O que a gente verifica é que as políticas de transporte e de planejamento urbano não andam juntas”, ressaltou. Recomendou ainda a integração entre diferentes modais, como ferrovias, rodovias e hidrovias.

Água e saneamento

Para o engenheiro Marcelo Barroso, coordenador de graduação do Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), as questões re-

lacionadas à água e ao saneamento são históricas no Brasil. Há ainda a necessidade de elaboração de políticas, sobretudo no âmbito municipal. Um dos desafios para a elaboração dessas orientações públicas em muitos municípios é a falta de qualificação, tanto na criação dos planos de saneamento quanto em sua própria avaliação.

Banda larga

Segundo o técnico da informação Marcelo Saldanha, conselheiro consultivo da CNTU, é urgente falar sobre a universalização do acesso à banda larga no Brasil – temática que percorre todas as outras mencionadas na 7ª Jornada da CNTU. “Podemos dizer que a banda larga influencia e impacta diretamente a economia”, com forte incidência no PIB brasileiro. Portanto, é preciso discutir infraestrutura de telecomunicações e políticas públicas eficientes para um setor em que há disputas muito acirradas.





Para Marcelo Barroso, um dos desafios à elaboração de políticas públicas em muitos municípios é a falta de qualificação.

Democracia

Sérgio Storch, engenheiro de produção e conselheiro da CNTU, colocou a Constituição de 1988 como divisor de águas na história da democracia e das instituições brasileiras, lembrando que o capítulo para saúde se origina da luta de vá-

rios anos do movimento sanitário. Para 2022, os desafios são: valorizar a história das mobilizações sindicais, transmitir para a população o que já foi conquistado, evidenciando que há ainda um processo em marcha. “É no movimento social que vamos encontrar bases para defender um programa que está ameaçado, o programa nacional de participação social”, enfatizou.

Trabalho e sindicalismo

João Guilherme Vargas Netto, conselheiro da CNTU, afirmou que o movimento sindical dos trabalhadores é um fator civilizador da sociedade moderna.

Defendeu três tarefas a serem realizadas até 2022: fazer com que, a cada ano, aumente em meio ponto percentual a participação dos salários na renda nacional; elevar em um semestre a cada ano a escolaridade média da população nacional; e dobrar a taxa de sindicalização, passando de 18% para 36%.

É no movimento social
que vamos encontrar
bases para defender um
programa nacional de
participação social.
A Constituição de 1988
serve como divisor
de águas na história
da democracia e das
instituições brasileiras

Juventude

Marcellie Dessimoni, estudante de engenharia e coordenadora do Departamento Jovem profissional da CNTU, destacou a participação cada vez maior da juventude nas discussões políticas do País, mas ressaltou que ainda há muito a se fazer, como a luta pela melhoria das condições de trabalho: “O projeto Brasil Inteligente é a prova de que a CNTU pensa em longo prazo e enxerga a juventude como elemento extremamente importante e estratégico para dar continuidade aos processos.”

Crédito e cidadania

Aparecido Francisco de Sales, administrador, diretor do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) e conselheiro consultivo da CNTU, afirmou que a Constituição estabelece no artigo 192 como objetivo do sistema financeiro nacional “servir aos interesses da coletividade”. Em seguida, questionou: “Como o sistema financeiro nacional brasileiro está servindo a sociedade se cobra taxas de juros altíssimas de pessoas físicas e jurídicas?” Segundo ele, é importante aprovar legislação complementar que faça com que o sistema financeiro atenda os interesses da sociedade. 



Bioética e sindicalismo contemporâneo

Um dos temas mais instigantes da atualidade, a bioética interessa diretamente aos trabalhadores. Por tocar questões essenciais da vida, ela se vincula a todas as carreiras abrigadas na CNTU

EM OUTUBRO DE 2014, a confederação e a Federação Interestadual dos Odontologistas (FIO) promoveram o Fórum CNTU Bioética e sindicalismo contemporâneo, em Belo Horizonte, com apoio do Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais (CRO-MG). O objetivo foi aproximar as questões bioéticas do sindicalismo contemporâneo, abordando conflitos recorrentes que as profissões representadas pela CNTU podem enfrentar.

As primeiras associações que se fazem quando se fala em bioética são clonagem, experiências com células-tronco, transgênicos, eutanásia, aborto e consentimento informado. Para Luciano Eloi Santos, vice-presidente da FIO e presidente do CRO-MG, a questão é mais complexa. “Atualmente, a bioética faz uma reflexão cotidiana sobre os conflitos que atingem a humanidade, seja em relação às individualidades ou às questões coletivas e suas implicações ambientais e planetárias. Propõe uma reflexão e uma intervenção orgânica na mudança dos paradigmas até então existentes, deslocando o eixo do individualismo exacerbado, aliado ao consumismo predatório, para uma visão holística do processo social, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e fraterna”, diz ele.

O significado

A bioética – do grego “bio”, vida, e “ethos”, relativo à ética – define-se como o estudo de ciências biológicas, ciências da saúde, filosofia (ética) e direito (bio-direito) para abordar condições necessárias a uma administração responsável da vida humana, animal e ambiental.

Os temas suscitados pela bioética, entretanto, não estão restritos apenas a profissões da área da saúde, como medicina, genética ou farmácia. Com o progresso tecnológico, ela ocupa cada vez mais setores da sociedade e está presente no cotidiano individual. Tornou-se necessário convocar para essa discussão economistas, engenheiros, farmacêuticos, médicos, nutricionistas e odontologistas – áreas de interesse direto das categorias da CNTU.

Para Eloi Santos, é essencial aproximar essa temática dos trabalhadores: “O movimento sindical atual se depara com dilemas e contradições que o colocam em ebulição e em busca de alternativas que se contraponham à complexidade da sociedade atual. As transformações ocorridas no mundo do trabalho são determinantes para sua adequação.”

Iniciativa pioneira

Essa foi a primeira vez que um encontro nacional sobre bioética reuniu diferentes especialistas para discutir essa temática. “Esse debate é de extrema relevância porque introduz um elemento novo para a reflexão sindical”, diz Eloi Santos. Para ele, a CNTU, com esse evento, amplia seu olhar para as dimensões contemporâneas do mercado de tra-



Fórum abordou tema fundamental da bioética e sindicalismo.

balho, qualificando ainda mais sua atuação sindical.

Segundo o artigo 1º da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos, aprovada em 2005 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a bioética “trata das questões de ética suscitadas pela medicina, pelas ciências da vida e pelas tecnologias que lhes estão associadas, aplicadas aos seres humanos, tendo em conta as suas dimensões social, jurídica e ambiental”.

Debates

O fórum foi iniciado com uma aula magna do coordenador de bioética na Unesco, Volnei Garrafa, professor da Universidade de Brasília (UnB). Estavam presentes a professora Nancy Gorete Gorgulho Chaves, representando o Sindicato dos Economistas de São Paulo, e Carlos Abraham, diretor da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE). Foram feitas também intervenções da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), com Maria Alice Albuquerque; da FIO, com Eloi Santos; da Federação Nacional dos Farmacêuticos (Fenafar), com o vice-presidente Rilke Novato Públio; e da Federação Interestadual dos Nutricionistas (Febran), com o presidente Ernane Rosas.

A agenda sindical

De que maneira a bioética pode contribuir para as agendas dos trabalhadores? As transformações pelas quais a economia e o mercado de trabalho passam exigem novas formas de mobilização, para além da exigência de melhores condições de trabalho e reivindicações salariais. É preciso expandir a pauta em torno da responsabilidade social, da inserção dos trabalhadores no mercado e da melhoria da qualidade de vida da população.

As preocupações de natureza ética são recorrentes em profissões como a de engenheiro. Um exemplo

é de obras com problemas estruturais, que acabam provocando desastres. É o caso do desabamento de um viaduto em Belo Horizonte, em junho de 2014, que causou diversas mortes.

“Ao discutir conflitos relacionados à qualidade de vida, podemos citar alguns [bioéticos] na área da engenharia, como a questão da ocupação desordenada causada pela especulação imobiliária, a responsabilidade profissional frente às edificações em vias públicas (queda de viadutos, causando tragédias urbanas), a engenharia de tráfego, cujos engarrafamentos frequentes causam transtornos graves à população. Em relação à economia, podemos elencar a questão da concentração e redistribuição de renda, orçamentos públicos destinados às políticas sociais, miséria e exclusão social, dentre outros”, assinala Eloi Santos. O representante da FNE no fórum, Abraham, também apontou aspectos bioéticos e de responsabilidade social da engenharia. Má condução de obras, utilização de material insuficiente ou de qualidade ruim são práticas que podem resultar em desastres, com consequências graves para os cidadãos.

Quanto a questões bioéticas na economia, em suas atividades e decisões, o profissional da área necessita lidar com a desigualdade, a inclusão ou a exclusão social. Outros exemplos de profissionais que lidam com o sofrimento humano e seus impactos são o nutricionista – a fome e a obesidade –, ou o odontologista, que precisa compreender o impacto da falta de dentição na vida de uma pessoa não assistida, um grave problema relacionado à necessidade de uma política de inclusão social, capaz de provocar baixa autoestima e exclusão do mercado de trabalho.

Testes de medicamentos

Há ainda, na discussão farmacêutica, além da temática desses testes, a medicação de maneira inadequada ou excessiva.

As transformações na economia e no mercado de trabalho exigem novas formas de mobilização, para além das reivindicações salariais e por melhores condições laborais

Públio, da Fenafar, lamentou que as pesquisas e a comercialização de medicamentos não primem pela ética e responsabilidade social em muitos casos, cedendo a pressões comerciais ou industriais. Já o presidente da Febran, Rosas, abordou políticas de segurança alimentar, utilização dos agrotóxicos, transgênicos e a necessidade de promoção da boa alimentação. A pesquisadora Albuquerque, da Fenam, discutia a questão da saúde e do direito de cidadania, citando a judicialização da saúde e a alocação de recursos inadequada, o que muitas vezes incorre em equívocos prejudiciais ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Um novo fórum

Com a finalidade de retomar esse debate, a CNTU organizará um novo fórum, desta vez sobre bioética e violência, tendo em vista os desafios do movimento sindical. Segundo Eloi Santos, o principal desafio da bioética atualmente é garantir dignidade e qualidade de vida. “A diminuição da violência é um imperativo ético para a sociedade brasileira, violência causada pelo narcotráfico, por um trânsito em que predomina a selvageria e o desrespeito ao pedestre, o abuso frequente relacionado ao alcoolismo”, disse. 

CNTU discute o desafio de reindustrializar o Brasil

País passa por preocupante processo de desindustrialização. Investir no setor é fundamental para o desenvolvimento econômico, segundo especialistas



Há quase uma unanimidade entre os analistas de que a queda da participação da indústria na economia brasileira afeta as bases do desenvolvimento

UM ESPECTRO RONDA o Brasil. É o espectro da acelerada desindustrialização de sua economia. Contribui para isso um câmbio sobrevalorizado, a queda dos investimentos e a perda de competitividade de nossos produtos.

O seminário “O desafio de reindustrializar o Brasil”, realizado pela CNTU, por meio de seu Departamento de Conjuntura Econômica, e pelas federações e sindicatos filiados, focou-se nesse tema. O evento aconteceu na sede do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (Seesp), em 29 de junho último.

A mesa de debatedores reuniu os economistas Antonio Corrêa de Lacerda, coordenador do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Mailson da Nóbrega, ex-ministro da Fazenda (1988-1990), e Anita Kon, coordenadora do Grupo de Pesquisas em Eco-

nomia Industrial, Trabalho e Tecnologia do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da PUC-SP. Estavam presentes o engenheiro Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente da CNTU, os economistas Waldir Pereira Gomes, diretor da entidade e coordenador do Departamento de Conjuntura Econômica, e Pedro Afonso Gomes, presidente do Sindicato dos Economistas de São Paulo (SindeconSP).

Indústria e desenvolvimento

Para a CNTU, a retomada do crescimento econômico e do de-

envolvimento envolve necessariamente um processo de reindustrialização que assegure a produção de bens e serviços com maior valor agregado, geração de empregos de qualidade e aumento da produtividade.

Ao abrir o evento, Murilo Pinheiro afirmou que “o Brasil vem perdendo cada vez mais sua indústria”. Em seguida, Gomes destacou que a ideia de desenvolvimento no Brasil passa pela reindustrialização. “É óbvio que a fotografia da economia é preocupante. O PIB tem variação negativa próxima de 1,5% e há uma perspectiva para o próximo ano de crescimento pífio, muito baixo.” O economista apontou também como desafios a inflação, “muito mais perversa para as classes de renda mais baixa”, além do aumento da taxa de desemprego, sobretudo entre os mais jovens.

Mercado interno

O primeiro expositor foi o professor Lacerda. Ele argumentou que o desafio de reindustrializar o Brasil é uma questão estrutural, motivada pelo aumento do descompasso entre evolução do consumo e produção industrial. “O que aconteceu nos últimos dez, 15 anos foi que o Brasil evoluiu no mercado

Nos últimos quinze anos, o Brasil evoluiu no mercado de consumo. É a sétima economia do mundo. Mas esse consumo não foi acompanhado por um equivalente desenvolvimento industrial

de consumo, é a sétima economia do mundo. Mas esse consumo, infelizmente, não foi acompanhado por um desenvolvimento industrial. Nós nos acomodamos em ser uma sociedade de consumo, e não de produção e investimento.”

A indústria brasileira teria capacidade física para atender a demanda, pois convive com uma ociosidade muito grande. Faltam investimentos, segundo seu diagnóstico. O que ocorre é que o histórico da política cambial e de juros e o sistema tributário compuseram um cenário adverso à produção. Empresas se tornaram importadoras e rentistas para viabilizar suas atividades. Por isso, o processo de desindustrialização não é novo na economia brasileira.

“É um grande equívoco achar que precisamos escolher entre agronegócio, serviços ou indústria. O Brasil é um dos poucos países que pode e deve se desenvolver com base em um agronegócio muito forte. (...) Temos uma posição muito favorável. Temos um setor de serviços muito impactante, mas não podemos fazer isso em detrimento da indústria. Precisamos viabilizar uma industrialização que permita

integração das cadeias produtivas”, argumentou Lacerda.

De acordo com ele, é necessária uma mudança estrutural que permita uma condição mais estável, envolvendo o comportamento da taxa de juros e da inflação.

Produtividade e competitividade

Para o ex-ministro Mailson da Nóbrega, a questão principal está em aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, em detrimento de alterações na política de macropreços. “O Brasil precisaria se atentar ao custo de produção para empresas, que acaba por diminuir a competitividade”, afirma. Seria fundamental também capacitar melhor a mão de obra, resolver o que ele define como “caótico sistema tributário”. Outro entrave são questões logísticas.

A solução para a retomada de crescimento deve ser elevar acordos comerciais com outros países, abrir espaço ao investidor privado para ampliar a infraestrutura e realizar uma reforma trabalhista, defendeu. Ele se posicionou ainda a favor da terceirização como forma de incrementar a produtividade na indústria – argumento que foi rebatido por sindicalistas na plateia e por Lacer-



Antonio Corrêa de Lacerda: “Precisamos viabilizar uma industrialização que permita a integração das cadeias produtivas.”



Mailson da Nóbrega: O custo de produção para empresas pode diminuir a competitividade.

da. Segundo Nóbrega, o principal dilema não é reindustrializar, mas sim restaurar a competitividade do mercado nacional, “danificada por uma série de erros no passado. A reindustrialização será consequência natural, e depende de liderança, diagnóstico e gente competente”.

Questões logísticas

Encerrando as falas, Anita Kon expôs sua argumentação. Um dos problemas levantados pela pesquisadora é que o Brasil não tem condições para competir com preços e escalas por questões logísticas. Como exemplo, citou o caso de uma transação comercial entre Brasil e China, fracassada porque os caminhões que levariam o produto – soja – ao porto nacional ficaram parados e o atraso fez o comprador desistir.

Os problemas existentes na economia brasileira e na industrialização não surgiram agora, segundo sua avaliação. A política indus-



Para Anita Kon, o Brasil não tem condições para competir internacionalmente com preços e escalas por questões logísticas.

trial está relacionada à macro, micro e mesoeconomia também, sendo resultado de uma integração dessas diretrizes. “Não é só mexer com taxa de juros. (...) Muita coi-

sa deve ser feita em nível micro, integrando a política macro, mas também problemas específicos da indústria”, disse.

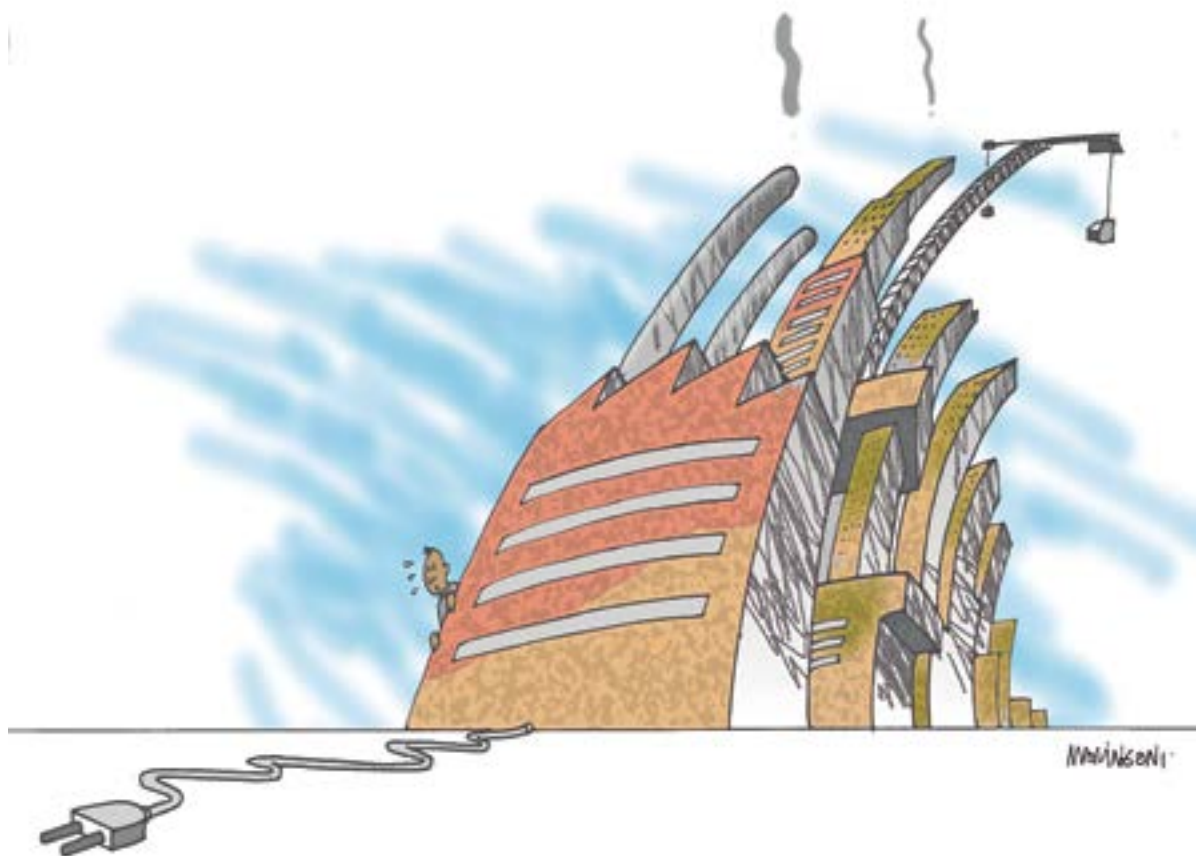
Para solucionar o problema, seria também necessário repensar a taxa de inovação brasileira, que é muito baixa, segundo ela. “É preciso dar condição de pesquisa. Isso, em longo prazo, diminuiria o coeficiente de importação.” Em suas palavras, em média geral, nossa força de trabalho tem formação baixa.

Por fim, afirmou que a política industrial precisa ser integrada em setores e é necessária uma política de apoio à logística e que a “questão da reforma tributária é urgentíssima”.

O evento contemplou também um debate entre o público e os convidados da mesa.

O vídeo com a íntegra da atividade está disponível em

www.cntu.org.br/new/tv-cntu





CONFEDERAÇÃO
NACIONAL DOS
TRABALHADORES
LIBERAIS
UNIVERSITÁRIOS
REGULAMENTADOS

*Na luta em defesa
dos profissionais,
do desenvolvimento
socioeconômico
brasileiro e
da democracia*



Federação
Nacional dos
Farmacêuticos



www.cntu.org.br

 **CNTU.ProfissionaisLiberais**

 **cntu_sindical**

 **CNTUSindical**

Premiação destaca compromisso com bem-estar da população

Homenageados emocionam plateia, relatam histórias de vida e recebem o reconhecimento pelas contribuições à sociedade, ao mundo do trabalho e à valorização profissional



Cerimônia de entrega do prêmio Personalidade Profissional, em sua quarta edição.

PELO QUARTO ANO consecutivo, a CNTU entregou a sete destacados profissionais o prêmio Personalidade Profissional. A homenagem aconteceu no encerramento da 7ª Jornada Brasil Inteligente, no dia 12 de dezembro de 2014, no auditório do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (Seesp), na capital paulista.

Foi destacada cada uma das categorias ligadas à confederação, além de uma distinção denominada “Excelência em gestão pública”. Foram agraciados Gilson de Lima Garófalo (na área de Economia), Marcus Alexandre Aguiar (Engenharia), Waltovânio Cordeiro de Vasconcelos (Farmácia), Eleuses Paiva (Medicina), Albaneide Peixinho (Nutrição), José Tadeu de Siqueira (Odontologia) e João Guilherme Vargas Netto (Excelência em gestão pública).

Gilson Garófalo

Ao receber o prêmio, Gilson Garófalo falou de sua emoção e contou um pouco de sua trajetória. Lembrou do esforço para alcançar o título de economista e o estímulo da família para tanto. Vindo de São Manoel, interior de São Paulo, chegou à capital em 1962, quando iniciou os estudos na Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (USP). “Ao final do primeiro semestre, escrevi ao meu pai dizendo que iria desistir do curso. Professor de ensino básico, ele veio a mim e disse que não admitiria isso. Afirmou: ‘Não esmorecer para não desmerecer.’”



Dali em diante, Garófalo deu sequência aos estudos na área e ascendeu na carreira, atuando tanto como docente como no mercado e aposentando-se como economista-chefe do então Banespa, após 32 anos de serviços prestados. Participou de diversas entidades, entre elas da diretoria do Sindicato dos Economistas de São Paulo (SindeconSP). Garófalo enfatizou ainda que essa “é a mais antiga entidade da categoria no Brasil, prestes a completar 80 anos, ao iniciar de 2015”.

Marcus Alexandre Aguiar

Engenheira civil, Gicélia Aguiar recebeu a homenagem na categoria Engenharia em nome de seu cônjuge e colega de profissão. “Estou muito feliz e honrada pelo prêmio tão importante e de reconhecimento nacional. Em menos de 15 anos, Marcus Alexandre Aguiar deixou de ser um adolescente carente da periferia de Ribeirão Preto (SP) e se tornou prefeito de Rio Branco (AC). Isso nos mostra o quão importante é a formação universitária.” Na ocasião, ela leu mensagem do agraciado, que salientou a parceria com o Sindicato dos Engenheiros no Acre (Senge-AC) e a Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), que o indicaram como Personalidade Profissional.



Waltovânio Vasconcelos

A luta por assistência farmacêutica digna e eficaz foi destacada por Waltovânio Vasconcelos, ao ser homenageado como Personalidade Profissional 2014 na categoria em que atua. Indicado pela Federação Nacional dos Farmacêuticos (Fenafar), ele frisou: “Vejo a responsabilidade aumentar para continuar a luta por um sistema de saúde pública de qualidade, no qual o medicamento é insumo essencial para a garantia desse direito da população brasileira.” Entre as campanhas nesse sentido, nas quais foi atuante, ele citou a pela instalação dos genéricos na década de 1990, pelo uso racional dos medicamentos e pela aprovação da Lei 13.021, que define a farmácia como estabelecimento de saúde. “Faço dessa a homenagem aos colegas que fizeram da profissão de farmacêutico um sacerdócio para a melhoria de vida das pessoas”, destacou.



Público prestigia solenidade, em reconhecimento a agraciados por serviços prestados à sociedade.

Albaneide Peixinho

Vindo do Sertão da Bahia e caçula de sete filhos, Albaneide Peixinho foi outra premiada a lembrar sua trajetória de 32 anos de militância na área, assim como o apoio da família. Ao optar pela carreira em nutrição e na busca pela compreensão da necessidade de alimentação saudável, ela lembrou que seus pais revolucionaram tais hábitos em sua casa. Sindicalista e ativista dos movimentos sociais dos trabalhadores sem-terra e da agricultura familiar, Peixinho



alçou postos até chegar ao governo, em que implantou o programa de alimentação escolar. Esse inclui a obrigatoriedade da compra de 30% de produtos advindos de agricultura familiar, segundo salientou. Conhecida como “defensora dos frascos e comprimidos”, como brincou, observou que a profissão ainda é muito estigmatizada. “É preciso um conjunto de políticas públicas integradas e integradoras, se queremos mudar o Brasil”, concluiu. A nutrição – área em que foi indicada como Personalidade Profissional 2014 pela Federação Interestadual dos Nutricionistas (Febran) – é parte disso.

O prêmio Personalidade Profissional homenageia aqueles que, em diversas áreas, deram sua contribuição ao País no ano. Os escolhidos de 2014 foram destaque nas áreas de atuação da CNTU e contam com sólido reconhecimento social

Eleuses Paiva

Deputado federal pelo PSD, Eleuses Paiva é reconhecido como a voz dos médicos no Congresso Nacional, o que lhe valeu a indicação como Personalidade Profissional 2014 nessa categoria pela Federação Nacional dos Médicos (Fenam). Na luta por 10% do PIB à saúde, ele criticou: “Setenta por cento da população precisa do sistema público, e o Brasil investe um quarto do Uruguai, menos da metade da Argentina, um terço do Chile. Enquanto isso, o investimento *per capita* do setor privado beira o dos países europeus. Temos cidadãos de primeira e segunda categoria.” Lutar contra essa situação, que inclui a dificuldade em liberar verbas à saúde pública no Parlamento, foi o compromisso destacado pelo agraciado na ocasião.



José Tadeu de Siqueira

Ao ser agraciado em Odontologia, por recomendação da Federação Interestadual dos Odontologistas (FIO), José Tadeu de Siqueira também recordou sua história profissional e pessoal. “A homenagem forçou-me a virar para o passado.” Com atuação na área temporo-mandibular, relativa ao estudo de tratamento da dor, conforme ensinou, ele apontou os dados que mostram a importância



desse segmento: “Nas unidades básicas de saúde, 30% procuram atendimento devido a dor crônica; cerca de 7% especificamente em função de dor facial. Quinze por cento dos brasileiros reclamam de dor de dente.”

Ainda segundo Siqueira, 25% das crianças com menos de cinco anos são acometidas por esse problema. Enfatizando que houve grandes avanços no sistema bucal de saúde pública, ele ponderou: “Apenas 10% das pessoas já receberam atendimento odontológico profissional no País que reúne o maior número de faculdades na área. Isso merece profunda reflexão. É nosso dever continuar mudando e melhorando.”

João Guilherme Vargas Netto

Encerrando o rol dos homenageados do ano, o analista político e sindical João Guilherme Vargas Netto – escolhido pela CNTU como Excelência em gestão pública – emocionou a todos ao contar sua rica história de vida na luta por um País justo e democrático. “Nasci em 25 de dezembro de 1942, em Tombos, Minas Gerais. O mundo estava em guerra e em Stalingrado se definia um dos futuros da humanidade, quando hordas nazistas foram derrotadas. Cresci feliz em Minas Gerais. Em 1954, estava jogando bola num pátio de café quando um menino veio gritando: ‘Getúlio Vargas se matou.’ Paramos a ‘pelada’, tamanho o impacto da notícia. Em 1957, vim para o Rio de Janeiro estudar para ser engenheiro. Fui visitar minha irmã no interior e voltei de trem, o qual engavetou. Eu era adolescente e comandeí o salvamento. Foi quando me dei conta que era feliz, mas vivia numa redoma de vidro. Com o acidente de trem, que ocorreu por falta de conservação, descobri que existia injustiça. Entrei em crise e fiquei um ano no interior, igual a bicho do mato”, contou ele. O acidente e mais os livros que foram doados à sua cidade – os quais leu todos – mudaram sua trajetória. Dali em diante, Vargas Netto iniciou sua militância por transformações sociais. “Voltei para o Rio, fui estudar matemática na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro). Aluguei um apartamento ao lado da sede da UNE (União Nacional dos

Estudantes), no Flamengo.” Vargas Netto contou que conseguiram derrubar o diretor da faculdade e que foram expulsos, sem processo. “Recentemente, recebi um pedido formal de desculpas da UFRJ”, rememora. Tornando-se dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e perseguido pela ditadura civil-militar, Vargas Netto ficou anos no exílio. “Sou o único dirigente na Guanabara e em São Paulo que está vivo e não está louco.” Anistiado em 1979, voltou ao Brasil, após viver na França, e pouco tempo depois saiu do partido. Decidiu ajudar o movimento sindical dos trabalhadores. “Acho que só não trabalhei para a organização



dos seringueiros. A maior homenagem que recebi foi da Rosa Cardoso (coordenadora do grupo dos trabalhadores na Comissão Nacional da Verdade), que disse: ‘Sou exigente, eficiente e técnica, mas quem me ensinou a amar vosso trabalho foi o João Guilherme.’” E finalizou: “A única verdade é que esse reconhecimento é justo, pois equilibra a relevância da CNTU com a irrelevância do premiado.” O público, que o aplaudiu de pé, desmente essa conclusão. 🍀

Memória

Profissionais homenageados nas edições anteriores do prêmio

2011

Economia

DÉRCIO GAMA MUNHOZ

Engenharia

ARNALDO CALIL PEREIRA JARDIM

Farmácia

NORBERTO RECH

Medicina

RICARDO ALBUQUERQUE PAIVA

Nutrição

VALÉRIA PASCHOAL

Odontologia

GILBERTO ALFREDO PUCCA JÚNIOR

Excelência em gestão pública

GILSON DE CÁSSIA MARQUES DE CARVALHO

2012

Economia

PAUL ISRAEL SINGER

Engenharia

FERNANDA GIANNASI

Farmácia

ALICE MAZZUCO PORTUGAL

Medicina

GENIVAL VELOSO FRANÇA

Nutrição

SANDRA MARIA CHEMIN SEABRA E

Odontologia

VITOR GOMES PINTO

Excelência em gestão pública

ANTONIO AUGUSTO DE QUEIROZ

2013

Economia

ANTONIO CORRÊA DE LACERDA

Engenharia

ROMERO JUCÁ FILHO

Farmácia

MARIA DO SOCORRO C. FERREIRA

Medicina

PAULO ROBERTO DAVIM

Nutrição

ÉLIDO BONOMO

Odontologia

MARIA HELENA MACHADO DE SOUZA

Excelência em gestão pública

ROSA MARIA CARDOSO DA CUNHA





Opinião

Representantes das seis categorias abrigadas na CNTU – economistas, engenheiros, nutricionistas, médicos, odontologistas e farmacêuticos – opinam sobre os principais temas da agenda para um Brasil desenvolvido. E conselheiros da CNTU escrevem sobre uma das bandeiras centrais da entidade, a educação continuada

DE CATEGORIA



Educação e economia

As nações mais avançadas, do ponto de vista social e econômico, têm como característica comum destacada a atenção especial dada à educação, desde o berço até a pós-graduação

PRIMEIRO ITALIANO A RECEBER o Prêmio Nobel de Literatura, o educador e poeta Giosué Carducci (1837-1905), ainda jovem, foi a uma reunião com o Ministro da Educação da Itália, pouco depois da reunificação do país, em 1870.

Ao despedir-se, o Ministro, encantado com a inteligência e as opiniões de Carducci, pediu-lhe que ficasse mais um dia, seguindo-se um diálogo entre eles:

– Lamento, ministro, mas não posso. Amanhã tenho que dar aula na universidade e os rapazes estão me esperando.

– Mas eu o dispenso dessa obrigação!

– O senhor pode dispensar-me, mas eu é que não me dispenso.

Tamanho valor dado à educação e à responsabilidade do educador é característica de quem não se conforma com a visão, muito em voga em certos círculos, de que educar é tornar útil, no sentido material, e de que, nessa área, metas quantitativas possam ser mais importantes do que as qualitativas.

Já dizia, em 1962, o lendário professor Anísio Teixeira:



“A educação não é um bem acessório, mas uma condição *sine qua non* para que o brasileiro se torne um cidadão, possa exercer seus direitos políticos, seu poder econômico e viver decente e dignamente.”

Por mais que avancem as descobertas tecnológicas, em última instância, é o ser humano, individual e/ou coletivamente, quem analisa, discerne e decide a vida social e econômica do país, dos governos, das empresas, das famílias.

Sendo o trabalho o instrumento primordial de transformação da realidade, a educação, em sentido amplo, ao propagar princípios e conhecimentos, é o meio pelo qual aquele(a) que trabalha constrói-se, transforma-se, adapta-se, pensa e tem com o que contribuir.

Não à toa, os diversos grupos sociais e religiosos buscam educar, nas famílias e escolas, a partir dos seus próprios princípios e valores, de modo a manter ou expandir a sua influência, no presente e no futuro.

Claro que nem todos os princípios e conhecimentos transmitidos na educação, seja a paterna, seja a formal, levam ao bem-estar geral. Se assim fosse, valeria a definição original de utilitarismo, sugerida, no século XIX, pelo economista e filósofo John Stuart Mill, de que uma decisão ou ação é correta se ela traz benefícios à coletividade, não apenas a certos grupos.

Talvez a primeira preocupação não devesse ser a educação, e sim o de-

seenvolvimento estratégico do Brasil. Há anos não temos planos de longo prazo. A preocupação diária com a cotação do dólar, com o índice da Bolsa de Valores e com a taxa Selic fixada parece ter contaminado de tal modo o pensamento geral que só nos preocupamos com o curtíssimo prazo.

Sem ter uma noção razoável e firme sobre que país queremos ser daqui a 50 anos, como planejar a educação? O “sentido da vida”, dizia Dom Valfredo Tepe, deve ser definido ao final da adolescência, para que procuremos trilhá-lo, sabendo que, vez ou outra, vamos sair dos limites a que nos impusemos, mas, conhecendo a direção a seguir, será bem mais fácil retomar os trilhos. Como Brasil, quem sabe, ainda não chegamos à adolescência...

A inclusão de muitíssimos brasileiros nas escolas formais, nos últimos anos, foi, sem dúvida, um enorme avanço, frente aos 500 anos precedentes. Esse aspecto quantitativo pode resultar em alguns passos qualitativos, pouco mais adiante, mas precisamos ir além.

Bons exemplos devem ser seguidos. As nações mais avançadas, do ponto de vista social e econômico, têm como característica comum destacada a atenção especial dada à educação, desde o berço até a pós-graduação, dentro de um projeto nacional, que leva em conta as gerações futuras.

“Saco vazio não para em pé” é ditado conhecido. “Pessoa vazia de educação não se sustenta e não contribui com os demais”, poderia ser dito. 

Pedro Afonso Gomes

Presidente do Sindicato dos Economistas no Estado de São Paulo (SindeconSP)

Agenda essencial: desenvolvimento

O corte ou a restrição de direitos e benefícios trabalhistas não devem jamais ser considerados como solução para ajustes fiscais, pois não é possível fazer com que os que têm menos arquem com esse custo

A FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ENGENHEIROS (FNE) soma à sua luta em defesa da categoria e do conjunto dos trabalhadores uma pauta prioritária: a do desenvolvimento nacional.

Isso pressupõe crescimento econômico, distribuição de renda, preservação ambiental e, sem dúvida alguma, democracia. Esse debate acontece, desde 2006, por meio do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, que se tornou instrumento de mobilização para atingir o objetivo maior de construir uma nação desenvolvida, soberana e que ofereça condições dignas de vida à sua população.

O “Cresce Brasil” foi lançado num momento em que o País tinha expansão econômica pífia, com alguns momentos de melhoria, os chamados “voos de galinha”, que não se sustentavam. A entidade defendeu que, lançando-se mão de medidas pró-desenvolvimento, haveria condições de crescer a taxas de 6% ao ano. Isso implicava medidas importantes na economia, como redução da taxa de juros e ampliação do crédito, além de investimentos públicos e privados na infraestrutura nacional e na produção.

O que naquele momento parecia demasiadamente ousado mostrou-se plenamente possível nos anos seguintes, com a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) atingindo a casa dos 7%. Nesse período, apesar da crise financeira que se alastrou pelo mundo, o País, valendo-se de medidas anticíclicas e fortalecendo o seu mercado interno, pôde evitar estragos maiores.

Lamentavelmente, contudo, o cenário internacional manteve-se desfa-



vorável e os níveis de expansão voltaram a cair. Um problema fundamental identificado pelo “Cresce Brasil” em 2014 – e debatido com os então candidatos a presidente –, que resultou na publicação “Novos desafios”, foi a desindustrialização precoce do País. A economia brasileira tem se sustentado demasiadamente no agronegócio que, embora extremamente importante, não é suficiente para manter um país de dimensões continentais e 200 milhões de habitantes. O desenvolvimento exige uma indústria forte, arrojada, inovadora. Isso é essencial para haja empregos melhores e mais bem pagos e inserção no mercado global mais qualificada.

São necessárias, portanto, medidas que favoreçam o avanço industrial; a definição de uma política efetiva para o setor é uma urgência. É preciso ganhar produtividade, aproveitar o potencial das cadeias

promissoras e, especialmente importante, qualificar a mão de obra em todos os níveis. Nesse campo, a FNE apoia o projeto do Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), criado e mantido pelo Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (Seesp), que oferece o primeiro curso de graduação em Engenharia de Inovação. Também é fundamental a proposta da CNTU de instituir um sistema nacional de educação continuada para os profissionais de formação universitária.

O ano de 2015 começou com essas demandas de monta e mais as dificuldades trazidas por uma crise política e denúncias de corrupção, além de problemas apontados nas contas públicas. Nesse cenário, a FNE defende mais que nunca que se coloque o interesse do País em primeiro lugar e se busquem caminhos com racionalidade. Um ponto central é que o corte ou a restrição de direitos e benefícios trabalhistas não devem jamais ser considerados como solução para ajustes fiscais, pois não é possível fazer com que os que têm menos arquem com esse custo. Depois, é preciso envidar todos os esforços para evitar a recessão no Brasil. O principal ganho da última década foi o aumento do emprego e da renda do trabalhador brasileiro. Não se pode retroceder nesse campo, pois o impacto social seria gravíssimo. Por fim, essencial para enfrentar o perigo da hora é a atuação do movimento sindical de forma unitária e coesa. 🍀

Murilo Celso de Campos Pinheiro
Presidente da Federação Nacional
dos Engenheiros (FNE)

A luta pela alimentação saudável

Temos o dever de informar os perigos pelos quais a população passa diariamente ao consumir alimentos industrializados, cheios de conservantes, corantes, flavorizantes e emulsificantes

QUANDO PENSAMOS em alimentação saudável, lembramo-nos que nosso país possui a maior reserva de água doce do mundo. Nosso clima é pouco sujeito a variações extremas. E, além disso, conseguimos produzir hortifrutigranjeiros que antes só conhecíamos pelo selo de importado.

Vários países dependem da nossa produção de alimentos. Porém, a nossa terra agricultável está sendo usada para produzir milhões de toneladas de soja e milho transgênicos, cheios de agrotóxico, para alimentar outras populações. Infelizmente toda essa produção tem deixado um grave legado: nosso solo e nosso ar permanecem contaminados, a água de beber consumida pelos brasileiros dessas regiões fica envenenada, agricultores adoecem e o nosso país perde mais do que ganha.

A CNTU é uma confederação nova, com ações cuja relevância ainda

não foi plenamente percebida pelo conjunto do movimento sindical. Uma recente iniciativa foi a criação de 15 departamentos temáticos, entre os quais o de Alimentação saudável. Essa nova trincheira de luta em prol da nutrição adequada nos possibilitará reverter a superlotação dos hospitais e dos postos de saúde. Queremos poder interferir na mídia e informar a todos dos riscos que sofremos ao acreditar na propaganda enganosa veiculada diariamente pelos meios de comunicação.

Os profissionais que participarão do Departamento de Alimentação saudável da CNTU têm o dever de informar os perigos pelos quais a população passa diariamente ao consumir alimentos industrializados, cheios de conservantes, corantes, flavorizantes e emulsificantes.

A classe média, por ter aumentado sua renda, está consumindo mais massas, embutidos, doces, sorvetes, refrigerantes e muitos outros produtos do tipo, com realçadores de sabor adicionados à comida. É nossa tarefa ajudar os cidadãos brasileiros a saber qual o melhor alimento e qual o pior, para que possam fazer escolhas conscientes e não manipuladas pe-



la propaganda. Queremos provocar as pessoas e fazê-las pensar.

O atual momento político e econômico pelo qual passa o nosso país impõe-nos algumas reflexões. Qual será o movimento que mais afetará a vida dos trabalhadores brasileiros nestes próximos meses? Qual “bússola” devemos usar para nos orientarmos para o bem comum? Para contrabalançar esse saldo negativo, estamos sentindo um Brasil com intensos movimentos. Perceber quais correntes fazem parte dessa dinâmica é muito importante. Também devemos tentar prever para onde essa onda nos levará e descobrir as suas motivações, tentando interferir e tornar o seu resultado melhor. Vamos nos dedicar a esse desafio num campo que é literalmente vital a toda a população: a sua alimentação saudável. ✨

Ernane Silveira Rosas

Presidente da Federação Interestadual dos Nutricionistas (Febran)



Medicina e ciência sob ataque

Hoje há uma corrente de pensamento, de natureza perversa e fraudulenta, que a tudo nivela e relativiza, confundindo a verdade ou sua busca, ou pior negando-a em nome de fins que nada têm a ver com o que se discute ou se procura

A MEDICINA BRASILEIRA enfrenta hoje um desafio, que se repete no curso dos tempos e das eras, e pode marcar uma diferença sobre a forma como chegaremos ao futuro. É uma luta entre a formação e o curandeirismo, entre a ciência e o charlatanismo.

O dilema que vivenciamos está mergulhado num conflito de características econômicas e ideológicas, e pode nos fortalecer ou liquidar como modelo de sociedade, porque não se limita à medicina, sendo extensivo a todo campo do conhecimento e dos valores.

Hoje há uma corrente de pensamento, de natureza perversa e fraudulenta, que a tudo nivela e relativiza, confundindo a verdade ou sua busca, ou pior negando-a em nome de fins que nada têm a ver com o que se discute ou se procura. Por esse pensamento, não há alta cultura, não há uma hierarquização de valores que distinga comparativamente a música, ou a literatura, ou o saber. É uma reinvenção da marcha da humanidade, que em sua evolução descartou práticas lesivas ou moralmente reprováveis como o assassinato, ou o racismo, ou os privilégios descabidos, da mesma forma que compreendeu que o estudo, o aprimoramento e o trabalho duro têm condições de gerar uma cultura, uma música ou uma literatura de alto nível, superando criações mais primárias ou rudimentares, mesmo historicamente proclamadas como de mesmo quilate ou valor, por questões meramente ideológicas.

Há alguns movimentos de busca de desfigurar a profissão médica,

atacada pelos charlatões e oportunistas, além de falsos estudos. São ajudados por um projeto de governo de subjugação da categoria, que confronta a limitada visão de assistência preconizada por ele. Essa movimentação do governo provocou ou promoveu em dez anos a abertura indiscriminada de faculdades de medicina, a maioria privada, algumas sem a menor capacidade de ministrar qualquer ensino. Portanto, meramente mercantilistas, mas integradas ao projeto de inchar o mercado de profissionais, que teoricamente se digladiarão num futuro próximo por trabalho, baixando ainda mais a remuneração da categoria que já pena em vários empregos e plantões para garantir a sobrevivência.

Noutra vertente, tenta o governo fatar as prerrogativas dos médi-

cos, estendendo atos que são de sua competência por formação específica, curricular e pela segurança da sociedade para outras áreas. O mais grave e criminoso que assistimos é a manipulação da sociedade na direção de um naturalismo bronco e absurdo, com negação de toda evolução científica, que garantiu a segurança materno-fetal, retroagindo a assistência obstétrica ao animalesco. Essa corrente, com apoio forte na imprensa engajada, ameaça as conquistas da obstetrícia na diminuição da mortalidade materna e infantil, sem misericórdia e complacência com a verdade e a ciência. E não fica por aí, na psiquiatria, legiões de esquecidos e abandonados vagam nas ruas morrendo e matando, sem qualquer direito a um internamento que os tire de delírios agudos, pois o governo fechou quase toda a rede de assistência psiquiátrica. Não é à toa que se multiplicam os dependentes de drogas, a violência, o suicídio.

E quem nos pode salvar em meio a tudo isso? A ciência. Só o conhecimento, a busca e o domínio das leis que regem o mundo, a liberdade de confrontar e testar essas leis para ver se são verdadeiras, o estudo que cria as profissões e disponibiliza seus benefícios em prol da sociedade, em contraste com o charlatanismo, a vigarice e a empulhação, podem, através da ciência e da técnica, gerar mais qualidade na vida humana. 



Geraldo Ferreira
Presidente da Federação
Nacional dos Médicos (Fenam)

Por um país decente e civilizado

Registramos, com alegria, avanços significativos na democratização do acesso de camadas mais amplas da população à educação

EM SUAS DIRETRIZES gerais, a Federação Interestadual dos Odontologistas (FIO) postula a construção de um país soberano, democrático e com distribuição de renda; uma nação em que o trabalho e o emprego sejam valorizados.

Após tantos séculos de desigualdade, pode parecer utopia, ou até mesmo ingenuidade o fato de a nossa entidade assumir tais compromissos e ter a coragem de explicitá-los em suas diretrizes de atuação.

Porém, apesar da complexidade do desafio, a diretoria da FIO, com serenidade, reafirma o compromisso de trabalhar com todo o ânimo e empenho, dentro das naturais limitações, para que o Brasil, gradativamente, se torne um país decente e civilizado. A meta é superar as barreiras da desigualdade, consagradas em nossas estruturas sociais com origem no regime escravocrata, e tidas como naturais por uma elite consumista, alheia a compromissos sociais e indiferente à situação vivida por parcelas da nossa população, sem direito a escola de qualidade para seus filhos, acesso à saúde, transporte e segurança, itens que integram os direitos elementares de cidadania.



Falamos na construção permanente de um “país decente e civilizado”. Esses conceitos se entrelaçam e se imbricam harmoniosamente. Numa sociedade decente, as instituições não humilham os indivíduos; na civilizada, seus integrantes não se humilham reciprocamente. A ideia, precisa e democrática, está explicitada por Avishai Margalit, em sua obra *A sociedade decente*, da virada do século XX.

Além das estruturas econômicas produtoras de desigualdades, o Brasil tem grande déficit na área social. Se pinçarmos apenas dois itens dessa agenda de injustiças, educação e saúde, constataremos que o Estado brasileiro, sufocado por normas e leis que na prática impedem a sua atuação eficiente, vê-se às voltas com dificuldades orçamentárias e entraves, praticamente intransponíveis ao funcionamento adequado de sua rede assistencial e de ensino.

A “saúde como direito de cidadania e dever do Estado” ainda não se tornou realidade. Por enquanto é apenas uma promessa inserida na nossa Constituição. A educação, questão permanente para os dirigentes do País, o nó górdio do nosso desenvolvimento, é, talvez, o desafio mais urgente a ser enfrentado, sobretudo no ensino fundamental. Chama atenção essa variável, na medida em que a sua solução clama por medidas inteligentes e viáveis, com escolas de tempo integral, professores bem remunerados e bem

formados, alunos bem alimentados e felizes em suas salas de aula.

Sobre o ensino universitário ou de terceiro grau, registramos, com alegria, avanços significativos na democratização do acesso de camadas mais amplas da população, minorias étnicas e sociais. A produção científica de ponta do Brasil já representa cerca de metade de toda a América Latina e já ultrapassa a de vários países com grande tradição nessa área.



Quanto à educação continuada, deve nos levar à aproximação com as instituições de ensino a fim de promover a capacitação e qualificação profissional, como também lutar e exigir aos colegas do serviço público a educação permanente.

Devemos compreender que o entendimento seria o ingrediente mais adequado para buscar soluções à crise econômica e política que se instalou no Brasil no início de 2015. Devemos, como cidadãos, praticar a tolerância, o entendimento e a conciliação, ou melhor, a política em sua mais alta expressão para termos finalmente um país decente e civilizado. Sem ilegalidades e autoritarismo. 🍀

*José Ferreira Campos Sobrinho
Presidente da Federação Interestadual
dos Odontologistas (FIO)*

Trabalho farmacêutico, para cuidar bem das pessoas!

Vemos ressurgir no Brasil propostas que têm forte impacto nos direitos dos trabalhadores e representam grave retrocesso para políticas sociais de geração de emprego, renda e redução de desigualdade. É preciso lutar contra isso

NO ANO DE 2014 a categoria farmacêutica obteve uma conquista que poderá significar um avanço estruturante no rumo da valorização da profissão: a aprovação da Lei 13.021, que reafirma que as farmácias de qualquer natureza precisam obrigatoriamente ter a responsabilidade e a assistência técnica de farmacêutico habilitado.

Além disso, a nova lei estabelece uma série de requisitos para o funcionamento das farmácias, que finalmente colocam esses estabelecimentos como unidades de saúde, espaços de realização da assistência farmacêutica. Essa conquista é fruto de anos de luta da Federação Nacional dos Farmacêuticos (Fenafar).

Por isso, podemos dizer que a partir de 2015 um novo desafio se descortina para os farmacêuticos, para as organizações representativas da categoria, empresas e governo: construir um caminho para pavimentar a aplicação dessa lei e concretizar essa conquista que é dos farmacêuticos, mas também de toda a sociedade brasileira.

Esse importante debate ocorre em um momento delicado da conjuntura nacional, marcado pelo avanço das forças conservadoras que recolocam na ordem uma agenda de cunho neoliberal.

Neste cenário, a Fenafar apresenta aos farmacêuticos e à sociedade a necessidade de se colocar as pessoas no centro das atenções, seja das políticas públicas promovidas pelo Estado, seja das pautas defendidas pelos movimentos social e sindical. Por isso,

elegeu o “Trabalho farmacêutico, para cuidar bem das pessoas!” como tema de seu 8º Congresso.

Não é possível construir uma sociedade mais justa, promover inclusão econômica, social e cidadã – o que implica assegurar melhores condições de vida à população, mas também, discutir com a sociedade os problemas do País – sem ter o trabalho como motor central do desenvolvimento e as pessoas como elemento dinâmico, que precisam ser ao mesmo tempo beneficiárias e protagonistas das políticas.

A Fenafar cerra fileiras contra o retrocesso e o retorno de uma agenda neoliberal no Brasil, tendo na defesa e no desenvolvimento da farmácia nacional seu principal instrumento de ação política. Mantém firmes suas convicções de que é preciso intensificar a luta dos trabalhadores e fortalecer o movimento sindical para impedir que a crise política e econômica redunde em retirada de direitos e ataque às conquistas sociais obtidas nos últimos anos.

Temos que lutar para que a inserção do farmacêutico nas farmácias públicas e privadas, como autoridade técnica que qualifica esses estabe-



lecimentos como unidade de saúde, ocorra conforme a Lei 13.021; intensificar a campanha pela aprovação de um piso salarial nacional, que tenha como valor base o equivalente a 10 (dez) salários mínimos nacionais; lutar pela redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais; entre tantas outras bandeiras que precisam ser trabalhadas nacional e localmente, buscando a unidade de todos os setores da categoria, para se transformarem em vitórias.

E esse debate não pode estar dissociado da luta contra a lógica mercantil que avança sobre a saúde, contra a privatização dos serviços públicos, o ingresso do capital estrangeiro no setor e o monopólio dos serviços privados. O que está na ordem do dia é reafirmar a necessidade de mais recursos para a saúde e de se fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS). 🍀

*Ronald Ferreira dos Santos
Presidente da Federação Nacional
dos Farmacêuticos (Fenafar)*

Depoimentos dos membros do Conselho Consultivo da CNTU sobre educação continuada

VISANDO CONTRIBUIR para esse importante tema para a sociedade brasileira, que trata sobre a educação continuada dos profissionais com formação universitária, acredito que existem propostas significativas que podem ampliar as reflexões e implantar mudanças colaborativas de paradigmas com novas diretrizes na formação profissional, sobretudo como parte das políticas públicas com foco no empreendedorismo. Quando falamos em atualização em serviço, faz-se necessário olhar para o cenário global e perceber quais são as ações na sociedade em constante mudança, visando sempre humanizar as relações, atualizando e desenvolvendo cada vez mais as competências e habilidades das pessoas,



numa perspectiva democrática. Para tal, não podemos nos abster de nos unificarmos com propostas que visem a implantação de projetos interativos em rede, com o compartilhamento dessas ideias nas diversas áreas do conhecimento, aliado às novas metodologias através da tecnologia e da ciência, com grandes debates em fóruns formativos nacionais.

Maria Cristina Antoniak – Pedagoga

NO MUNDO GLOBALIZADO de hoje, nenhum país terá condições de participar de igual para igual, se uma parcela considerável de sua população não for profunda conhecedora de ciência e tecnologia, com interesse e capacidade de propor inovações que melhorem dispositivos tecnológicos existentes. Nenhuma população conseguirá manter-se agregada se também não houver um profundo sentimento de solidariedade e união entre essas mesmas pessoas. Neste contexto é que se dá a inclusão social e a geração de riqueza que traz conforto, segurança e fertiliza o ambiente para mais humanismo e paz nas comunidades. Uma nação é feita pelas pessoas e pelo espaço físico territorial, sem menosprezar sua importância, é apenas o lugar onde as pessoas vivem, com aquilo que aprenderam. Pode-se viver mal em espaço impecavelmente finalizado e bem em um espaço em construção.



Todos devem sempre procurar informar-se da real situação do ensino em nosso país, onde mais de 60% dos alunos que saem das escolas não conseguem entender o que leem.

Claudionor Rodrigues de Assis – Engenheiro



O EDUCADOR Anísio Teixeira dizia que não aprendemos apenas ideias ou fatos, mas atitudes, ideais e senso crítico, desde que a escola disponha de condições para exercitar tudo isso, e que a concepção de uma educação permanente é aquela em permanente reconstrução. A CNTU exerce bem esse papel, em conjunto com suas federações, sindicatos, Conselho Consultivo e parceiros, assim mencionados pelo seu presidente Murilo Celso de Campos Pinheiro.



E a educação continuada se mostra como desafiante, sendo uma das bandeiras levantadas pela entidade, por apresentar-se como direito de organização e progresso social. E para que esse direito seja garantido, devemos avaliar, tomando como exemplo as condições do ensino superior. Informações de uma consultoria especializada que tem como objetivo apresentar subsídios para o Conselho Nacional de Educação (CNE), da autora Ana Maria Torres Alvarez, definem a pesquisa educacional no Brasil como uma atividade recente, não tendo mais que 80 anos. E que anteriormente elas eram realizadas através da análise de dados quantitativos em centros de pesquisa. Atualmente essa diversificação se ampliou com o ensino superior e de pós-graduação. Na nossa região mesmo, a Centro-Oeste, podemos observar, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Censo da Educação Superior de 2011 que os três estados apresentam um número equilibrado de Instituições de Ensino Superior (IES) na capital e no interior. Assim como a distribuição de cursos tecnológicos, totalizando 489 em Goiás, segundo informações sobre educação profissional tecnológica do Ministério da Educação (MEC) de 2013 sobre o número de cursos da região.

Gerson Tertuliano – Engenheiro

VIVEMOS UM período de grande instabilidade econômica, política e social. O impasse que o Brasil vem enfrentando pode resultar em mais democracia e direitos sociais para a grande maioria da população, ou em grave retrocesso. As minorias



conservadoras não têm interesse em ampliar o acesso ao conhecimento das parcelas mais pobres, reclamam das políticas de cotas para alunos das escolas públicas, negros, índios etc.. O atraso ainda existente no desenvolvimento exige avanços nas novas tecnologias, projetos mais avançados na utilização da

matéria-prima, como petróleo, ferro, aço, sem controle dos interesses das multinacionais. O interesse da população e do desenvolvimento nacional exigem ampliar o Prouni (Programa Universidade para Todos) e o Fies (Fundo de Financiamento Estudantil), ao mesmo tempo em que se façam melhorias no ensino fundamental e médio, com urgência.

Ana Maria Martins – Pedagoga e assistente social

PARA PROMOVER e sustentar o desenvolvimento, é preciso uma estratégia que garanta que o crescimento econômico se materialize em bem-estar social, qualidade de vida e equilíbrio ambiental.

A política econômica precisa expandir a centralidade do mercado interno, fortalecendo a demanda através da geração de emprego e do aumento de salários. Ao mesmo tempo, deve ampliar o investimento público e privado em infraestrutura econômica e social, além de estimular a capacidade produtiva das empresas. Isso tudo deve favorecer o incremento da produtividade e promover a distribuição dos ganhos advindos.

Nossa sociedade somente será capaz de promover esse movimento se houver substantiva transformação na qualidade da educação de crianças, jovens e adultos. Simultaneamente, essa qualidade deve: criar oportunidades para que as capacidades cognitivas e profissionais se desenvolvam para uma produção econômica que agregue valor, de maneira estrutural, em todos os setores; e ampliar a capacidade crítica de cada indivíduo para que ele se coloque no contexto dos desafios e das escolhas que a sociedade terá que fazer.

Clemente Ganz Lúcio – Sociólogo



COM O ADVENTO das ferramentas da internet e do Whatsapp, todos tiveram acesso aos problemas bons e ruins, mostrados a cada minuto ou segundo de nossas vidas. As mudanças foram tão rápidas que muitas vezes não conseguimos acompanhá-las. Essa explosão do avanço tecnológico mostrou aos profissionais universitários que existe uma necessidade de aprimorar a formação acadêmica e, para tal, o professor precisa de salários decentes, carga horária disponível para estudar e disputar esse mundo globalizado.

Para que uma instituição de ensino superior tenha profissionais competentes, é fundamental a participação desses na elaboração do planejamento e da proposta pedagógica. É essencial também a manutenção de boas relações com a comunidade, além da realização de atividades de pesquisa, contribuindo para uma educação de qualidade.

O que é ser professor? É se dedicar com amor à arte de ensinar e partilhar sua aprendizagem com o estudante. A escola da vida possui afetos, sentimentos, conflitos, armadilhas, e os professores precisam da colaboração do aluno para que esse aprenda, se identifique com a profissão e possa ter uma visão crítica e reflexiva.

Cecília Leite Motta de Oliveira – Farmacêutica



NUMA ECONOMIA cada vez mais globalizada e competitiva, nenhuma empresa atingirá uma boa produtividade e qualidade de produtos se não tiver em seus quadros pessoal técnico qualificado e motivado. Para fazer frente a esse mercado competitivo, nas empresas de tecnologia, o profissional deve estar sempre



pronto, capaz e criativo para inovar. No campo da educação continuada, destaque deve ser dado à estratégia corporativa que priorize o papel da inovação.

Exemplos disso são as grandes e médias corporações que trocaram os velhos e tradicionais treinamentos do RH por cursos de qualificação, no caso da área de engenharia, cursos com conteúdos programáticos de inovação tecnológica que possibilitem ao engenheiro promover modificações em processos, desenvolver novos produtos, enfim, inovar para competir. Para inovar, é preciso capacitar-se, afinal, inovação é o elemento chave do desenvolvimento. Nesse novo cenário e diante da necessidade de contribuirmos com o desenvolvimento socioeconômico, destacamos a ação do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (Seesp) e sua visão de futuro, com a criação do curso de Engenharia de Inovação oferecido pelo Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec).

Edilson Reis - Engenheiro

A EXIGÊNCIA do saber sobre tudo, o tempo dispendido para seu cumprimento, a velocidade das transformações sociais e das novas descobertas têm colocado em risco o futuro dos profissionais e a vida das pessoas que dependerão desses. As soluções se modificam com o aprendizado constante. Quando paramos de evoluir “emburrecemos”!

O conceito de educação continuada, no entanto, não deve ficar restrito à educação formal, técnica, científica, obtida nos cursos universitários, foco de nossa luta na CNTU. Podemos ampliar esse conceito para “devemos aprender, reaprender e evoluir todos os dias”, permanecendo assim aptos a atuar em nossas áreas e preservando nossa condição produtiva com qualidade. E mais, ampliar os limites e o resultado da educação continuada para outra necessidade, talvez a mais importante, deixarmos simplesmente de criar os filhos para passarmos a desenvolvê-los. Pois com mais conhecimento podemos, realmente, criar pessoas melhores, mais preparadas para o mundo que enfrentarão. Mundo que desconhecemos, porém, sabemos que será diferente e muito mais exigente que hoje.



Aparecida Prado – Advogada

UM PAÍS EM constante desenvolvimento como o Brasil atesta: o diploma de curso superior nem sempre é suficiente para quem deseja fazer a diferença em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo. Por isso, aperfeiçoar conhecimentos e buscar sempre estar alinhado com as forças que determinam os rumos da organização e do mercado é um dever que se impõe. Afinal, os profissionais hoje devem estar permanentemente em busca de novos recursos para manter-se alertas e preparados para as rápidas mudanças que norteiam sua área de atuação. No caso específico da engenharia, é fator determinante para o desenvolvimento econômico.

Cada vez mais, a criação e a produção de bens de grande valor agregado fazem a diferença na balança comercial do mundo globalizado.



A capacidade de inovação depende de vários fatores, entre eles a existência, quantidade e qualidade de profissionais de engenharia. Com a rápida evolução da tecnologia e a consequente obsolescência das existentes, a formação do engenheiro deve privilegiar os conteúdos essenciais, ensinando-o a se adaptar rapidamente aos novos conhecimentos e técnicas. Partindo dessa premissa, investir no conhecimento é muito mais do que desejável; é obrigatório.

Carlos Bastos Abraham – Engenheiro

VIVEMOS ATUALMENTE num período de constante mudança. Novas tecnologias e inovações surgem em praticamente todas as áreas da atividade humana. Para manter-se empregável, a mudança de atitude é imprescindível num mercado que exige cada vez mais do profissional o atendimento a uma produtividade mais complexa, crescente, inovadora e criativa. Com isso, a busca por capacitação e qualificação continuada vem se tornando cada vez mais presente, necessária e urgente. A educação continuada passa a ser uma necessidade incontestável e ferramenta indispensável ao aprimoramento profissional. Cabe, no entanto, aos próprios profissionais construir suas carreiras preocupando-se com a atualização dos seus conhecimentos, não somente em sua profissão, mas também em diferentes áreas do conhecimento humano, melhorando a percepção do mundo, o desenvolvimento de suas habilidades através da troca de experiências e a convivência com outros profissionais em congressos, palestras e cursos nos quais formas de educação continuada encontram-se presentes.



Fátima Cristina Faria Palmieri – Engenheira

O INÍCIO DA década de 1990 foi marcado pela reação das empresas ao perfil dos engenheiros formados pelas escolas de engenharia.

Esse movimento nasceu nos Estados Unidos e em pouco tempo se alastrou pelo mundo

todo, exigindo

profunda reflexão de nossas universidades.

O processo ficou conhecido como “Novo contexto da educação em



engenharia do século XXI”.

Como consequência desse movimento, as entidades mais representativas da educação em engenharia, em parceria com grandes empresas e entidades públicas, identificaram aqueles que seriam os novos atributos do engenheiro deste século. São eles: Boa formação nos fundamentos da ciência da engenharia; tecnologia da informação; boa formação em projetos e processos de manufatura; entendimento básico do contexto no qual a engenharia é praticada; necessidades dos clientes e da sociedade; habilidade de comunicação escrita, oral, gráfica e em língua estrangeira; padrões éticos elevados; senso crítico e criativo com independência e cooperação; adaptar-se às fortes mudanças, com agilidade e autoconfiança; consciente da importância do trabalho em equipe; e, por fim, a curiosidade e desejo de aprender pela vida toda.

É nesse contexto que a importância da educação continuada se enquadra.

Um profissional que deseja se destacar precisa estar permanentemente ligado à academia e informado em real time sobre os avanços de sua área.

José Roberto Cardoso – Engenheiro



PARA CONTRIBUIR com o desenvolvimento de uma educação social sustentável no Brasil, o capital humano brasileiro precisa ser visto com base de conhecimento nos sistemas: humano, econômico, social, cultural e de acesso à informação, incorporando os parâmetros mundiais de desenvolvimento humano e tecnológico. Quando a abordagem de educação é pautada na busca econômica, qualificação de mão de obra, empreendedorismo, melhoria na saúde pública etc., é necessário, sim, uma mudança de paradigmas. Porém, esses aspectos devem ser vistos e analisados como ciência holística.



Todos os pontos devem ser interligados com visão sistêmica de um avanço globalizado para este século. Uma educação deve proporcionar tanto a transformação da informação e do conhecimento quanto os conceitos de gestão educativa, como linha de ação com base nos princípios e métodos que facilitem a instrumentalização das práticas sustentáveis na sociedade em prol da coletividade. Isso é possível potencializando as competências de liderança, ampliando o conhecimento e o saber do profissional para o planejamento de novas metodologias de projetos inovadores com as questões da conectividade.

Cláudia Saleme – Gestora ambiental

EM UM MUNDO globalizado e em permanente ebulição, especialmente no que diz respeito às mudanças, a educação continuada surge como um importante e vigoroso mecanismo.

Elas exigem dos trabalhadores contínuo aprendizado, tanto relacionado à educação formal como ao aprimoramento permanente da formação acadêmica e profissional.

A educação continuada

nada mais é do que uma prática na qual o desenvolvimento pessoal e profissional dos trabalhadores é fundamental para o aperfeiçoamento de suas habilidades, em busca de novos conhecimentos.

Importante ressaltar que a educação continuada não é um processo recente. Face às exigências do próprio desenvolvimento da sociedade capitalista avançada e da classe trabalhadora, acabou sendo uma resposta aos seus inerentes problemas.

No Brasil, o projeto de educação continuada passou a ser discutido com maior ênfase nas décadas de 1970 e 1980 pelos ideólogos da integração docente assistencial, referindo-se a programas de complementação educacional de profissionais (médicos e enfermeiros principalmente).



Carlos Roberto de Castro – Economista

INSPIRADO EM meus 30 anos, à época, como engenheiro no Porto de Santos, onde trabalho, concebi e criei o portal Portogente.

Desde 2003, o Portogente promove na internet a conexão do mundo que movimenta pessoas e mercadorias. É acessado por líderes políticos e empresariais, por acadêmicos, estudantes e trabalhadores.

Com o propósito de tornar o mundo mais ágil, Portogente tem foco em logística, transporte, comércio e turismo. Trata-se de uma praça



virtual onde se encontram produto, mercado e solução. Para realizar esse propósito com eficácia, utiliza seus produtos nos papéis de símbolos e códigos essenciais

dessas atividades: informação, educação, inteligência e network. Educação Online é um dos produtos do portal Portogente, através da Escola Virtual Portogente (EVP). Mais de 70 cursos são hoje oferecidos, na sua quase totalidade gratuitamente, com predominância daqueles de 60 horas de duração, e mais de 3 mil alunos são certificados todo mês, inclusive estrangeiros lusófonos. Como princípio essencial, a EVP promove oportunidade de aprendizagem ativa e contínua ao meio profissional, em qualquer lugar e a qualquer hora (móvel), como suporte para a empresa atingir seus objetivos de negócio. No cenário da educação continuada, tem o propósito de formar pessoas individualmente fortalecidas e comprometidas com o progresso nos aspectos humano e social, conforme ensina a professora Marisa Éboli (FEA/USP – Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo).

José Antonio Marques Almeida (Jama) – Engenheiro

A CNTU deve condicionar a concessão do Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) à melhoria da qualidade do ensino universitário.

Quando participei do Conselho Diretor da Caixa (2003-2007), herdamos a experiência de perda de cerca de R\$ 1,7 bilhão com a inadimplência de 84% no antigo Creduc (Sistema de Crédito Educativo). Então, recusávamos conceder o Fies se não se elevassem as garantias bancárias e as avaliações do risco não fossem como responsabilidade do banco. Não cabia transferir tal responsabilidade para as Instituições de Ensino Superior (IES) privadas: seria como “amarrar cachorro com linguiça”, transformando um subsídio social em negócio privado. Antes de eu sair do cargo, tentava articular os diversos interesses com uma inovação financeira: crédito educativo consignado com desconto em folha de pagamento pelo futuro empregador do universitário formado. Saí antes, não houve o desenvolvimento dessa minha proposta e deslancharam, descontroladamente, o Fies. Grandes IES se concentraram e abriram o capital na Bolsa de Valores, para ganhos dos fundadores. Agora, “está caindo a ficha” do governo e elas chamam. Sua bancada já derrubou um Ministro da Educação. Uma proposta de política pública da CNTU para essa questão seria condicionar a concessão do Fies à melhoria da qualidade do ensino universitário.



Fernando Nogueira da Costa – Economista

FOCO, DETERMINAÇÃO, persistência, objetividade e disciplina. Em meio à competitividade do mercado de trabalho, destaca-se quem tem experiência profissional e qualificação. Algum tempo atrás, possuir uma formação acadêmica era um diferencial e sinônimo de emprego garantido. Hoje, possuir um diploma é obrigatório, e o diferencial ficou por conta da qualificação que o profissional busca agregar ao seu currículo. Nos dias atuais, o mercado de trabalho, exige, cada vez mais, qualificações diferenciadas. Tendo em vista a grande concorrência do mercado de trabalho, é preciso se sobressair no meio de tantos concorrentes capacitados. Assim, é necessária a adequação às constantes exigências do cenário nacional e mundial, o que está sendo feito por meio de cursos de aprimoramento profissional, visto que é fundamental aproveitar a oportunidade de valorização pelo mercado de trabalho. Na engenharia, por exemplo, a maioria dos profissionais

bem-sucedidos planeja passo a passo a sua carreira, pois sucesso como resultado do acaso é um raro privilégio. E para isso, o primeiro passo de qualquer planejamento é a autoavaliação, ou seja, entender seus pontos fortes e suas fraquezas. O conhecimento sobre si mesmo é fundamental para um projeto profissional vitorioso.



José Carlos Rauen – Engenheiro



HOJE TEMOS um grande desafio, que se chama qualificação profissional.

Os profissionais universitários procuram qualificação e um mercado de trabalho cada vez mais exigente, porém esse aprimoramento possui um custo elevado e nem todos os profissionais têm condições de fazê-lo.

Percebe-se aí uma ausência do setor público, no direcionamento de diretrizes e recursos para a qualificação



dos profissionais universitários. Temos algumas iniciativas nas universidades públicas, sindicatos e o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego),

com recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Porém, o impacto e a qualidade desses cursos, muitas vezes, deixam a desejar.

É fundamental a constituição de uma política pública de qualificação profissional mais eficiente, na utilização dos recursos públicos e direcionamento desses para setores que demandam mais mão de obra na economia, como o de serviços não financeiros, responsável por 54% dos empregos gerados em 2014.

Deve-se priorizar cursos de qualidade para que também os profissionais universitários sejam contemplados com ações que os qualifiquem para enfrentar o mercado de trabalho cada vez mais concorrido. Isso para nos tornarmos realmente um Brasil, Pátria Educadora.

Carlos Eduardo Soares
de Oliveira Junior – Economista

MUITO SE fala sobre a importância da “educação e saúde” como forças transformadoras para a nossa sociedade. Há quase um consenso quanto a essas necessidades. No entanto, somente exigir do governo metas e verba para tal é quase cair num senso comum, o que pode comprometer sua efetiva realização. Vivemos num país com dimensões tão imensas quanto imensas são as diferenças sociais, seja no que tange ao poder aquisitivo como no que diz respeito ao acesso à cultura.

Gostaria de abordar a questão da educação continuada com o enfoque não só no aprendizado contínuo como no ensinar continuamente. Não só em adquirir, mas sim em transmitir conhecimento.

Entendo que cabe a cada um de nós uma participação ativa e social nesse processo, no sentido de uma transformação social que só beneficiará a todos nós. Você sabe, então ensine!

Permitam-me outra interpretação do termo educação continuada, que é uma continuidade da educação em aproximar os laços pedagógicos entre pais e filhos, professores e alunos. Todos somos responsáveis pelo meio social em que vivemos.



Lilia Schützer de Magalhães – Psicóloga

A EDUCAÇÃO permanente em saúde deve ser requisito para o exercício da prática profissional comprometida com as reais necessidades da população.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) conceitua a educação continuada como um processo que inclui as experiências posteriores à graduação e ajuda no aprender de competências importantes para o trabalho, sendo uma ferramenta essencial que tem por finalidade melhorar o desempenho e o desenvolvimento de competências do profissional. Isso visa a aquisição de conhecimentos, de habilidades e de atitudes, para interagir e intervir na realidade, além de auxiliar a minimizar os problemas advindos de possíveis defasagens na formação.

Mas, na condição de trabalhadora de saúde, sindicalista e que defende o Sistema Único de Saúde (SUS), venho abordar sobre a educação permanente em saúde, a qual deve ser requisito para o exercício da prática profissional comprometida com as reais necessidades da população. Deve ser considerada como uma opção político-pedagógica, por ter como estratégia a qualificação dos trabalhadores para a melhoria da qualidade dos serviços, que representa uma importante mudança na concepção e nas práticas de capacitação, incorporando o aprendizado à realidade do dia a dia do trabalho e incentivando as mudanças nas estratégias educativas, de modo a focar a prática como fonte do conhecimento.



Debora Raymundo Melechchi – Farmacêutica



A PUBLICAÇÃO desta revista ensina-me a propor a instituição no currículo dos cursos jurídicos e econômicos em nosso país de uma disciplina de grande relevância teórica e prática, mas até hoje praticamente ignorada: o Direito Monetário. Poucos estados nacionais tiveram uma história tão tumultuada – e mal resolvida – como o Brasil no final do século XX, com a revogação,



e subsequente criação, de várias unidades monetárias: o cruzeiro novo (de 1970 a 1986), seguido pelo cruzado (de 1986 a 1989), o cruzado novo (de 1989 a 1990), outra vez o cruzeiro (de 1990 a 1993), o cruzeiro real (de 1993 a 1994) e, por último, o real, a partir de 1994. A fragilidade do conhecimento teórico adequado do conceito de moeda nacional foi um dos principais motivos do insucesso dessas reformas monetárias, que permitiram a sobrevivência, até hoje, do mecanismo artificial e antinacional da correção monetária, o que aconteceu, inclusive, por ocasião da edição do Plano Real.

Quando o Direito Monetário tornar-se disciplina obrigatória – a princípio, talvez, em cursos de pós-graduação – nas escolas de economia e de direito, os universitários passarão a entender melhor o dinheiro, e poder desvendar as estratégias ameaçadoras do sistema financeiro internacional, que é capaz de manipular, a seu bel-prazer, não só as moedas, como as taxas de câmbio e os níveis de inflação nos diversos países, especialmente os emergentes.

Criar-se-á, ao mesmo tempo, uma nova geração capaz de ajudar a criar uma moeda supranacional como primeiro passo para a regulamentação das transferências eletrônicas internacionais de recursos que geram disfunções prejudiciais aos povos e nações atualmente indefesos.

Letácio Jansen – Advogado

COMO EDUCAÇÃO continuada, entendo que o universitário estará buscando manter-se informado, atualizado, a despeito de sua área de atuação. O que temos visto é que a educação de forma geral, como nunca, tem tido um foco comercial, de maior rendimento financeiro para as entidades de ensino, de maneira que observa-se na mídia qual entidade de ensino oferece temas para atualização em determinada área, ou seja, educação continuada, a um valor de investimento cada vez mais baixo, para que os recém-formados (pois são os mais visados) tenham acesso à atualização, para poderem ser mais “competitivos” no mercado de trabalho. Poderia se considerar louvável, porém, ao analisar racionalmente, nada mais é do que um engodo. Muitas entidades de ensino têm oferecido cursos de educação continuada por ensino a distância (EAD), nas mais variadas áreas de atuação. Mas, mantendo uma análise racional, pergunto-me como um aluno que desde o ensino fundamental não é incentivado a estar mais bem informado terá bom aproveitamento a distância, sem envolvimento, sem interação. É uma lástima que a educação em nosso país esteja há anos e com previsão de manutenção desse esquema educacional, percorrendo um caminho nada louvável, que manterá nosso país, com toda essa diversidade e riqueza natural, sempre à deriva, dominado, submisso aos espertos e de mau caráter.



Madalena Vallinoti – Nutricionista

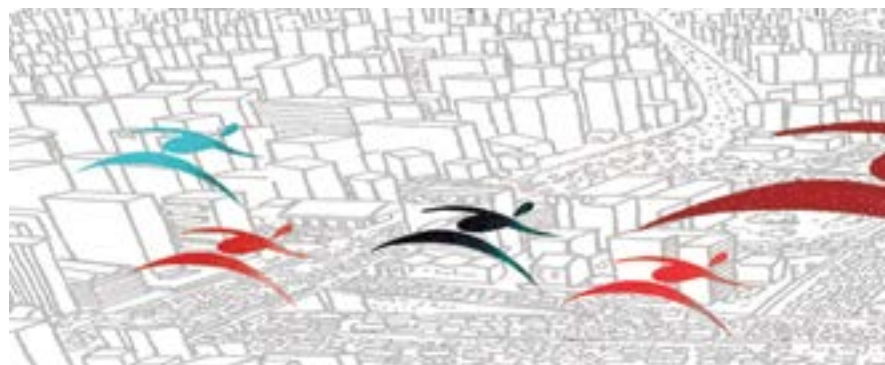
A EDUCAÇÃO continuada está cada vez mais presente no dia a dia dos jovens profissionais, que ao saírem para o mercado de trabalho na busca por novas oportunidades, acabam percebendo que apenas o diploma de graduação não é suficiente. Hoje, a dinâmica de mercado é mutável e inconstante, obrigando que o profissional universitário esteja atualizado, principalmente nesta era onde vivemos a evolução científico-tecnológica com acesso amplo ao conhecimento. Os jovens devem sempre procurar desenvolver suas habilidades, aprimorando-as como profissionais e como seres humanos, e a educação continuada é um componente essencial para o desenvolvimento humano e deve ser considerada como parte fundamental do processo



de qualificação e formação profissional. A juventude universitária precisa compreender a importância de se tornar um

profissional diferenciado no mercado e repensar sobre os valores atuais. A sede pelo conhecimento faz com que o jovem esteja sempre disposto a buscar o desconhecido. A caminhada é longa, mas é um processo natural da vida, lentamente vamos galgando nosso lugar na sociedade, conquistando a nossa profissão, e isso requer estímulo, disciplina, autoconfiança e determinação.

Marcellie Dessimoni – Estudante do quinto ano de Engenharia



A TURBULÊNCIA política observada atualmente no País surge como uma oportunidade para avançarmos em relação a uma das principais demandas no Brasil, que é a reforma política. Ela deve envolver aspectos visando aperfeiçoar a democracia, combater a corrupção e “desprofissionalizar” o meio político. Nesse sentido, a proibição de reeleições consecutivas para todos os cargos eletivos, tanto no âmbito Executivo como no Legislativo, seria salutar. Há países em que a reeleição funciona bem, mas esse não é o caso do Brasil, onde o baixo nível educacional e a falta de uma cultura participativa da população criam políticos populistas que se perpetuam no poder. Assim, são mantidos os vícios deletérios observados no Estado brasileiro. Uma pessoa que abandona suas atividades de formação e passa a depender economicamente da política torna-se capaz de tudo para se manter no poder. Essa situação é campo fértil para o surgimento de esquemas de negociatas e o tráfico de influência. Não há justificativas para a continuidade de mandatos. Se o governo é bem-sucedido, que ele tenha prosseguimento com a eleição de candidatos governistas. É preciso evitar a personalização do sucesso, pois em questões de gestão pública as conquistas são sempre coletivas. Um profissional que decide atuar na área política deve fazê-lo nessa condição como uma contribuição temporária à sociedade.



Marcos Cintra – Economista

ATUALMENTE, PARA atender à lógica do mercado para o exercício de qualquer profissão, só a graduação não é mais suficiente. Exige-se mais do que isso, com a ideia da atualização constante e como um requisito para o trabalho, exige-se a formação continuada (FC), cujo propósito inicial é o aprimoramento do profissional nos avanços, renovações e inovações da sua área.

Como consequência, os cursos de extensão e pós-graduação, sob o rótulo “formação continuada”, sofreram grande expansão, mas observa-se que há desarticulação entre níveis educacionais e esferas governamentais. Isso representa prejuízo na qualidade das ações desenvolvidas, nas quais fica evidente a emergência de regulamentação mais clara e específica relativa a projetos de cursos de especialização e formação a distância.

No que se refere às articulações, essas devem ser integradas entre vários setores, buscando parcerias e incentivando a participação da sociedade civil. Já no que se refere à regulamentação,



sabe-se que a legislação não nasce apenas por desejo desse ou daquele. É resultante de um processo histórico em que ações se desenvolvem e criam impasses e questionamentos pela forma como são praticadas, fazendo gerar movimentos de vários segmentos sociais. É nesse contexto que entra a CNTU para colaborar com o processo e ajudar a construir o desenvolvimento que desejamos para todos os universitários do nosso país.

Nancy Gorgulho Braga – Economista

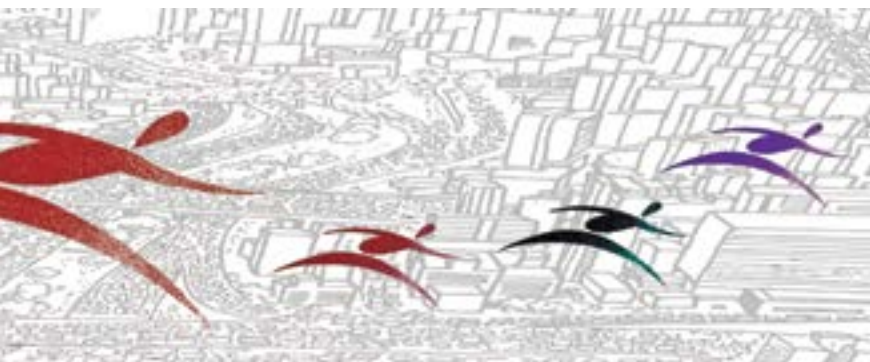
TODAS AS nações desenvolvidas priorizaram a educação para alcançar um desenvolvimento compatível com o bem-estar de sua população. Essa área no Brasil tem que ser definida como fundamental por todos os níveis de governo.

Priorizar educação envolve atrair os melhores profissionais para esse campo,



pagando bons salários, como também aperfeiçoar a administração, o planejamento, a gestão, as obras e os assuntos jurídicos. É considerar o professor e o aluno como sujeitos essenciais do processo educacional. Para concretizar essas políticas, são necessários recursos orçamentários. Recursos existem, a questão é como priorizar o gasto público. No ano de 2014, o orçamento fiscal aprovado do governo federal foi de R\$ 1,3 trilhão. Para o Ministério da Educação foram destinados R\$ 101,3 bilhões. Em compensação, para o pagamento dos juros da dívida pública foram dispendidos R\$ 311,0 bilhões, três vezes mais do que para aquele Ministério. Quem ganha dinheiro com esses juros são os aplicadores do mercado financeiro, como os bancos, as grandes empresas, os fundos de pensão. Para poupar recursos e investir em educação, o governo precisa abaixar a taxa de juros – Selic –, que hoje está em 14,25% ao ano, a mais alta do planeta, e fazer a auditoria da dívida pública, como determinou a Constituição de 1988. Auditoria da dívida e taxa de juros são questões que precisam ser discutidas por todos nós.

Odilon Guedes – Economista



INVESTIR EM educação e qualificação continuada é essencial para se acompanhar a evolução tecnológica. A educação é um pilar para sustentação de qualquer projeto de desenvolvimento com justiça social. É um diferencial importante, como já ficou demonstrado por exemplo na Coreia do Sul, que há cerca de 30 anos tinha indicadores



piores que os brasileiros em termos de desenvolvimento e hoje são disparadamente melhores. O que eles fizeram? Investiram em educação. Esse é o caminho. No que se

refere aos profissionais universitários, especialmente na área da engenharia, investir em educação e qualificação continuada é essencial para acompanhar a evolução tecnológica que é cada dia mais veloz. A CNTU acerta o foco ao colocar entre suas prioridades esse importante tema.

José Luiz Azambuja – Engenheiro

PESQUISAS QUALITATIVAS e individuais, realizadas com professores de ensino superior em 2010, mostram que a ausência de formação



pedagógica é um dos problemas enfrentados pelos docentes. Para eles, o desenvolvimento profissional diz respeito a um fenômeno de mudança que se produz ao longo do tempo, a partir de uma série de atividades, pessoais e institucionais. Também se refere a qualquer intento sistemático de melhorar a prática, crenças e conhecimentos profissionais, com o propósito de aumentar a qualidade docente, investigadora e de gestão. Numa avaliação genérica, vê-se que é necessário investir na formação inicial e continuada dos docentes universitários, principalmente no que diz respeito à construção dos saberes pedagógicos considerados como imprescindíveis ao trabalho do professor. O desenvolvimento profissional docente refere-se a uma nova forma de conceber a formação continuada de professores. Difere dos conceitos de reciclagem, formação em serviço, podendo englobá-los, mas com características mais amplas e dinâmicas.

Clóvis Abrahim Cavalcanti – Médico

A EDUCAÇÃO no Brasil passa por uma grande transformação, deixando de ser só um programa político-partidário ou plataforma de governo para ser um desafio da sociedade. A busca da melhoria da qualidade do ensino superior no Brasil é crescente, o sistema de avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) tem obrigado as Instituições de Ensino Superior (IES) a reverem suas posturas e adotar políticas de melhorias. Parece redundante, mas não se faz educação de boa qualidade sem professor preparado. É importante a qualificação do corpo docente e



equipe das IES para a obtenção de melhores resultados. A cada ano, o número de vagas para o ensino superior privado brasileiro

aumenta. Segundo dados do Inep, sobram vagas ofertadas: no setor privado, em torno de 40% no setor público, 8%. Esses dados mostram que não existe seleção para o ingresso em grande parte das IES do setor privado nacional. Um dos problemas desse cenário é o conhecimento dos ingressos que apresentam insuficiência para o acompanhamento dos programas da graduação. Na engenharia, pesquisas indicam deficiências nos conhecimentos básicos, principalmente de física, matemática e português. Essa situação é preocupante, porque dificulta a formação de alunos ativos no processo de aprendizagem, engajados em práticas de pesquisa e iniciação científica e tecnológica. Esses aspectos justificam o investimento na formação continuada dos profissionais das instituições de ensino superior, com vistas a contribuir para a transformação e inovação das práticas pedagógicas do ensino da graduação que seja inclusivo e de qualidade.

Luiz Benedito de Lima Neto – Engenheiro



A PULVERIZAÇÃO das instituições de ensino de nível superior como simples comércio tem banalizado o conteúdo programático dos cursos, diminuindo as cargas horárias e a grade



curricular necessária para uma boa formação. Na década de 1980, tínhamos cursos mais completos e profissionais mais seguros no mercado de trabalho. Vemos nos dias de hoje uma

nova pulverização, só que dos cursos de extensão e pós-graduação, que visam suprir as deficiências da graduação. As associações de classe, sindicatos e outras entidades é que estão assumindo o papel de complementar o conteúdo.

Márcia Melo – Nutricionista



QUASE UM LOBO SOLITÁRIO, mas acima de tudo um professor, meu objetivo é sensibilizar e conscientizar a importância de ser empreendedor, com comportamentos e atitudes característicos na cultura empreendedora. Felizmente, o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) vem dando grandes oportunidades aos nossos jovens, tendo a chance de concluir o ensino médio concomitantemente com o ensino técnico. Procuo trabalhar com esses jovens no intuito de disseminar a cultura empreendedora em palestras motivacionais. Foram mais de 25 mil quilômetros percorridos entre aviões, ônibus, táxis, carona e satisfação de atravessar de balsa o legendário Rio São Francisco. Nas palestras realizadas na região do Norte de Minas, foram identificadas as principais características dos jovens do Pronatec, ressaltando: 1) Comprometimento; 2) Persistência; 3) Busca de oportunidades e iniciativa. Essas características são muito comuns entre a população brasileira. No Brasil, as três principais que mais se identificam são: 1) Persistência; 2) Comprometimento; 3) Independência e autoconfiança. O grande desafio é mudar comportamentos de nossos jovens, buscando o modo de ser e agir como empreendedor, tanto como futuro empresário quanto como um empreendedor corporativo. Hoje as médias e grandes empresas avaliam os futuros candidatos não só pela competência, mas principalmente pelas atitudes. Esse sim é o grande diferencial no mercado de trabalho.



Paulo Roberto Silva dos Santos – Economista

NA CONDIÇÃO de componente responsável e comprometido com o universo da educação brasileira, a CNTU observa com interesse e preocupação o desempenho da nossa juventude, retratado pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês) da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento



Econômico). Na mais recente avaliação, foram analisadas provas feitas por mais de meio milhão de adolescentes de 15 anos de idade em 65 nações, onde residem mais de 85% da população mundial. A conclusão foi que o Brasil é o 57º classificado com 402 pontos contra 588 obtidos por Xangai, na China. Os asiáticos, que ocuparam os seis primeiros lugares, têm longa tradição de respeito pela educação com os pais, exigindo um elevado desempenho escolar de seus filhos, e os professores, reservando a cada ano um terço de seu tempo para aperfeiçoamento profissional.

No caso do Brasil, a agravante principal é a concentração de respostas nos níveis inferiores de complexidade. No nível 1 (tido como inaceitável) ou abaixo dele situaram-se 60% das respostas em leitura, matemática e ciências. O nível 6, o mais estratégico como reservatório de capital humano e de potencial de solução de problemas mais complexos da sociedade, foi atingido por somente 0,5% dos alunos. Estima-se que o Brasil precisaria de mais de 40 anos para fechar a brecha que o separa dos países que estão no topo da lista. A OCDE divulgou um novo ranking no ano passado relativo à capacidade de resolução de problemas de matemática aplicados à vida real, e o Brasil ficou em 38º lugar com 428 pontos entre 44 países. Pode-se concluir que muito dificilmente será atingida a meta constante do Plano Nacional de Educação: 473 pontos no Pisa até 2021.

É inegável que o processo de educação continuada dos profissionais universitários está diretamente conectado com a qualidade da formação que é dada nos níveis precedentes de ensino.

Vitor Gomes Pinto – Odontologista

“Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda.”
(Paulo Freire)

TRABALHAR EM defesa dos profissionais e pela busca da saúde, já que todos têm direito a condições dignas, é um compromisso da CNTU e da Federação Interestadual dos Odontologistas (FIO).



E a educação brasileira está ligada diretamente a esse conceito, porque é um direito que inspira o valor da igualdade entre as pessoas e é definido pela Constituição de 1988.

Para que esse direito seja estabelecido, é necessário que se busque planejamento e organização para

que o acesso seja ampliado. De acordo com a Confederação Nacional da Educação (Conae), através de estudos do ano passado sobre a educação brasileira, os avanços são significativos, porém os desafios ainda continuam existindo. Mas na região Centro-Oeste, onde se localiza o nosso município de Campo Grande (MS), os números indicam um salto no percentual de pessoas de 18 a 24 anos que frequentam ou já concluíram o ensino superior, passando de 7,3% em 1997 para 23,9% em 2011. Os dados mostram o quanto são importantes as ações e políticas que a CNTU precisa implantar, tendo o tema estratégico da educação continuada como bandeira fundamental do Brasil Inteligente.

Wellington Moreira Mello – Odontologista

A IMPORTÂNCIA da educação na formação de um profissional é enorme. Sabemos da importância do conhecimento adquirido na vida cotidiana, mas a educação formal se faz necessária para o desenvolvimento pessoal e profissional na atualidade, diante de uma maior cobrança por resultados e por crescimento e desenvolvimento das organizações. E em se tratando de educação, há um papel importante do governo, no sentido de proporcionar um ambiente adequado para o ensino de qualidade no País. A economia brasileira é uma das poucas em que o consumo do governo (em torno de 22%) supera o investimento (em torno de 18%). E quando o assunto é o gasto com educação (ou o investimento em educação), os valores deixam a desejar ainda mais. É necessário uma visão de futuro e um projeto de futuro para o País, e diante disso, a educação é uma das variáveis mais importantes. Educação significa desenvolvimento pessoal, que é uma das bases para o desenvolvimento de um país.



Rodrigo Mariano – Economista

É CONSENSO ENTRE os profissionais de educação a necessidade de se buscar a formação continuada, pois essa é de suma importância para que se possa ampliar o leque de trabalho que visa também o aprimoramento da competência. No entanto, o que mais atrasa esse processo é a escassez da oferta de vagas em diversas áreas de pesquisa. A pouca oferta de vagas em boas universidades brasileiras, sem dúvida, determina que muitos profissionais de educação busquem uma formação continuada de qualidade fora do Brasil, além dos atrativos do custo menor que se investe e da oferta de bolsas. No Brasil, um profissional de educação que precisar de formação continuada terá ainda de cumprir paralelamente, caso esteja dentro de uma universidade pública ou privada, a carga horária de trabalho, mas esse déficit na formação continuada também se estende aos professores de outros níveis de educação que não se sentem atraídos por uma nova oportunidade por necessitarem dedicar muito tempo em sala de aula e no planejamento escolar.



Izis Negreiros – Fotógrafa e cineasta

EDUCAÇÃO CONTINUADA tem sido um mecanismo vigoroso no enfrentamento das questões trazidas à tona pelo mundo em completa ebulição, especialmente no que diz respeito às mudanças. Elas requerem dos seres humanos contínuo aprendizado, tanto relacionado à educação formal como ao aprimoramento permanente da formação acadêmica e profissional. Um texto da professora-doutora Maria Isabel da Cunha nos dá claramente uma visão de desafio. O texto analisa a construção histórica da concepção de docência ligada às bases da modernidade, projetando os papéis previstos para os professores e para os alunos, alicerçados na condição de ordem e de transmissão de conhecimentos e culturas. Reflete sobre os movimentos de ruptura dessa lógica, tanto no campo das teorias de formação de professores como da constituição de novas práticas pedagógicas, frente às condições sociais e culturais atuais. Alerta, entretanto, para uma desresponsabilização das políticas ministeriais e institucionais, com a formação dos



professores universitários para tal ruptura, reforçando a responsabilidade individual do docente sobre essa formação. A lógica concorrencial no recrutamento e permanência dos professores universitários acirra o processo de desresponsabilização e assume que a condição de qualificação do exercício profissional é de iniciativa do professor, tornando descartável aquele que não corresponde ao padrão desejado. Esse contexto é facilitado pela fragilidade do campo da pedagogia universitária e da cultura acadêmica que desconsidera a necessidade da formação profissional para o exercício da docência na educação superior. Mesmo considerando essa fragilidade, algumas iniciativas têm se constituído, tanto na perspectiva da educação formalizada em cursos e disciplinas como na das que acontecem em forma de projetos de educação continuada. Essas experiências dispersas precisam ser mapeadas e discutidas na sua condição de impacto sobre a qualidade da educação superior.

Zurah Ortiz – Jornalista

ACREDITO QUE A CNTU deveria se engajar numa grande campanha destinada a convencer o governo brasileiro – em todas as suas instâncias – que esse deveria facilitar a participação das pequenas e médias construtoras e empreiteiras na realização das grandes obras. Fazer como o governo britânico, que, na preparação para os Jogos Olímpicos de Londres de 2012, criou regras de incentivo às pequenas e médias. Para isso, elas puderam se unir em consórcios. Por causa de medidas como essa, as pequenas empresas inglesas respondem por quase metade do PIB de seu país, enquanto no Brasil não respondem nem pela quarta parte do que a nação produz. O escândalo do Petrolão mostrou muito bem os malefícios para o País quando se formam cartéis de grandes empresas. A melhor forma para combatê-los é puni-los severamente e permitir a formação de consórcios de pequenas construtoras ou empreiteiras. Nenhuma concorrência poderia seguir à frente se não tivesse pelo menos cinco consórcios de pequenas construtoras competindo entre si.



Paulo Roberto Feldmann – Engenheiro

UM PROFISSIONAL competente sempre necessitou de uma formação de alto nível e de outros atributos essenciais, como determinação, método e boa capacidade de comunicação e relacionamento pessoal.



Entretanto, a rapidez dos avanços tecnológicos e no conhecimento, bem como as constantes mudanças nas áreas de atuação, atualmente

impõe a necessidade de permanente atualização e reciclagem. Com o que a educação continuada passou a ser requisito incontornável.

Waldir Quadros – Economista

EM UMA visão prospectiva, com relação ao tema estratégico para o projeto Brasil Inteligente da CNTU, Internet pública de qualidade para todos, tendo como meta a sua universalização para o bicentenário da Independência, consideramos de extrema relevância e



muito oportuno o debate promovido pelo Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (Seesp), através do “Cresce Brasil”, da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), juntamente com um pool de entidades da campanha Banda larga é um direito seu!. O evento contou com a participação da então candidata à reeleição, Dilma Rousseff. O convite foi extensivo a todos os presidenciáveis da eleição de 2014.



Como resultado, a Presidenta delineou com bastante vigor duas questões a serem consolidadas:

A elaboração da lei de universalização e a expansão da Telebras para a gestão da banda larga. Na ocasião, foi entregue à



Presidenta uma Carta aberta da campanha às candidaturas, contendo diretrizes essenciais para o estabelecimento de uma política de telecomunicação de interesse público e sobretudo à garantia do direito de acesso universal, visando a integração e o desenvolvimento nacional.

Carlos Shiniti Saito, Celso Renato de Souza, Francisco Alvarenga Campos e Marcondes de Oliveira Buarque – Engenheiros

A EDUCAÇÃO superior é um tema recorrente no século XXI. O docente da atualidade precisa desenvolver mecanismos e metodologias para a formação de um ser competente e consciente de seu papel dentro da sociedade.

É visível a mudança no mundo em prol de uma educação mais abrangente e dinâmica, uma educação que possa modificar a vida profissional e pessoal do discente. Assim, poderá transformar todo um sistema ultrapassado de ensino em algo que transcenda a verbalização de conteúdos ministrados em sala de aula. É necessário quebrar o paradigma de uma educação tradicional; o ensino superior precisa estar entrelaçado ao holismo, dessa forma transformando o aluno em um sujeito ativo, crítico, com necessidades de descobrir e de alçar voos mais longos, e o professor em seu facilitador, sendo sempre positivo e colocando como prioridade o desenvolvimento das competências e habilidades do aluno. Só assim ele será um todo, e não só uma parte, em todos os seus aspectos enquanto ser humano. Em pleno século XXI, não se pode ter um ensino tão fechado, tradicional e preso a preconceitos ultrapassados. Hoje a educação universitária necessita ser revisada pelas instituições de ensino superior, focando sempre em sua totalidade, e não em sua fragmentação.



Priscila Eduarda Dessimoni Morhy – Bióloga e educadora ambiental





Temas

O uso indiscriminado de medicamentos ansiolíticos, a erosão do direito à privacidade diante das grandes corporações do mundo virtual, a acelerada desnacionalização da economia brasileira, a pouca segurança oferecida pelas urnas eletrônicas nos processos eleitorais, as aparentes confusões do processo político e o aumento de casos de assédio moral nas relações de trabalho são temas tratados por conselheiros da CNTU nas páginas seguintes.

INADIÁVEIS



A (hiper) medicalização dos conflitos sociais

É impressionante o uso indiscriminado dos medicamentos conhecidos como “tarja preta” no Brasil

Rilke Novato Públio



OS BRASILEIROS CONTINUAM, a cada ano, batendo recordes no consumo de medicamentos ansiolíticos. Desde o ano de 2006, o clonazepam, medicamento ansiolítico utilizado para tratamento de vários transtornos mentais, como síndrome do pânico, distúrbio bipolar, depressão (usado como coadjuvante de antidepressivos), é o campeão de vendas entre todos os medicamentos popularmente conhecidos como “tarja preta” no Brasil. Medicamentos que apresentam a tarja preta em suas embalagens são

aqueles que podem causar dependência física e psíquica, por isso só podem ser comercializados mediante uma série de exigências legais.

O clonazepam está no mercado brasileiro há mais de 40 anos, mas ultimamente vem escalando o *ranking* dos mais vendidos. Em 2013, os brasileiros compraram nas farmácias 14 milhões de caixinhas da marca mais vendida desse ansiolítico. Ele ganhou em vendas até de anticoncepcionais, utilizados diariamente por mulheres em idade fértil. Vale ressaltar que a pesquisa de consumo desse medicamento não considerou o elevado consumo na rede pública, pois também nos postos de saúde, onde é distribuído, o clonazepam é cada vez mais prescrito. Segundo informações dos serviços de saúde nas três maiores cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte, em 2013, o clonazepam foi disparado o ansiolítico mais consumido.

Logo, cabe perguntar: como um medicamento que possui efeitos adversos sérios e preocupantes é cada vez mais utilizado por um número tão elevado de pessoas?

Assim, vamos (hiper) medicalizando nossos conflitos, pois não há tempo para relaxar e tentar dormir sem se medicar, não há tempo para sentar e conversar com o(a) cônjuge e filhos, não temos amigos com quem falar, e a correria da vida, ditada pelo uso também das chamadas “novas tecnologias”, continua cada vez mais presente. As pessoas nunca estiveram tão conectadas e,



A reversão dessa situação só se dará quando a nossa sociedade superar seus medos, sobretudo o do fracasso, e discutir um pouco mais seus problemas

ao mesmo tempo, tão isoladas. Certamente, algumas medidas podem ajudar a diminuir esse consumo irracional e desenfreado do ansiolítico, a exemplo de um maior rigor na fiscalização das vendas pelas farmácias e melhor capacitação dos prescritores médicos, para que possam ter mais critérios, evitando a banalização desse medicamento. No entanto, sabemos que a reversão dessa situação só se dará quando a nossa sociedade superar seus medos, sobretudo o do fracasso, discutir um pouco mais seus problemas e, assim, encontrar saídas reais e não na forma de pílulas mágicas.



Rilke Novato Públio é farmacêutico, mestre e especialista em saúde pública, vice-presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos (Fenafar) e diretor do Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Minas Gerais (Sinfarmig)

O mercado de dados pessoais e o direito à privacidade

A coleta e o acesso a informações dos cidadãos garantem poder descomunal às grandes corporações

Sergio Amadeu da Silveira

O MATEMÁTICO ERIC HUGHES escreveu que “a privacidade é o poder de se revelar seletivamente ao mundo”. Mas, atualmente esse direito fundamental vem sendo corroído pela expansão de um lucrativo mercado de compra e venda de dados pessoais. São as informações coletadas dos cidadãos que movimentam grande parte da economia informacional. Megacorporações, como o *Google* e o *Facebook*, vivem do processamento e venda de dados de seus usuários. E qual seria o problema?

“Quem não deve não teme”, diriam alguns. “A privacidade só protege aqueles que cometem crimes”, diriam outros. Esses são pensamentos completamente equivocados, sob diversos pontos de vista.

Vamos analisá-los sobre o ponto de vista do mercado. Se você é completamente transparente, perderá o poder de barganha em relação àqueles que protegem suas informações. As corporações que pregam que a “privacidade morreu” não abrem seus dados para observarmos suas condutas. Assim, mantêm uma completa assimetria de poder.

Chega a ser prática criminosa no mercado de capitais se alguns investidores obtêm informações privilegiadas de uma operação de fusão e aquisição de empresas na bolsa de valores. Por que? Para assegurar que todos tenham as mesmas condições de disputa. Informações desequilibram os mercados o tempo todo, pois as expectativas de lucro no capitalismo dependem da análise dos agentes sobre as possibilidades de ganho. Caso so-

mente alguns possuam informações sobre o comportamento dos agentes econômicos, gera-se um poder de mercado descomunal que anula as possibilidades de livre concorrência. Pense no caso dos convênios médicos. Eles querem obter todas as informações de seus clientes e, ao mesmo tempo, guardar todas as informações sobre os investimentos do grupo, sobre os procedimentos efetivos de pagamento de fornecedores, sobre as dificuldades para garantir uma ampla rede de atendimento e a sua qualidade. Eles querem saber até mesmo quais serão as possibilidades genéticas de você contrair uma doença para lhe cobrar mais caro ou não aceitá-lo como cliente. Para isso, comprem bancos de dados e cruzam informações sobre os indivíduos. Em breve, buscarão obter as cópias do cadastro único do Sistema Único de Saúde (SUS). Isso significa que os cidadãos serão cada vez mais transparentes e as corporações, mais opacas e poderosas.

Não há pensamento mais equivocado do que “quem não deve não teme”. Todos devem temer o Serasa, que cruza dados para aumentar o poder de mercado das instituições financeiras. Se seu cadastro é considerado duvidoso, a taxa de juros será maior para você. Quem não deve nada criminalmente deve temer o poder de mercado do Serasa. Os cadastros do Serasa são importantes para um dos lados da relação econômica. Tal como em um jogo, se um jogador sabe as cartas dos outros, ele terá uma vantagem decisiva nas negociações e na formação de sua estratégia. Por isso, as informações valem

muito dinheiro. Por isso, o *Google* e o *Facebook* ganham muito dinheiro.

A redução da privacidade também traz um grave problema para a democracia.

Repare que na hora do voto deve prevalecer a ideia da “cabine indevassável”. O voto dado pelo cidadão não deve identificá-lo para evitar que poderosos possam exercer uma pressão indevida sobre suas escolhas. Agora, imagine uma região controlada por grupos que praticam a violência política. Pense no que poderia ocorrer se as pessoas perderem o direito de trocar um *e-mail* de modo seguro, sem que terceiros possam lê-lo, ou de falar em um *chat* sem que suas conversas sejam monitoradas.

As tecnologias da informação e comunicação permitem rastrear indivíduos e monitorar mensagens trocadas nas redes digitais. Por isso, é fundamental controlar e regulamentar o mercado da compra e venda de dados pessoais. Sem limites para a intrusão dessas corporações em nossa vida privada, perderemos nossa condição de livre escolha. A democracia não existirá sem a privacidade dos cidadãos. 



Sergio Amadeu da Silveira é professor da Universidade Federal do ABC (UFABC). Integra o Comitê Científico Deliberativo da Associação Brasileira de Pesquisadores em Ciberultura (ABCiber) e integrou o Comitê Gestor da Internet no Brasil (2003-2005 e 2011-2013)

Desnacionalização versus soberania

A desnacionalização de nossos ativos produtivos é o principal fator responsável pela crise atual do balanço de pagamento

Ceci Juruá



DIFERENTES JORNALIS vêm informando sobre a possibilidade de que seja facilitada, em futuro próximo, a abertura a grupos estrangeiros do mercado de engenharia e construção civil no Brasil. Dificilmente poderemos evitar mais essa medida perversa e contrária aos interesses nacionais,

caso prevaleça a decisão de considerar inidôneas as empreiteiras citadas na operação Lava Jato.

Se tal intenção for levada a cabo, atingirá unidades produtivas que representaram, em 2013, dois terços da receita líquida das 28 maiores empresas de engenharia e construção no País. Também não ficarão ilesos o terceiro maior grupo econômico industrial e o terceiro maior grupo econômico prestador de serviços, Odebrecht e Camargo Corrêa, respectivamente, responsáveis por mais de 230 mil empregos em suas áreas de atuação.

Nos dois casos acima citados, não se trata simplesmente de empresas brasileiras de engenharia e construção, facilmente substituíveis por outras empresas nacionais, como pretendem os defensores da desnacionalização e aqueles que julgam a industrialização um mal menor frente às vantagens da abertura irrestrita da economia brasileira ao grande capital internacional. Ambas constituíram, graças ao esforço de seu corpo técnico, conglo-

merados que atuam em diferentes setores produtivos no Brasil e no exterior. Situam-se entre os maiores conglomerados multinacionais que conseguimos formar até hoje, disputando com outros grandes conglomerados mundiais oportunidades de geração de emprego e renda no palco internacional.

Suas operações, inicialmente focadas na construção de obras de infraestrutura, ampliaram-se paulatinamente desde os anos 1970. Estão hoje presentes em atividades estratégicas para a economia nacional. Cito, a título de exemplo: agroindústria, serviços de telefonia e comunicações, geração e distribuição de energia, petróleo/ indústria química e petroquímica e construção naval. Perdê-las significaria amputar a economia brasileira de seus mais competentes “soldados”, conforme expressão utilizada por Alain Touraine para designar as grandes empresas em tempos de neoliberalismo.

Abrir mão dos “soldados” desta nação implicaria, evidentemente, satisfazer a cobiça das altas finanças e das nações imperiais, voltadas para o monopólio das principais fontes de lucro e de poder em escala planetária. Significaria também acelerar qualitativamente a desnacionalização agressiva de que somos objeto desde os anos 1990. Agressiva, sim, na medida em que constrói os fundamentos da desarticulação do sistema econômico e implode progressivamente nossa soberania, tornando-se assim

um elemento impeditivo e contrário ao desenvolvimento nacional, conforme nos explicou o eterno mestre Celso Furtado (em *Raízes do subdesenvolvimento*, Editora Civilização Brasileira, 2003).

Enfim, julgo prudente explicar que tal posicionamento não decorre de uma ideologia xenófoba, mas de um real pragmatismo. A desnacionalização de nossos ativos produtivos é o principal fator responsável pela crise atual do balanço de pagamento, vitimado por um *déficit* crescente nos últimos anos. Apenas em 2014, a remessa de lucros e dividendos das multinacionais estrangeiras superou R\$ 80 bilhões. Se somarmos o pagamento de juros ao capital estrangeiro, esse montante supera largamente os R\$ 100 bilhões anuais.

Não seria portanto exagero supor que neste século que mal se inicia, já encaminhamos para o estrangeiro pagamentos e rendas que podem totalizar US\$ 1 trilhão, equivalente a 50% de nosso Produto Interno Bruto (PIB) anual. E ainda acumulamos um passivo externo que se aproxima rapidamente de outro trilhão de dólares e é o retrato mais gritante, e escandaloso, de uma dependência financeira incompatível com nosso grau de desenvolvimento, mas também castradora de qualquer projeto de desenvolvimento soberano. 

Ceci Juruá é economista, pesquisadora e escritora

As urnas brasileiras estão ultrapassadas

Eu sei em quem votei. Eles também. Mas só eles sabem quem recebeu meu voto.

Walter Del Picchia

AS URNAS ELETRÔNICAS BRASILEIRAS são as mais atrasadas dentre as usadas na dezena de nações que praticam a eleição eletrônica. Elas não permitem saber se o voto gravado corresponde ao voto dado e não possibilitam auditoria. Reivindicamos um sistema eletrônico que dê certeza ao eleitor de que seu voto é secreto e de que foi corretamente computado e ao candidato, que os votos a ele destinados foram recebidos. Como no resto do mundo, uma maior segurança seria obtida com o uso do voto impresso conferido pelo eleitor, com o qual se auditoria estatisticamente o resultado (cerca de 3% das urnas seriam sorteadas e conferidas). Em estudo publicado no *site* do voto eletrônico (www.votoseguro.org), o eng. Amílcar Brunazo Filho, coordenador do Fórum do voto-e, entidade suprapartidária, mostra que nossas endeusadas urnas estão tecnicamente ultrapassadas (*Modelos e gerações das máquinas de votar – Fev. 2014*). Ele descreve os três modelos conhecidos (DRE, VVPAT e E2E), denominando-os como de primeira, segunda e terceira gerações.

A primeira geração – DRE

Nas urnas de primeira geração, conhecidas por DRE – Gravação Eletrônica Direta, os votos são gravados apenas eletronicamente, não possibilitando qualquer auditoria. A confiabilidade do resultado é totalmente dependente dos programas instalados no equipamento. Máquinas DRE foram usadas em eleições na Ho-

landa (1991), na Índia (1992) e desde 1996 no Brasil. De 2004 a 2014, devido a sua falta de confiabilidade, Venezuela, Holanda, Alemanha, EUA, Canadá, Rússia, Bélgica, Argentina, México, Paraguai, Índia e Equador as abandonaram, restando apenas o Brasil usando esse modelo.

A segunda geração – VVPAT

A segunda geração, proposta em 2000, adotou a auditoria da apuração por meio de uma segunda via de registro do voto, além do registro eletrônico usual. O novo registro é gravado em meio independente e pode ser conferido pelo eleitor. É conhecida por VVPAT – Auditoria Conferível em Papel. Nesses equipamentos pode-se conferir os votos através do voto impresso, tornando-os independentes do *software*. Em 2006, enunciou-se o Princípio da Independência do *Software*, segundo o qual “um sistema eleitoral é independente do *software* se uma modificação ou erro não detectado no seu *software* não pode causar uma modificação ou erro indetectável no resultado da apuração ou na inviolabilidade do voto”.

No Brasil, em 2002, houve um teste com urnas VVPAT, o qual resultou em fracasso por falta de planejamento. Em 2004, a Venezuela implantou equipamentos com voto impresso com todo sucesso, demonstrando que a proposta é perfeitamente viável, ao contrário do que afirma o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no Brasil. Hoje todos os países (menos

o Brasil) utilizam equipamentos com voto impresso ou escaneado.

A terceira geração – E2E

A partir de 2008, surgiram sistemas eleitorais independentes do *software* e que facilitam a auditoria. A Argentina (2010) criou uma cédula com um *chip* de radiofrequência embutido, em que, num só documento, estão presentes o registro digital e o registro impresso do voto. Há muita facilidade para se conferir o registro do voto, a apuração e a transmissão dos resultados (*vide 2º Relatório CMind em www.votoseguro.org*). Nos EUA (2009), foi testado o sistema Scantegrity II, com voto impresso criptografado.

Em resumo: país que usa sistema de primeira geração (dependente do *software*): Brasil; países que testaram sistemas de primeira geração e abandonaram a votação eletrônica: Alemanha, Holanda, Irlanda, Inglaterra, Paraguai; países que evoluíram para sistemas de segunda geração (independentes do *software*): Bélgica, Rússia, Índia, EUA, Canadá, México, Venezuela, Peru, Equador, Argentina; países que adotaram ou estão testando sistemas E2E de terceira geração: Argentina, Equador, EUA, Israel.

Na página principal do *site* www.votoseguro.org encontra-se a Cartilha Básica do voto-e, que resume críticas e propostas para as eleições informatizadas brasileiras. 🍀

Walter Del Picchia é engenheiro e professor titular da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Epusp)

Profecia, previsão e conjuntura

É preciso saber como, superada a fase de “barata-voa” na política e garantida a normalidade institucional, retomaremos o caminho do crescimento econômico com distribuição de renda

João Guilherme Vargas Netto



A PROFECIA e a previsão são duas irmãs, filhas do insaciável desejo humano de conhecer o futuro, diferentes pela idade, pelas motivações e pelas condições sobre as quais apoiam suas pretensões.

“A profecia, ou revelação, consiste em um conhecimento certo, que oferece a caracte-

rística de ser revelado por Deus aos homens”, diz o filósofo Espinosa, que completa: “Se os homens tivessem o poder de organizar as circunstâncias de sua vida ao sabor de suas intenções, ou se o acaso lhes fosse sempre favorável, eles não seriam prisioneiros da superstição.”

A previsão, em contrapartida, menos dependente do absoluto e convivendo com o erro, oferece em sua relatividade um caminho mais seguro, ainda que mais tortuoso. A previsão, confirmada ou não, é um dos roteiros do avanço da ciência em sua luta contra o obscurantismo.

A profecia, quando se abandona sua moldura mística, quando não se realiza ou mesmo quando se realiza de maneira distinta, submete seu autor a um ridículo atroz.

Sem um projeto nacional concebido democraticamente e apoiado pela sociedade, a economia tem sido travada e a recessão se avizinha

Em 1997, na coletânea organizada por José Sarney, *O livro da profecia*, Almir Pazzianotto profetiza que “dentro de três ou quatro décadas, representantes do sexo feminino, à parte se acharem na direção das grandes empresas, administrarão os principais municípios e capitais, serão governadores de Estado e talvez tenham alcançado a Presidência da República, além de formarem a maioria em assembleias legislativas e no Congresso Nacional”.

Risíveis profecias, a mais graduada delas tendo sua realização se adiantado em quase uma geração (Fortaleza, em 1986, e São Paulo, em 1988, já haviam eleito prefeitas quando a profecia foi publicada).

Outra maldição que assola as profecias não religiosas e até mesmo as previsões “científicas” é o acerto no longo prazo (decorrente das formulações sibilinas) e o concomitante erro no curto prazo (decorrente da contaminação por interesses manifestos ou disfarçados, rapidamente desmascarados). Exemplos históricos sempre lembrados são os erros de curto prazo nas previsões de Leonardo da Vinci e os acertos de suas profecias de longo alcance (muitas das quais necessitaram, para sua realização, do avanço dos conhecimentos científicos e práticos). Outro exemplo, muito famoso, foi a concomitância de erros e acertos cronologicamente diferenciados nas previsões de H. G. Wells. Profetizando o curto prazo, afirma, em 1919, contra os bolcheviques que “outro ano de guerra civil e a Rússia voltará à barbárie”. Em compensa-

ção, afirmara ele em 1906 que “as chances são contra a existência de um grande estado russo no início do século XXI”.

Tudo isso acima é para conseguir explicitar a dificuldade, aqui e agora, de profetizar ou prever algo coerente sobre a evolução da conjuntura brasileira.

Uma coisa é certa: sem um projeto nacional concebido democraticamente e apoiado pela sociedade, a economia tem sido travada, a recessão se avizinha, a corrupção, como metástase, infecciona o tecido social e parte considerável das elites indis põe-se contra as políticas sociais que se encontravam a um passo de serem transformadas em políticas de Estado, com uma Consolidação das Leis Sociais. Pregam o desmanche.

Resta saber como, superada a fase de “barata-voa” na política e garantida a normalidade institucional de respeito à Constituição, retomaremos o caminho do crescimento econômico com distribuição de renda capaz de fazer do Brasil uma potência a ser levada em conta no conturbado mundo contemporâneo.

O movimento sindical unido e, em particular, a CNTU, como representante, organizadora e impulsionadora dos anseios dos profissionais de formação universitária, são parte integrante desse processo de busca incessante do acerto em benefício de todos, de um projeto nacional profetizado e previsto por José Bonifácio. ♦

João Guilherme Vargas Netto é analista político e sindical e consultor da CNTU

Apontamentos sobre o assédio moral na administração pública

É necessário encarar esse problema como passível de resolução, dando realidade às situações vividas por milhares de pessoas

Selma Maria Lamas

O ASSÉDIO MORAL (AM) despontou no cenário brasileiro como objeto de estudos no final dos anos 1990, com a pesquisa de Margarida Barreto, médica atuante no contexto sindical, cuja dissertação foi defendida em 2000. Os primeiros passos na construção de espaços de enfrentamento passaram a demandar a atuação e a reflexão dos profissionais atuantes nas áreas de saúde, administração e direito.

O principal enfrentamento é o reconhecimento social do AM. É necessário encará-lo como um problema passível de resolução, dando realidade às situações vividas por milhares de pessoas. A partir daí, é imprescindível problematizar, no sentido foucaultiano da palavra: olhar para a situação tida como natural com distanciamento, já que o conjunto de normas é produzido em determinado espaço-tempo e condições históricas, sendo variável e passível de questionamentos. A problematização exige esforço que conduza à desconstrução de concepções de verdadeiro/falso, certo/errado etc. e à possibilidade de criação de novos referenciais transformadores da realidade.

Evitamos assim as armadilhas dos discursos da ordem médica e judicial disseminados na sociedade, que culpabilizam os indivíduos, criando rótulos e patologizando a questão ao atribuir aos comportamentos, produzidos no próprio tecido social, uma origem individual e atrelada à doença mental, que leva à construção de falsos proble-

mas e falsas soluções. Desse modo, o AM é levado às instâncias judiciais para que se decida quem tem razão, enquanto os indivíduos são medicados.

As mesmas mazelas se repetem na administração pública (AP). Que peculiaridades encontramos nesse cenário?

O vínculo jurídico do servidor com a AP é de caráter permanente, havendo vacância apenas com a aposentadoria ou exoneração. Raramente há pedidos de exoneração, o que favorece períodos mais prolongados de AM e adoecimento, que resultam em licenças médicas por períodos de até dois anos, depois dos quais aposenta-se por invalidez. Nesse período de afastamento, pelas especificidades do vínculo jurídico, a vaga não pode ser preenchida por outra pessoa como na iniciativa privada.

Note-se que a aposentadoria por invalidez, decorridos dois anos de licença, foi regulamentada pelo Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (Siass) do governo federal em 2010 e tem levado os servidores a recorrer judicialmente para o recebimento de proventos integrais.

Essa situação traz prejuízos óbvios para o serviço público, ao comprometer a sua eficiência e onerá-lo, já que o servidor recebe seu salário integral sem que possa ser preenchida sua vaga. Aposentado com proventos proporcionais, é provável que o servidor ganhe integralmente na esfera legal, ge-

rando também maior demanda de trabalho ao Judiciário.

Reconhecer o AM e enfrentá-lo diminui a incidência de adoecimentos, afastamentos e aposentadorias, e o ônus do próprio Estado e da sociedade, já que o servidor recorrerá menos aos serviços de saúde e ao Judiciário. Além disso, o servidor não adoece sozinho, geralmente toda a família é afetada e conduzida aos serviços de saúde, formando-se assim um círculo vicioso.

O enfrentamento passa por práticas de gestão claras, definição de métodos de trabalho e códigos de conduta que favoreçam um padrão ético. Discutir o tema, informar e educar, num clima de tolerância e liberdade, capacitar mediadores de conflitos e criar processos de recuperação da saúde e da dignidade dos servidores são medidas que devem fazer parte efetiva das políticas de RH, que geralmente não saem do papel, e levam à crença no mito do servidor vagabundo, justificando, em última instância, a privatização de serviços que são de responsabilidade do Estado. 

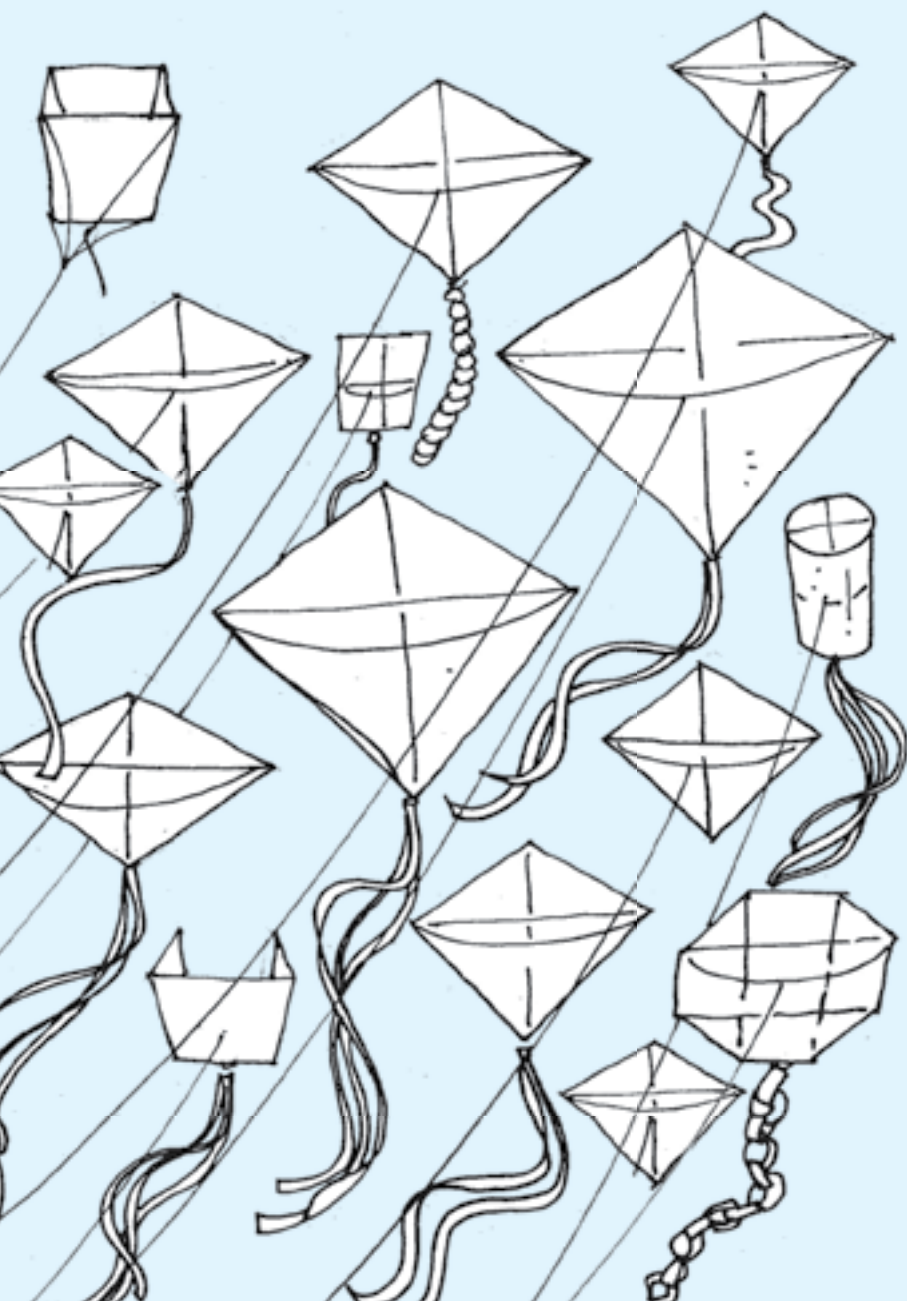


Selma Maria Lamas é psicóloga clínica do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e gestora em saúde do trabalhador

A CNTU se multiplica e se fortalece

Agora, 15 departamentos potencializam a ação da entidade

Os departamentos temáticos da CNTU são organismos de apoio à diretoria da confederação em suas respectivas áreas. Cada um tem um coordenador, indicado pela diretoria, com mandato de dois anos



- ✓ Alimentação saudável
- ✓ Amazônia e meio ambiente
- ✓ Bioética e direitos humanos
- ✓ Brasil 2022
- ✓ Cidades e mobilidade
- ✓ Ciência, tecnologia e inovação
- ✓ Conjuntura econômica
- ✓ Cooperativismo
- ✓ Educação continuada
- ✓ Formação sindical
- ✓ Jovem profissional
- ✓ Trabalhadoras universitárias
- ✓ Políticas de saúde pública e privada
- ✓ Relações internacionais
- ✓ Valorização profissional

E seus 97 sindicatos filiados abaixo relacionados

- Sindicato dos Economistas de São Paulo
- Sindicato dos Engenheiros do Distrito Federal • Sindicato dos Engenheiros no Estado de Alagoas; Sindicato dos Engenheiros no Estado de Goiás • Sindicato dos Engenheiros no Estado de Mato Grosso do Sul • Sindicato dos Engenheiros no Estado de Roraima • Sindicato dos Engenheiros no Estado de Santa Catarina • Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Acre • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Amapá • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Amazonas • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Ceará • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Maranhão • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Mato Grosso • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Pará • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Piauí • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio Grande do Norte • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio Grande do Sul • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Tocantins
- Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Acre • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado da Bahia • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado da Paraíba • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Pernambuco • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Santa Catarina • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Sergipe • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Amazonas • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Ceará • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Espírito Santo • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Mato Grosso • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Paraná • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Piauí • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Rio Grande do Sul • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado Minas Gerais • Sindicato dos Farmacêuticos do Maranhão • Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de Goiás
- Sindicato dos Médicos da Região Sul Catarinense • Sindicato dos Médicos de Alagoas • Sindicato dos Médicos de Anápolis • Sindicato dos Médicos de Campos • Sindicato dos Médicos de Caxias do Sul • Sindicato dos Médicos de Governador Valadares • Sindicato dos Médicos de Juiz de Fora e Zona da Mata • Sindicato dos Médicos de Maringá • Sindicato dos Médicos de Mato Grosso do Sul • Sindicato dos Médicos de Minas Gerais • Sindicato dos Médicos de Montes Claros e Norte de Minas • Sindicato dos Médicos de Niterói, São Gonçalo e Região • Sindicato dos Médicos de Pernambuco • Sindicato dos Médicos de Petrópolis • Sindicato dos Médicos de Presidente Prudente • Sindicato dos Médicos de Rio Grande • Sindicato dos Médicos de Santa Maria • Sindicato dos Médicos de Santos, São Vicente, Cubatão, Guarujá e Praia Grande • Sindicato dos Médicos de São José do Rio Preto • Sindicato dos Médicos de São Paulo • Sindicato dos Médicos de Sorocaba e Região Sul do Estado de São Paulo • Sindicato dos Médicos do Amazonas • Sindicato dos Médicos do Ceará • Sindicato dos Médicos do Distrito Federal • Sindicato dos Médicos do Espírito Santo • Sindicato dos Médicos do Estado da Bahia • Sindicato dos Médicos do Estado da Paraíba • Sindicato dos Médicos do Estado de Mato Grosso • Sindicato dos Médicos do Estado de Rondônia • Sindicato dos Médicos do Estado de Santa Catarina • Sindicato dos Médicos do Estado de Sergipe • Sindicato dos Médicos do Estado do Maranhão • Sindicato dos Médicos do Estado do Piauí • Sindicato dos Médicos do Grande ABC • Sindicato dos Médicos do Novo Hamburgo • Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro • Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte • Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Sul • Sindicato dos Médicos do Vale da Paraíba Paulista • Sindicato dos Médicos no Estado de Goiás • Sindicato dos Médicos no Estado de Tocantins • Sindicato dos Médicos no Estado do Paraná • Sindicato dos Profissionais Médicos da Região Centro-Norte Fluminense
- Sindicato dos Nutricionistas do Estado de Alagoas • Sindicato dos Nutricionistas do Estado de Pernambuco • Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo • Sindicato dos Nutricionistas do Estado do Pará • Sindicato dos Nutricionistas no Estado da Bahia • Sindicato dos Nutricionistas no Estado do Mato Grosso do Sul
- Sindicato dos Cirurgiões-Dentistas de Sergipe • Sindicato dos Cirurgiões-Dentistas do Amazonas • Sindicato dos Odontologistas de Minas Gerais • Sindicato dos Odontologistas de Rondônia • Sindicato dos Odontologistas do Acre • Sindicato dos Odontologistas do Amapá • Sindicato dos Odontologistas do Distrito Federal • Sindicato dos Odontologistas do Espírito Santo • Sindicato dos Odontologistas do Estado de Mato Grosso • Sindicato dos Odontologistas do Estado de Mato Grosso do Sul • Sindicato dos Odontologistas do Estado do Ceará • Sindicato dos Odontologistas do Estado do Rio Grande do Norte • Sindicato dos Odontologistas no Estado de Goiás



Brasil Inteligente é um projeto da CNTU que tem como missão valorizar a inteligência coletiva dos brasileiros, ou seja, mobilizar as capacidades e energias de todos em criar soluções positivas para a vida, para a organização e o progresso social. Busca debater e implementar a boa racionalidade na vida social, ou seja, aquela que tem enfoque no bem-estar coletivo. Acredita, antes de mais nada, no papel primordial da educação, da saúde e da cultura para a existência de indivíduos e coletividades livres. Valoriza o trabalho e a formação de competências para o trabalho. Luta pelo direito à educação continuada. Promove permanentemente o desenvolvimento científico, tecnológico e inovacional. Estimula a criação e a inventividade como poderosas aliadas da inteligência. Reivindica e propõe ações de desenvolvimento sustentável e transformação social. Realiza campanhas de formação e informação da opinião pública e de reivindicação e proposição de soluções decisivas para a melhoria da qualidade de vida e de defesa dos direitos humanos. Com a articulação da CNTU, das federações, dos sindicatos filiados e de seus parceiros, desenvolve oito campanhas estratégicas, dentro de um planejamento de conquistas visando o ano de 2022, em que se celebra o bicentenário da Independência. São todas bandeiras e programas carregados de amplos interesses, contemplando importantes e justas demandas dos profissionais de nível universitário. Todas elas ultrapassando o interesse corporativo, indo ao encontro dos mais nobres interesses coletivos e sociais da população brasileira. É a permanente construção democrática, com a mobilização das suas inteligências coletivas.